

Avante!

Mulheres contra a pobreza e a exclusão

A marcha não acaba aqui!

Esta
a mensagem
que ficou
da grande
manifestação
de sábado
em Lisboa.
Em entrevista
ao «Avante!»,



Ilda
Figueiredo
afirma:
«É preciso
quebrar
o círculo
vicioso
da pobreza.»

Págs. 5 a 7

**Valorizar
propostas
e estimular a luta**
**Campanha
até Novembro**

A partir da próxima semana, o PCP vai intensificar as acções de contacto com os trabalhadores, numa campanha que culmina com um grande encontro, a 9 de Novembro.

Pág. 13

**JCP
contra prédios
abandonados
e rendas altas
em Lisboa**
**A cidade
da
Juventude**

Págs. 14 e 19



Assembleia da República

Reforma Fiscal

Agendando para ontem o seu projecto de lei, o PCP abriu a possibilidade de vir a ser dado um primeiro grande passo no sentido da Reforma Fiscal. Entrevista com Octávio Teixeira.

Pág. 21

XVI Congresso

Contribuição militante

O «Avante!», conforme já anunciara, abre a sua Tribuna do Congresso, acolhendo nas suas páginas textos dos militantes do Partido que assim queiram exprimir as suas opiniões no órgão central do PCP.

Págs. 16 e 17

Israel arma-se em vítima

Tradição e contestação

Israel matou mais de uma centena de palestinianos em 15 dias. Mas foi Arafat quem recebeu um ultimato para acabar com a rebelião. Com «prazo alargado», «a pedido de numerosos dirigentes internacionais».

Pág. 25

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Milhares na marcha de sábado

Resumo

4 Quarta-feira

Francisco Assis é reeleito como líder parlamentar socialista ● A União de Sindicatos do Porto acusa a Inspeção-Geral do Trabalho de esconder a realidade das violações dos direitos dos representantes dos trabalhadores ● Eurico Guterres, chefe da milícia pro-indonésia, é preso em Timor Ocidental ● Na Suíça, são identificados dois novos casos de «vacas loucas» ● A Polícia Judiciária desmantela rede internacional de tráfico de droga.

5 Quinta-feira

Lavradores açorianos queixam-se de serem obrigados a ordenhar só uma vez por dia para não ultrapassar a quota de leite ● O Parlamento e a televisão estatal jugoslavos são ocupados por manifestantes ● Autoridades marítimas espanholas interceptam mais 104 imigrantes marroquinos ● Assinala-se o primeiro aniversário da morte de Amália.

6 Sexta-feira

A concelhia de Torres Vedras do PCP critica a proposta de revisão do Plano Director Municipal, por não concordar com o aumento da densidade populacional previsto até 2020 ● Cunha Rodrigues toma posse como juiz do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias ● Os confrontos entre palestinianos e israelitas provocam mais dez vítimas mortais.

7 Sábado

Milhares de manifestantes participam no desfile em Lisboa intergrado na Marcha Mundial das Mulheres ● Narciso Miranda manifesta disponibilidade para encabeçar a lista dos socialistas à autarquia portuense para 2001 ● Kostunica toma posse como presidente da Jugoslávia ● Depois do exército de Telavive ter matado dois refugiados palestinianos na fronteira, o Hezbollah liba-

nês captura dois soldados israelitas.

8 Domingo

O Presidente da República condecora Cunha Rodrigues com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo ● Alexander Kwasniewski vence as eleições presidenciais na Polónia com 56,1 por cento dos votos, enquanto Lech Walesa não conseguiu mais do que 0,8 por cento. ● O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena Israel por uso excessivo de força.

9 Segunda-feira

José Souto Moura toma posse como procurador-geral da República, prometendo combater vigorosamente os delitos económicos ● O funeral dos dois soldados portugueses mortos em Timor realiza-se em Ovar com a presença do primeiro-ministro António Guterres ● Luís Portero, procurador-chefe do Tribunal Superior de Andaluzia, é vitimado por um atentado ETA ● Eleições na Lituânia dão maioria a dois partidos de centro-esquerda que derrotam o partido conservador no poder ● Morreu José Gama, ex-presidente da Câmara de Mirandela.

10 Terça-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, participa nos Açores em iniciativas de campanha eleitoral da CDU ● O Tribunal Cível condena o Estado português a pagar uma indemnização de 120 mil contos aos pais de Frederico que morreu no Aquaparque de Lisboa há sete anos ● O deputado socialista Caio Roque acusa o Governo de não ter concedido o auxílio financeiro prometido às vítimas das cheias em Moçambique e na Venezuela ● Uma criança árabe de 12 anos é baleada na cabeça por soldados israelitas ● A antiga primeira-ministra do Sri Lanka, Sirimavo Bandaranaike, morre em Colombo vítima de uma crise cardíaca.

Aconteceu

Brisa não cumpre compromisso em Cascais

Segundo apurou o *Diário de Notícias*, a empresa Brisa, concessionária do Estado na construção de auto-estradas, não cumpriu as suas obrigações constantes no contrato de concessão para a exploração da auto-estrada de Cascais, onde a empresa se obrigava ao alargamento desta infra-estrutura com mais faixas de rodagem dois anos após se ter atingido um tráfego de 35 mil veículos/dia (no troço Carcavelos-Estoril) e de 60 mil veículos/dia (no troço Oeiras-Carcavelos). Acontece que já em 1999 estes valores estavam largamente ultrapassados (50 mil veículos/dia no primeiro caso e mais de 70 mil/dia no segundo) sem que o alargamento de mais

uma via em cada sentido haja, sequer, sido projectado. A Brisa, pela voz do seu administrador Luís Machado, afirma-se «ciente das suas obrigações», explica que «o atraso» no cumprimento do contratualmente estipulado se deve à pretensão da Brisa em fazer um «alargamento coerente» e recusa-se a cumprir o estipulado no que diz respeito



ao troço Oeiras-Carcavelos por entender que «muito do tráfego que ali existe é consequência da situação do IC 19».

Nobel da Medicina para estudos do cérebro

O Prémio Nobel da Medicina foi este ano atribuído a três investigadores cujo trabalho contribuiu para um melhor conhecimento de como as células cerebrais comunicam entre si. Os laureados são os neurologistas norte-americanos Paul Greengar (74 anos), da Universidade Rockefeller, e Erik Kandel (70 anos), da Universidade de Columbia, ambas em Nova Iorque. O terceiro laureado é o farmacólogo sueco Arvid Carlsson (77 anos), da Universidade de Gotemburgo. O primeiro neurologista, Paul Greengar, investigou a forma como vários neurotransmissores actuam sobre o sistema nervoso, num processo de comunicação entre neurónios por sinais químicos; o segundo neurologista, Eric Kandel, a partir das descobertas do anterior desenvolveu novos medicamentos para doenças ou degenerescências cerebrais, como a doença de Alzheimer, e o farmacólogo sueco desenvolveu um paciente trabalho iniciado na década de 50 e que desembocou na descoberta de que a dopamina é um neurotransmissor, descoberta a partir da qual se desenvolveu o primeiro tratamento para a doença de Parkinson.

Plano Hidrológico nas bacias portuguesas

O Plano Hidrológico em território português contendo os planos para as bacias hidrográficas dos rios luso-espanhóis - Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana - foi formalmente apresentado pelo ministro José Sócrates ao Conselho Nacional da Água. Os planos estarão em consulta pública nos próximos dois meses e surgem com o objectivo de equacionar e resolver os problemas em todas as bacias hidrográficas destes rios, nos próximos 20 anos, problemas que passam pelo abastecimento, o saneamento, a poluição, o ordenamento e a conservação da natureza e se verificam em todas as quadro bacias dos rios portugueses com origem em Espanha. O projecto prevê um investimento de 950 milhões de contos e um prazo de execução de 20 anos. A grande aposta destes planos é a melhoria dos sistemas de abastecimento público e de tratamento de águas residuais, directamente responsáveis pelos problemas de poluição existentes, bem como a garantia de caudais mínimos aceitáveis e permanentes em todas as bacias através de transvases previstos do Douro para o Tejo e do Guadiana para o Sado. Este Plano será agora apresentado às autoridades espanholas - que já fizeram o mesmo em relação ao seu - e fica prometida para o ano a integração destes planos num Plano Nacional da Água, também a elaborar.

José Souto Moura é Procurador-Geral

Em cerimónia no Palácio de Belém presidida pelo Presidente da República, o magistrado José Souto Moura foi empossado como novo Procurador-Geral da República, substituindo no cargo Cunha Rodrigues, que o ocupava há cerca de 18 anos. José Souto Moura vai cumprir um mandato de seis anos à frente deste importante órgão da Justiça portuguesa, tendo sido vivamente cumprimentado e aplaudido pela quase multidão de personalidades que acorreu ao acto, desde o bastonário da Ordem dos Advogados, Pires de Lima, o director da Polícia Judiciária, Luís Bonina, ou o juiz jubilado do Supremo Tribunal de Justiça, José Joaquim de Oliveira Branquinho, passando por numerosos juizes, advogados e personalidades políticas, enquanto o Governo se fazia representar em peso, com o Primeiro-Ministro António Guterres à cabeça.

Ilegalizar a extrema-direita

O ministro alemão do Interior, Otto Schily, afirmou-se defensor da ilegalização do mais importante partido de extrema-direita na Alemanha, o Partido

Nacional-Democrático (NPD), considerando que «as provas reunidas são arrasadoras e suficientes» para que o Tribunal Constitucional possa decidir a dissolução do NPD. Estas afirmações do ministro Schily foram proferidas em Berlim, durante uma reunião com os responsáveis da administração internas dos diversos estados que constituem a federação alemã, sendo apoiadas por todos eles e transformadas numa queixa formal que irá agora ser examinada e sujeita a aprovação pelo governo federal no seu conjunto. Acrescenta-se que o chanceler alemão, Gerhard Schröder, já se pronunciou a favor da dissolução do NPD, exigência que alastra pela

Alemanha e já recebeu também apoio do principal partido da oposição que, pela voz da sua presidente, Angela Merkel, entende que a actuação do NPD «enfraquece as estruturas e a capacidade de integração do Estado alemão». Esta onda de revolta contra a actuação do NPD tem vindo a crescer nos últimos meses, fruto de vários crimes e violências associados a estes neonazis, nomeadamente o assassinio de um moçambicano, a tentativa de assalto à bomba de um asilo para refugiados em Dusseldorf e a tentativa de incêndio de uma sinagoga no dia da celebração da reunificação, tudo num pano de fundo de aumento de propaganda xenófoba e anti-semita.

Crónica Internacional

• Albano Nunes

Solidariedade urgente!

A situação na Palestina é de uma gravidade extrema. De Jerusalém a Netzarin, de Hebron a Nazaré ergueu-se uma onda de revolta palestina que o governo de Ehud Barak está a afogar em sangue. A Intifada alastra pela primeira vez no coração de Israel aos palestinos de cidadania israelita. Em numerosos países árabes e até na Indonésia muçulmana, têm lugar grandes manifestações exigindo o respeito pelos lugares santos de Jerusalém e de solidariedade para com o povo palestino. Mas o governo israelita insiste na sua política de repressão e terror, lança-se em «ultimatos» à Autoridade Palestina, ameaça com aventuras militares de imprevisíveis consequências.

Perante tão dramática situação o mais importante e urgente é parar a escalada repressiva e a espiral de violência. É pôr termo ao derramamento de sangue que tantas vidas tem ceifado e tantas famílias palestinianas, mas também israelitas de origem árabe, tem enlutado. É impedir que a obstinação e a arrogância de Israel e seus «ultimatos» de autêntica rendição conduzam a um conflito de proporções ainda mais trágicas. Compreendem-se por isso os apelos à «contenção», à «moderação», à «recíproca transigência», ao «diálogo», ao «regresso à mesa das negociações». A solução para o chamado conflito israelo-palestino e para a toda

complexa problemática do Médio Oriente terá de ser necessariamente uma solução política negociada. A experiência já mostrou até à exaustão mais desesperante que não há saída possível pela violência e a força das armas. Nenhum povo se rende quando luta por uma justa causa libertadora. E a causa do povo palestiniano, nacional e progressista, é uma causa

**Na Palestina
a solução
ou será
política
ou não será**

justa contra a qual é impotente mesmo o terrorismo de Estado mais cínico e brutal como o de Israel.

A solução ou será política ou não será. Mas não uma «solução» qualquer assente em arranjos de ocasião impostos pela correlação de forças. Desde há muito foi assumido pelas forças progressistas, com consagração nas próprias resoluções da ONU, que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente passava pela retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados na guerra de 1967 e pelo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestiniano, incluindo a constituição do seu próprio Estado independente e soberano em território da Palestina e tendo Jerusalém como capital. Inúmeras resoluções da ONU, nomeadamente as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança têm sistematicamente condenado a política de Israel e exigido que Telavive se conforme com os princípios básicos do Direito Internacional. Mas a resposta de Israel é conhecida. Desde a sua própria fundação em 1948 (numa orgia de terror racista de rara envergadura) até à brutal repressão que sucedeu a provocatória «visita» de Ariel Sharon à mesquita de al-Aqsa em Jerusalém Oriental, a história do Estado de Israel está recheada dos crimes mais terríveis. Crimes que não seriam possíveis sem o apoio do imperialismo e em primeiro lugar dos EUA, que têm em Israel o seu aliado mais caro, aquele a quem fornece a maior ajuda material porque, pelo menos por enquanto, constitui o principal instrumento da sua política de exploração e opressão na mais rica e estratégica região do mundo. Crimes que comprometem também a União Europeia e a Internacional Socialista de que o «Partido Trabalhista» de Ehud Barak é vice-presidente.

Sim, são necessários os apelos à «moderação», mas não é menos necessário apontar os responsáveis por tanta miséria, tanto sofrimento, tanta morte e tanta dor. Não será metendo a vítima e o carrasco no mesmo saco, e passando ao lado do contumaz afrontamento pelo Estado de Israel dos direitos nacionais legítimos do povo palestiniano, que se dará um só passo que seja na direcção de uma paz justa e duradoura. Quanto a nós, comunistas portugueses, sabemos bem de que lado está a razão. A nossa solidariedade vai inteira para o povo palestiniano, para a OLP, para o Partido do Povo Palestino, para a Falab, a Frente Democrática e a Frente Popular de Libertação da Palestina. Vai também para o Partido Comunista de Israel e para as forças de paz israelitas que corajosamente combatem a criminoso política do Estado israelita.

Editorial

TAREFAS DOS COMUNISTAS

Múltiplas e relevantes são as tarefas que, no momento actual, se colocam aos militantes comunistas e ao seu Partido. Esta é, aliás, uma verdade constante e facilmente constatável para quem queira avaliar com seriedade a intervenção e a actividade do PCP. Partido de luta e de proposta, firme nos seus princípios e características essenciais e sempre norteado pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; partido responsável, consciente do papel que desempenha na sociedade portuguesa e cujo aumento da influência social, eleitoral e política é, objectivamente, do interesse de todas as portuguesas e portugueses vítimas das consequências da política de direita praticada pelo Governo do PS; partido portador de um projecto de futuro, inovador, moderno de facto, sustentado nos mais elevados valores humanos e alternativa única ao multi-secular modelo de sociedade dominante; partido que tem como permanente preocupação o seu reforço orgânico, o enriquecimento do conteúdo democrático do seu funcionamento interno, o reforço da sua ligação às massas – o PCP constitui um caso singular no qua-

“De todos estes caminhos, preocupações, objectivos é feita, de facto, a intervenção do PCP”

dro partidário nacional. E é dessa singularidade – dado objectivo, afirmado sem jactâncias nem sobranças e com a consciência plena de insuficiências e fragilidades que o colectivo partidário se esforça por superar – que decorre o volume, a diversidade e a importância das tarefas dos militantes comunistas no dia-a-dia da sua actividade.

A terceira fase preparatória do XVI Congresso, agora iniciada e da qual é parte marcante o debate em torno do Projecto de Resolução Política (Teses) aprovado pelo Comité Central, é uma das tarefas prioritárias actuais para todos os militantes comunistas. Trata-se de avaliarmos o trabalho realizado nos últimos quatro anos, de analisarmos a situação e a evolução verificadas no Mundo, no País e no Partido e de, a partir dessa análise, definirmos as orientações para o futuro. E trata-se de o fazermos colectivamente, com a participação e a intervenção do maior número possível de camaradas num debate aberto, vivo, franco, fraterno, democrático – como é nosso hábito, de acordo com a nossa cultura partidária e procurando sempre fazer melhor do que anteriormente fizemos.

Outra tarefa que, pela sua relevância e significado, impõe a mobilização activa das organiza-

ções e dos militantes comunistas é a batalha das presidenciais. Inserida na intensa e dinâmica actividade partidária e na postura responsável do PCP face à situação política nacional, a candidatura de António Abreu assumirá o combate firme a todas as formas de desvirtuamento e empobrecimento do conteúdo do regime democrático, erguerá a sua voz na defesa da justiça social, no combate às desigualdades e exclusões, na defesa da soberania nacional, dará expressão e maior dimensão à corrente de todos os que lutam por uma política de esquerda para Portugal – e, por tudo isso, será portadora das opiniões, ideias e propostas do PCP.

Entretanto, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as respectivas organizações regionais do Partido intervêm activa e empenhadamente na importante batalha eleitoral em curso. E fazem-no, naturalmente, à nossa maneira: numa postura distinta da de qualquer das outras forças políticas concorrentes, contrapondo ao espalhamento demagógico a seriedade e o respeito pela inteligência dos eleitores, contrapondo ao vale tudo na caça ao voto o esclarecimento sério e a apresentação clara das propostas susceptíveis de conduzir à resolução de muitos dos problemas com que se debatem os trabalhadores e as populações das Regiões. E com a confiança legítima na obtenção de um bom resultado eleitoral no próximo domingo.

E é ainda e sempre na assumida qualidade de Partido de proposta e luta que o Grupo Parlamentar do PCP, assumindo um papel dinamizador e clarificador, avança com um importante projecto de lei sobre a Reforma Fiscal – como o «Avante!» oportunamente anunciou e Octávio Teixeira desenvolve na edição de hoje; que os deputados do PCP no Parlamento Europeu fazem aprovar na Comissão dos Orçamentos do PE um conjunto de propostas orçamentais relevantes para o nosso País (como pode, igualmente, ver-se nesta edição do «Avante!»); que o Partido irá levar por diante, a nível nacional, de 12 de Outubro a 2 de Novembro uma campanha em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores; que a organização regional de Viana do Castelo deita mãos à importante tarefa de reconstrução do Centro de Trabalho recentemente destruído por um incêndio – tarefa que exige a solidariedade de todo o Partido.

Para além de tudo isto, o PCP continua a cumprir o seu papel de dinamizador, impulsor e interveniente activo nas mais diversas movimentações e lutas de carácter unitário – de que é exemplo a impressionante marcha nacional contra a pobreza e a violência, realizada no passado sábado em Lisboa, inserida na Marcha Mundial das Mulheres 2000 e promovida por um vasto e diversificado conjunto de organizações nacionais.

De todos estes caminhos, preocupações, objectivos é feita, de facto, a intervenção do PCP. Uma intervenção muitas vezes silenciada pela generalidade da comunicação social dominante – nada interessada em informar sobre o que é o PCP mas essencialmente preocupada em especular sobre o que gostaria que o PCP fosse e incapaz, por isso, de perceber a singularidade de um partido que é, quer ser e se assume diferente.

Actual Pagam os do costume

• Vítor Dias

É verdade que muitas vezes tropeçamos com aplicações do que nos parecia uma estranha teoria, segundo a qual tudo o que de mais dramático, revoltante e desgraçado tivesse acontecido na última década na Rússia e outros países do leste europeu era, ainda e sempre, culpa do extinto socialismo.

Mas agora acabamos de encontrar não mais uma aplicação mas a teoria ela própria. É que, respondendo a uma carta em que sacudíamos confusões circulantes entre apreciações feitas nas Teses sobre a situação criada nos últimos dez anos nos países de leste e apreciações sobre as causas do fracasso de experiências de construção do socialismo consumado em 1989/90, uma jornalista do «DN» veio sentenciar que, ora essa, a tal situação dos tais últimos dez anos «não é senão o resultado dos acontecimentos de 1989 que prova-



ram as «fraquezas» do regime soviético e levantaram a pesada cortina sobre os seus dramáticos efeitos».

Assim fica tudo mais simples: pagam os do costume, ou seja, os que já nasceram para eternos culpados de tudo. Brutal liberalização de preços em 91/92 deliberadamente concebida como instrumento de drástico empobrecimento da maioria do povo e de acumulação capitalista primitiva? Quebras vertiginosas e total desorganização da produção? Privatizações tresloucadas? Dezenas de milhares de crianças a viver na rua perdido o tecto que dantes tinham? Cega destruição de sistemas de protecção social? Um imenso património e potencial científico delapidado e destruído? Mafias arrogantes em fusão com o poder político e vorazes enriquecimentos feitos não na base da produção mas do roubo? Tudo culpa das fraque-

zas do regime soviético! Manifestações neonazis de jovens? Culpa do socialismo que, no seu último ano de vida, não lhes aplicou a competente vacina quando tinham 6 anos de idade! E por aí fora, ao gosto e memória de cada um.

Parece que há no mundo centenas de opiniões insuspeitas que não acompanham este esquema e acham que as principais responsabilidades cabem naturalmente aos novos governantes da Rússia pós-90 e às pressões exteriores. E desconfiamos que até o dr. Vítor Constâncio, quando escreveu que «só ideólogos ingénuos ou experientes grupos de interesses puderam acreditar numa experiência de liberalização desregada como a que se viveu na Rússia» («Visão» 17.09.98), também não estava a pensar no socialismo mas nos mentores do que veio depois.

Mas, enfim, ficámos convencidos. Já agora, só gostávamos era de saber quantas décadas precisam de passar para que a firma Ieltsin, Sucessores & Conselheiros Externos pague alguma coisinha.

O circo

• Jorge Cordeiro

A fazer fé no que a comunicação tem trazido a público, o PS parece ter sido subitamente tomado pelos valores de Roma e do seu império. Não haverá reunião em que o fogo cruzado de alusões a traições, intrigas, cumplicidades e conspirações não seja acompanhada da correspondente citação histórica ou romaneada sobre César e os que o rodeavam. Primeiro com Guterres a afirmar que «Roma não paga aos seus traidores», depois com Gomes socorrendo-se do texto de Shakespeare sobre Júlio César a recordar avisos de amigos sobre os riscos da confiança na abertura de portas à conspiração. Tudo a par de algumas versões em português mais genuíno sustentadas por Cravinho sobre as «centrais negras de desinformação» que teriam sido accionadas a partir do próprio Partido para comprometer a sua imagem depois das acusações que havia feito sobre falta de transparência nos concursos públicos lançados pelo actual Governo.

Pondo para o lado o que é do domínio dos jogos verbais e a muita poeira levantada pela contenda na arena deste debate, e respeitando a indisfarçável empatia que actualmente os principais responsáveis do PS revelam pelos valores de Roma, não se resiste a lembrar a estes o que sobre a mulher de César se dizia a propósito de seriedade: «que não basta sê-lo é preciso parecê-lo».

Isto a propósito das repetidas manifestações de falta de rigor, transparência e isenção que ao Governo e ao Par-

tido que o sustenta seria exigível na sua conduta ética e política e que comprovadamente não são respeitadas como o revelam duas das suas mais recentes atitudes.

As revelações, até agora atabalhoadamente justificadas, quanto ao envio dos materiais de propaganda para a campanha eleitoral regional do PS à conta de uma carga na transportadora aérea açoriana assumida pelo Governo Regional dos Açores. E as escandalosas declarações de Jorge Coelho no Congresso Distrital do PS em Setúbal onde, misturando Partido e Governo, se atreveu a anunciar, como meio de concretizar o objectivo eleitoral do PS de vir a conquistar Câmaras Municipais de maioria CDU, o seu compromisso de contribuir com os meios de investimento público ao dispor do seu Ministério para que tal possa vir a consumir-se.

Porque nem Guterres é César nem Portugal o seu império, bom seria que, pelo menos por razões de recato e de aparência, PS e Governo não transformem o país naquele imenso circo de vícios e pecados que prevaleceram no percurso final do citado império.



Quem é o Estado?

• Leandro Martins

A novidade desta semana não foi apenas a de voltar a chover. Afinal é o tempo de a água tornar a cair sobre as nossas cabeças nesta latitude e de o ar se tornar em cinza, de os dias, molhados, se encurtarem como uma peça de má fazenda. Para muita gente, as novidades são aquelas que vêm nos jornais e a parangona indica o que deve ser considerado importante. Quem escolhe a manchete, quem aponta e sublinha a notícia nem sequer, na maior parte das vezes, é o jornalista, e a profissional escolha tem razões que só a propriedade determina e que só o proprietário conhece. Esse poder tem tanto peso que chega a persuadir os profissionais de que fazem as suas próprias escolhas. E a persuasão vai às vezes tão fundo e tão largamente se dissemina que a novidade vem à cabeça de todos os órgãos de comunicação, faz a manchete do jornal, da rádio e da TV. Assim até às vezes acontece que o público, isto é, a gente chegue a convencer-se de que os maus

da fita são os bons porque nos são apresentados de chapéu branco; que a Unita só é má porque o governo angolano é pior do que isso; que na Jugoslávia houve uma «revolução» democrática que até «parecia o 25 de Abril», como há anos teria acontecido uma revolução de «veludo» na então Checoslováquia; que Gorbatchov e Walesa foram uns heróis mas que o povo é um ingrato. Em todos estes casos, as parangonas da muito ocidental e democrática comunicação social foram mais ou menos as mesmas.

Nem sempre, porém, os jornais - à falta de «revoluções» e de matanças - perseguem o mesmo tipo de ocorrências. Às vezes ficamos cá por casa. E, nestes dias molhados, a escolha recaiu no mesmo facto para estampar a manchete de vários matutinos - «Estado condenado no

caso Aquaparque», titulavam, correndo atrás da TV e da rádio que na véspera já haviam feito o seu barulho.

Não nos vamos imiscuir na decisão dos tribunais nem sequer no drama familiar que teve origem na morte de duas crianças. Comentamos apenas a «alegria» que levou um jornal a escrever que se tratava de «uma decisão pioneira, até na Europa», isto de fazer pagar ao Estado 120 mil contos por não haver produzido atempadamente legislação que impedisse a tragédia.

A responsabilidade que cabe ao Estado, nesta e noutras matérias, é óbvia. Mas onde é que ele, Estado, pessoa tão impessoal assim, vai buscar o dinheiro para pagar o dano? Só o encontra no bolso de quem contribui, isto é, de quem trabalha. Até parece que o Estado somos todos nós...



Frases

“Um povo nunca se tornará superior enquanto tantos forem aos correios levantar a pensão e não souberem sequer assinar o recibo (...) Não estamos a falar de África ou da América Latina, falamos da Madeira.”

(Edgar Silva, cabeça de lista da CDU/Madeira, Diário de Notícias, 9.10.00)

“Uma sociedade não pode ser um rebanho controlado.”

(idem, ibidem)

“Revolta popular contra Milosevic pode não ter sido espontânea.”

(Título no Diário de Notícias, idem)

“O dinheiro, hoje em dia, é a ideologia da nossa sociedade.”

(Fernando Sobral, Diário Económico, 9.10.00)

“Os políticos portugueses são mais profissionais que os espanhóis.”

(José Luís Sanchez, consultor de imagem espanhol, Diário Económico, 10.10.00)

“Mas na conjuntura actual, a não rectificação da previsão das contas públicas não é mais do que um “desta safámo-nos” [do ministro Pina Moura e do Governo] em versão orçamental.”

(Paulo Ferreira, idem)

“A falência do socialismo versão Guterres arrasta-se penosamente pelas páginas dos jornais.”

(Vítor Cunha, O Independente, 6.10.00)

“O Governo do PS assenta numa aliança que só o eng. Guterres pode garantir: a aliança dos socialistas com a Igreja Católica.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 7.10.00)

“Há 20 anos, o PS era dominado por políticos e militantes, actualmente é dominado por tecnocratas e funcionários de carreira.”

(Alfredo Barroso, Focus, 9.10.00)

“[O PS] precisa de uma reorientação estratégica e de repor com urgência o primado dos valores.”

(Manuel Alegre, Expresso, 7.10.00)

“A droga é a primeira preocupação dos portugueses. Será a 12.ª dos governos?”

(Luís Salgado Matos, Público, 9.10.00)



Mulheres contra a pobreza e a exclusão

A Marcha não acaba aqui!

«**A** Marcha não acaba aqui!» Esta a mensagem que ficou da grande manifestação que, sábado passado, reuniu em Lisboa muitos milhares de pessoas, mulheres e homens, numa iniciativa contra a pobreza e a violência inédita no nosso país.

Com temperaturas primaveris, seguindo um percurso que lembrava outros desfiles de luta ou de comemoração da liberdade, a manifestação de sábado surge como uma iniciativa pioneira em Portu-

gal, pelos objectivos que a nortearam e pela adesão que recolheu, pois contou com o apoio de 200 organizações e personalidades da sociedade portuguesa, e por se integrar na Marcha Mundial que cul-

mina a 17 de Outubro em Nova Iorque.

«Transformar a vida, construir a igualdade» eram as palavras inscritas no cartaz que abria o desfile entre o Marquês e os Restauradores, o lema positivo, a outra face da luta contra a pobreza e a exclusão, nesta iniciativa inserida na Marcha Mundial das Mulheres 2000.

Ao longo da marcha, sucediam-se reivindicações diversas, cruzando problemas e questões específicas das mulheres com exigências dos trabalhadores – era grande a presença sindical -, dos



Números da pobreza

- Segundo dados de 1995, na União Europeia existem entre 62 e 65 milhões de pobres.
- Ainda de acordo com esses dados, o país onde se regista a maior taxa de pobreza é Portugal – 22 a 24%. Enquanto na Dinamarca ou na Holanda andarão pelos 10 a 11%.
- Com base nos parâmetros que a União Europeia utiliza – ou utilizou em 1995 – é considerado pobre quem recebe menos de 50% do rendimento médio nacional. Como o rendimento médio nacional é o mais baixo de toda a União Europeia – à data das estatísticas era de 50 contos – quem ganhar esta quantia não é considerado pobre. Mas, no Luxemburgo, o rendimento médio é superior a 100 contos, ou seja, lá, uma pessoa que ganha 100 contos ainda é considerada pobre.
- Quando olhamos para a composição das famílias pobres, em Portugal, verificamos que apenas 5% das nossas famílias pobres são famílias sem emprego, 29% são famílias de reformados, 28% são famílias que não têm emprego permanente – ou vivem no campo, ou trabalho precário, ou são mulheres donas de casa, 38% são famílias que trabalham, mas o trabalho é muito mal pago.



jovens e de outros sectores de população.

**Igualdade, sim
Pobreza
e exclusão, não**

A luta pela igualdade das mulheres é uma componente fundamental da luta contra a pobreza e exclusão. Uma realidade hoje reconhecida a nível mundial e que as mulheres alentejanas de alguma forma vieram lembrar com o slogan inscrito num dos panos.

Luta que tem também entretanto a sua própria especificidade. Contra o aborto clandestino, por mais e melhor justi-

A Marcha não acaba aqui!

ça social, pelo direito a ser «cidadãs sem discriminações», eram algumas das exigências inscritas em panos e cartazes.

Ao longo de todo o desfile, estiveram presentes as reivindicações laborais, como a dos bancários pelo cumprimento dos horários, contra o emprego precário. Dos jovens, estudantes e professores, por um ensino público gratuito e de qualidade. Dos pacifistas, contra as armas nucleares. Ou até mesmo contra o co-incineração.

Mas como pano de fundo, e sempre presente, o binómio luta pela igualdade/luta contra a pobreza. A necessidade de transformação da vida, dando-lhe uma nova qualidade.

Uma outra dimensão desta manifestação – contra a violência –, tinha uma ilustração particularmente significativa nos dados inscritos num pano referente ao Algarve, onde os números da violência contra as mulheres, de que 84% foram alguma vez vítimas da violência, ultrapassam largamente os da pobreza declarada, que atinge 17% da população e mesmo os do trabalho precário (66% de trabalhadores precários ou mal pagos).

E porque a violência assume formas múltiplas, as mulheres de Montemor-o-Novo lembraram-nos que o desemprego é também uma violência e as de Aveiro exigiam a «eliminação de todas as formas de violência».

Cultura popular presente

Os coros alentejanos também já têm mulheres. Não será talvez novidade para os alentejanos, mas nesta Marcha das Mulheres era sem dúvida um facto significativo. De par de surgir como uma entre outras várias expressões de cultura popular presentes na Avenida da Liberdade.

Ranchos, coros, os tambores do *Toca a rufar* entremearam os grupos de manifestantes, animaram o desfile, deram-lhe a coloração de uma outra dimensão essencial da vida que se quer transformar.

Presentes também outras formas de cultura que hoje marcam já, e talvez de for-



ma crescente, a realidade multicultural do nosso país. E não por acaso, o primeiro grupo que subiu ao palco montado nos Restauradores

foi o «Voz de África», um grupo de batuque de mulheres cabo-verdianas. A lembrar outra dimensão da luta comum – e entretanto dife-

renciada – de mulheres, homens, jovens, idosos, imigrantes. Contra a pobreza e a exclusão, *construir a igualdade*.

Proclamação

2000 boas razões

«**Temos 2000 boas razões para marchar. 2000 razões para transformar a vida e construir a igualdade. 2000 razões que nos unem e estimulam para a luta», afirma a Proclamação da Plataforma Nacional da Marcha, divulgada perante as milhares de pessoas que participaram no desfile de sábado passado. Um documento que aqui reproduzimos.**

Vivemos num mundo em que os Estados se negam a assumir as suas responsabilidades para com as cidadãs e cidadãos, submetendo-se à ditadura dos mercados, imposta pelo capitalismo neoliberal. Um sistema que provoca exclusões intoleráveis e que é um perigo para a paz no mundo e para o futuro do planeta.

Um sistema que, em Portugal, se tem traduzido na manutenção da política de baixos salários e na subida das taxas de juro, o que contribui para o aumento da pobreza e da exclusão.

Não obstante as enormes transformações sociais, económicas, políticas e culturais deste século, as discriminações e a violência contra as mulheres e as raparigas mantêm-se firmemente enraizadas em muitas culturas do planeta.

Desigualdades no feminino

As relações de poder desiguais limitam, com frequência, o controlo das mulheres sobre a sua sexualidade e a sua capacidade de se protegerem de uma gravidez não desejada e de doenças sexualmente transmissíveis e reflectem-se ao nível da violência com base no sexo – designadamente a violação, o espancamento da mulher, a mutilação genital e a esterilização forçada.

Desta forma, e apesar das lutas desenvolvidas e do caminho percorrido, a mulher não usufrui ainda das mesmas oportunidades

que o homem, agravando-se as discriminações se a mulher pertence a camadas mais desfavorecidas ou a grupos minoritários (portadoras de deficiência, etnias, ou em função da sua orientação sexual).

Milhões delas são alvo de abusos e violência, os seus direitos legais não são prote-

gidos, os seus problemas de saúde continuam a merecer menos atenção que os dos homens. São-lhes negadas oportunidades no acesso à cultura e à educação e no emprego recebem salários em média inferiores aos dos homens pela realização de trabalho igual ou de igual valor.

Intimamente ligada às situações de desigualdade no mercado de trabalho, ao tratamento dado à mulher no sistema de segurança social e ao seu estatuto de poder na família, acentuou-se, nos últimos anos, a feminização da pobreza.

A maternidade continua a ser razão de discriminação no trabalho, são detectadas

empresas e locais de trabalho que submetem candidatas a emprego a inquéritos ilegais, indagando sobre se são casadas ou se pretendem ter filhos; ou, exigindo-lhes compromissos escritos de não engravidar nos próximos 3 ou 5 anos em troca de contratos precários de 3, 6 ou 7 meses.

Em Portugal, embora nas últimas décadas se tenham registado avanços e progressos sociais importantes continua a ser-lhes negada a efectivação da igualdade de oportunidades na vida política, económica, social e cultural.

Porque a realidade quotidiana das mulheres portuguesas continua a estar

afastada dos direitos consagrados nas leis, é necessário criar as condições que permitam às mulheres o exercício dos seus direitos em igualdade de oportunidades.

Pela erradicação da pobreza

A Marcha Portuguesa entende ainda que:

É necessário que a União Europeia aprove em Nice, no final da presidência francesa, um efectivo programa para a erradicação da pobreza, com meios e metas para garantir uma sociedade inclusiva e que os Estados (em concreto Portugal) estabeleçam planos

nacionais de concretização desse programa.

Porque não é um avanço da civilização ou factor de modernidade chegar ao século XXI com as mazelas, discriminação, opressões de classe e chagas sociais com que os nossos antepassados chegaram ao século XX, temos

– 2000 boas razões para lutar

– 2000 boas razões para transformar a vida e construir a igualdade

– 2000 razões que nos unem na exigência da erradicação da pobreza e da violência que se exerce sobre as mulheres

– 2000 razões para construir um mundo mais justo e mais fraterno.

Contra a discriminação

A Marcha portuguesa proclama a necessidade de:

– Uma política global de igualdade no trabalho que articule as suas diversas vertentes – empenhamento político, programas, contratação colectiva, legislação, fiscalização.

– Eliminação das discriminações existentes e aplicação rigorosa do princípio constitucional “a trabalho igual salário igual”.

– Respeito pelo exercício dos direitos, nomeadamente dos associados à maternidade e à paternidade.

– Combate à precariedade do emprego e eliminação dos incentivos ao trabalho a tempo parcial.

– Fixação de 35 horas de trabalho como duração máxima normal, sem redução de salário nem perda de direitos e enquanto meio importante para a conciliação entre vida familiar e profissional.

– Implementação de uma rede pública de educação pré-escolar, universal e gratuita para crianças dos 3 aos 6 anos.

– Reforço do investimento público visando a criação de infra-estruturas para apoio à maternidade e à infância no mundo rural e nas zonas suburbanas.

– A redistribuição das riquezas, e com esse objectivo, a introdução de uma taxa que fiscalize os movimentos de capitais nas bolsas nacionais e nos intercâmbios internacionais, que disponibilize meios financeiros para a erradicação da pobreza no mundo.

– Que a todas(os) cidadãs(ãos) seja garantido um serviço nacional de saúde de qualidade, a protecção social através de um sistema público de segurança social e uma escola pública de qualidade.

– A elevação significativa do Salário Mínimo Nacional, dos salários, das reformas e das pensões.

– Medidas que permitam que a velhice seja vivida com dignidade, em que se valorize a experiência, os saberes das(os) idosas(os) e se combatam as situações de exclusão social, solidão e pobreza.

– Medidas que permitam pôr fim ao fenómeno “crianças da rua”, recuperando e integrando essas crianças, garantindo-lhes efectiva igualdade de oportunidades.

– Contribuição de Portugal para o desenvolvimento dos países mais pobres, apoiando, nomeadamente, a exigência da anulação da dívida.

– O cumprimento da legislação existente de protecção às mulheres vítimas de violência, designadamente no domínio da prevenção e no apoio à vítima (garantia de afastamento do agressor, atendimento nas esquadras, centros de encaminhamento e casas de abrigo), com garantia de dotações orçamentais adequadas às necessidades.

– A aprovação de uma lei de despenalização do aborto a pedido da mulher até às 12 semanas.

– A generalização das consultas de planeamento familiar nos centros de saúde e garantia de acessibilidade aos meios contraceptivos de acordo com a legislação aprovada.

– Implementação da educação sexual nas escolas.

– A não discriminação dos cidadãos em função da sua orientação sexual, como um dos critérios pelos quais ninguém pode ser discriminado(o) e, nomeadamente, o reconhecimento das uniões de facto sem qualquer discriminação sexual.

– A não discriminação da pessoa em função da sua cor, religião, cultura ou do seu país de origem, exigindo assim a legalização de todas(os) as(os)

imigrantes clandestinos e o reagrupamento familiar.

– A não discriminação da(o) cidadã(ão) portadora(o) de deficiência, exigindo assim a adaptação da arquitectura urbanística, tal como dos transportes públicos. Exigimos também a plena integração social destes cidadãos.

– Medidas urgentes em favor do desporto feminino, que visem o aumento do número de praticantes e do número de mulheres no enquadramento e nos postos de decisão do sistema desportivo.

– A criação de programas desportivos que tenham em conta a diversidade e as necessidades de raparigas e mulheres.

– A adopção de estratégias educativas que incorporem a perspectiva de género, motivadoras de uma maior e melhor participação das raparigas na Educação Física e no Desporto Escolar.

– O fim da discriminação no acesso às instalações desportivas e nos prémios financeiros das competições.

– O desenvolvimento de políticas e de programas nas vertentes económica e social, para reabilitação e integração das pessoas traficadas, com a adequada disponibilização de verbas, por forma a garantir a eficácia dos programas.

– A aplicação da Convenção para a Repressão do Tráfico de Seres Humanos e de Exploração da Prostituição.

– A concretização de medidas de guarda e protecção das vítimas de tráfico.

– A concretização de medidas de apoio à integração social das mulheres prostitutas.

Entrevista com Ilda Figueiredo

É preciso quebrar o círculo vicioso da pobreza

A luta contra a pobreza assume múltiplas formas. E exige, em particular, uma forte mobilização para impor outras políticas.

A nível nacional e europeu.

Esta uma linha fundamental da entrevista concedida por Ilda Figueiredo, deputada comunista ao Parlamento Europeu, ao «Avante!», num momento em que a Marcha das mulheres contra a pobreza e violência juntou muitos milhares de pessoas em Lisboa.

Em que medida é que um projecto de luta contra a pobreza, a nível comunitário, pode ser utilizado como instrumento da luta contra a pobreza em Portugal?

O programa que a Comissão Europeia apresentou é apenas um programa de coordenação de acções e de estudos a realizar no âmbito dos quinze estados membros visando, por um lado, sensibilizar para as questões da pobreza e da exclusão social, por outro, recolher elementos que aprofundem o estudo e

permitam elaborar estatísticas e indicadores correctos da situação da pobreza e da exclusão e, simultaneamente, indicar medidas a tomar para a ir reduzindo.

Pela minha parte estou a procurar que o programa vá mais longe e envolva as organizações nacionais, regionais e locais dos diversos estados membros. Que envolva os próprios excluídos e pobres e aqueles que estão numa situação de ameaça de poderem vir a ser também pobres ou excluídos.

E como concretizar essa necessidade de ir mais longe?

Antes do mais, são necessárias mudanças de políticas no plano comunitário, para dar resposta às necessidades de sectores hoje profundamente atingidos pela exclusão. Como os reformados e mesmo famílias de trabalhadores – com trabalho precário, inseguro, mal pago. Ou as mulheres, que continuam a ser profundamente discriminadas – ainda agora os relatórios da União Europeia demonstram que a média dos salários das mulheres no sector privado são inferiores em 28% aos salários dos homens e que elas continuam a ser as principais vítimas da pobreza e da exclusão social.

Impõem-se assim políticas de intervenção nos vários planos – da educação, da saúde, da segurança social, da habitação, da formação – que tenham em conta este problema.

Mas, fundamentalmente, é essencial que as políticas europeias, no plano macro-económico, designadamente as políticas monetárias, concorrência e preços, agrícolas e pescas, não vão ao arrepio dos objectivos que cada país venha a desenvolver procurando diminuir a pobreza e as exclusões e não contribuam, como tem acontecido sistematicamente, para aumentar a pobreza e a exclusão.

São necessárias ainda acções de prevenção para evitar novas situações de pobreza e novas exclusões, designadamente numa área como a informática, as novas tecnologias, dando particular atenção às crianças, à juventude.

As propostas que estou a apresentar visam completar o programa da Comissão.

É evidente que é importante aprofundar o conhecimento da situação, que é importante ter estatísticas fiáveis, indicadores qualitativos e quantitativos sobre a situação da pobreza e da exclusão na União Europeia. Mas não basta. É preciso ir muito mais além.

De qualquer modo, é bom referir que não há um programa de coordenação da Comunidade direccionado para esta área da luta contra a pobreza e exclusão social desde 1994. Há seis anos que não há qualquer programa.

Que significado tem essa inexistência de qualquer programa?

Para mim, significa que durante estes seis anos os dirigentes da União Europeia deram prioridade à criação da União Económica e Monetária, ao euro, ou seja, às políticas monetárias,

mesmo à custa do agravamento das desigualdades, da pobreza e das exclusões sociais.

Agora, graças, por um lado, às lutas dos trabalhadores – e os pobres, um pouco por toda a União Europeia, têm vindo a reclamar maior atenção para as questões sociais –, por outro, à enorme abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu, os dirigentes da União Europeia viram-se obrigados a dar alguma atenção aos problemas sociais.

Aliás, na Cimeira de Lisboa, a 23 e 24 de Março, vimos como, para escamotear medidas altamente gravosas dos interesses dos



trabalhadores e até dos interesses das pequenas e médias empresas, como foi o avanço na liberalização de sectores fundamentais, se avançou com promessas de medidas a tomar no final da presidência francesa, em Dezembro deste ano, em Nice.

De entre estas promessas, destaco três: a agenda social, o programa comunitário de coordenação das lutas contra a pobreza e a exclusão social e o estabelecimento de metas objectivas para a diminuição da pobreza.

Essas são as promessas. E na prática?

Muito embora em Lisboa se tenha dito que a situação actual de pobreza e exclusão social é inadmissível e que a União Europeia tem que tomar medidas eficazes visando a sua erradicação – e estou a citar conclusões da Cimeira –, a verdade é que, mesmo números que aí foram indicados, como redução da pobreza até 2010 dos 18% actuais para 15% em 2005, 10% em 2010 e redução em metade até lá da pobreza infantil, ainda não foram decididos.

E é necessário – de acordo com as conclusões de Lisboa – que cada país, cada Estado membro, apresente as suas propostas de redução da pobreza e da exclusão social, para incluir nos próximos anos nos planos nacionais de luta contra a pobreza.

O que se propõe, no programa em que estamos actualmente a trabalhar, é que estes planos e propostas sejam anualmente analisados.

Neste quadro, propomos ainda a criação de um grupo de reflexão que inclua ONGs, parceiros sociais, representantes do Parlamento, do próprio Conselho e da Comissão para, todos os anos, ir acompanhando o que está a ser feito e, simultaneamente, apresentar propostas e sugestões, para caminhar no sentido que foi defendido em Lisboa – no sentido de erradicação da pobreza.

Que possibilidades há de fazer avançar um programa sério de luta contra a pobreza? Que recursos, que formas de luta e mobilização temos ao nosso dispor?

A Comissão Europeia remete para os estados membros as acções de luta contra a pobreza. Que é quem conhece melhor o problema? Quem está no terreno a intervir.

Mas a verdade é que as políticas comunitárias são muitas vezes as principais causadoras dos problemas da pobreza e da exclusão. Daí a minha grande pressão para que se lute pela alteração de políticas europeias. Esse é um aspecto central, que exige um grande movimento dos trabalhadores, dos excluídos, para obrigar a União Europeia a alterar as suas políticas macro-económicas. Não basta apenas a acção das instituições.

É fundamental que em cada país, em cada região, a nível local e a nível nacional, os próprios pobres e excluídos se organizem, com o apoio de outras organizações que hoje já intervêm no terreno, e denunciem as situações, e exijam programas efectivos de apoio à sua integração.



É o caso, por exemplo, de toda a luta que os reformados têm vindo a desenvolver – o aumento das reformas mais baixas é uma questão essencial para a melhoria das condições de vida e para que muitos saiam da situação de pobreza efectiva em que se encontram. Ou a pela luta por melhores condições de habitação, nos bairros degradados, por políticas de habitação social e de integração efectivas. A luta por uma melhor educação, por uma educação de qualidade.

Ou ainda, por que não se criem novas exclusões, em particular com o desenvolvimento da informática.

Que papel podem desempenhar nesta luta as próprias populações, por exemplo através do associativismo local?

O envolvimento das populações e o apoio ao associativismo local são essenciais. Seria fundamental dar um muito maior apoio ao associativismo local e ao associativismo dos próprios jovens. Apoio não apenas financeiro, mas também de instalações, de equipamentos e de pessoal competente, de animadores competentes nas várias áreas.

Em vez de manter 30 mil professorês no desemprego, o Governo podia e devia estabelecer um programa de ocupação destes professores ao serviço da juventude, seja em ocupação de tempos livres na própria escola, seja na diminuição do número de alunos por turma, para dar um apoio mais personalizado aos jovens com dificuldades de integração na própria escola, seja no apoio à ocupação de tempos livres a concretizar entre a escola, as associações juvenis, a comunidade local, a própria autarquia.

Estou certa de que essa seria uma medida muito importante de combate à pobreza, à exclusão social, e sobretudo de prevenção contra novas exclusões.

Voltando ao programa de luta contra a pobreza, no quadro do Parlamento Europeu. Na perspectiva de ir mais longe, quais a(s) prioridade(s) da nossa luta?

Para o Programa de Luta contra a Pobreza, um programa de coordenação de acções no plano da luta contra a pobreza e a exclusão social, estão atribuídos apenas 70 milhões de euros para cinco anos.

A nossa luta actual vai no sentido de duplicar este valor. Para que não se fique apenas por estudos muito centralizados, mas se procure que, em cada país, em cada região, em cada local, haja uma intervenção das próprias organizações locais e das instituições e dos próprios pobres e excluídos, no aprofundamento desta situação, no conhecimento das suas causas, e também na proposição de medidas para as ultrapassar.

Para além das políticas globais, a luta contra a pobreza, dado o seu carácter multidimensional, tem também particularidades locais e nacionais que é essencial ter em conta.

É preciso quebrar este círculo aparentemente vicioso – que filho de pobre tem de ser pobre. É preciso pôr fim a este círculo e criar as condições para que crianças e jovens nascidos de famílias pobres tenham condições para não continuar a ser pobres e excluídos. O que naturalmente pressupõe intervenção junto da própria família para prevenir a pobreza e a exclusão.

A educação e a formação são fundamentais. Mas não chegam. É necessário criar depois as condições para a integração, para a passagem da educação e da formação para a própria integração na vida activa. E isso tem de ser feito com políticas adequadas. Para quebrar este aparente círculo vicioso. Que não tem de ser.

Moderna

- a «associação criminosa»

e o que falta saber

• Carlos Gonçalves

Do que se tem lido, agora que foram deduzidas acusações no «caso» da Universidade Moderna, vinte meses após o início do inquérito - um prazo que passa a ser referência para processos de elevada sofisticação e «colarinho branco» - ressalta a acusação, contra oito arguidos, de associação criminosa, o que, sendo um crime grave, deixa mal situadas as manobras de branqueamento em curso. Estamos assim, presume-se, perante uma associação de criminosos, a quem foram também deduzidas acusações de administração danosa, corrupção activa, burla qualificada, falsificação de documentos e apropriação ilegítima, o que, se provado em tribunal, pode conduzir a pesadas condenações. E estão por apurar - espera-se que tal possa ainda acontecer - contra estes arguidos e outros figurões, mais crimes graves, nomeadamente financiamento ilícito de partidos políticos e branqueamento de capitais, para além de tráfico de influências e outras «coisas menores».

Escândalo político-criminal

Mesmo que as verbas envolvidas não ultrapassem os cinco milhões de contos, estamos perante um dos maiores escândalos político-criminais de sempre no nosso país, do qual, de cada vez que se entreabre um capítulo, sobram novas implicações e culpabilidades.

Lembre-se que, como assumiu o «professor Marcelo», o «caso Moderna» fez implodir a AD e foi causa próxima de crises no PSD e nos sistemas de Justiça e de Informações do Estado.

Recorde-se que há indícios bastantes de que, ao nível mais profundo, estava em marcha um «projecto global» de infiltração e conquista de áreas sensíveis do aparelho de Estado, do poder mediático, económico e político. Retenha-se que o projecto se filiava em obediências maçónicas, na «Casa do Sino» e provavelmente na estrutura secreta internacional da «Loja Fénix»: criminógena, conspirativa e tão alinhada à extrema-direita como os fatores internos de todo o projecto, que, pelo que é conhecido, são fascistas, católicos integristas e dirigentes do PSD e do PP, particularmente o seu Presidente. Confirme-se uma vez mais que aos novos desenvolvimentos processuais se sucedem diversos movimentos correlacionáveis. E falamos só do inteligível, mero afloramento da realidade profunda.

- Há uma postura comprometida que desvaloriza o «caso», no Euronotícias e no Independente, com Paulo Portas oculto num auto-exílio de campanha eleitoral insular prolongada e José Braga

Gonçalves - que o Semanário diz ser co-responsável com PPortas pela concepção do «projecto» - a contra-ameaçar com «factos comprometedores» certa «classe política» do PS e PSD, o Padre Melícias e responsáveis do SIS e da Presidência da República.

- Há a linha do «ajuste de contas», mais ou menos «Marcelista», que no Semanário ou no Expresso vai publicando novos dados, mas que não concretiza as ameaças de revelar os financiamentos partidários. E lembremos, a propósito, que há quem pense que o PSD aguarda expectante e guloso que seja o PP a viabilizar o OE, para afastar as eleições antecipadas e ganhar espaço de manobra.

- E há a linha da Visão e do Público, que parecem saber tudo dos processos, mas que, sob títulos garrafais, levantam apenas a ponta do véu dos cheques de PPortas ou das investigações futuras. E recordemos que já em Fevereiro a Visão falava da troca da Moderna pela abstenção do PP no OE e que hoje se fala da aproximação do PP à reforma fiscal.

Já agora, reparemos que Ricardo Sá Fernandes passou de advogado de JB Gonçalves a secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no remodelado Ministério que trata da reforma fiscal e do Orçamento.

Esperemos pelos próximos episódios, mas sem ingenuidades, que esta é das matérias em que está provado que «há bruxas».

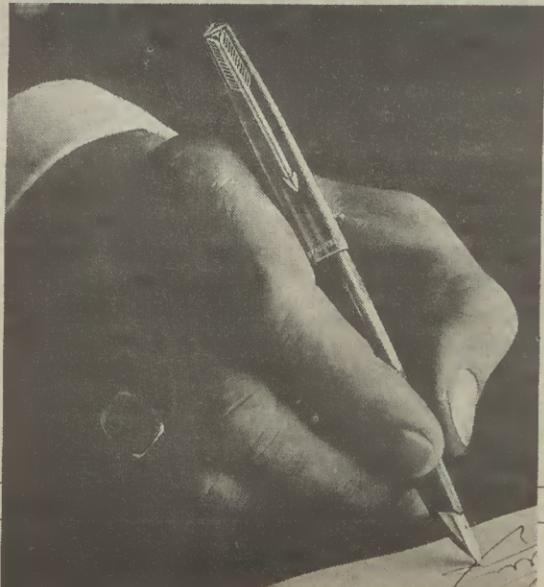
A «Amostra»

A Amostra era a empresa de sondagens criada por gente da confiança de PPortas e gerida por este, para, conforme a acusação, para aí se transferirem fundos da Moderna, sem outro objectivo que o «projecto de poder».

Na «Amostra» teriam sido pagos o Ferrari e as férias de PPortas, mas onde e como se terão evaporado, só em 98, à sua responsabilidade e à de JB Gonçalves, cerca de 57 000 contos?

Valé questionar se terão sido estas verbas e outras das muitas que passaram pelas mãos de JB Gonçalves que - como disseram os dissidentes da Dinensino ao Expresso em Abril - financiaram partidos políticos, particularmente o de quem concebeu e geriu o «projecto global»?

No «caso» da Moderna, enquanto para os interesses estabelecidos tudo se resume a chicana política para decidir o Orçamento ou outro qualquer serviço aos senhores do dinheiro, para a Justiça é absolutamente essencial esclarecer tudo e até ao fundo, para defesa e garantia do Estado de Direito Democrático.



Carlos Carvalhas hoje na Madeira

O secretário-geral está hoje, quinta-feira, na Madeira onde participa, juntamente com o cabeça de lista da CDU, Edgar Silva, e de outros candidatos e activistas, em iniciativas de campanha. Às 13.45 horas, participa num encontro com a população e os trabalhadores no Centro Hospitalar do Funchal; às 15.30 horas, numa visita ao Bairro do Hospital; e mais tarde em acções de rua no centro do Funchal. Às 19 horas, participa numa iniciativa na Praça da Autonomia, onde intervirá pelas 19.30 horas.

PRESIDENCIAIS ■ 2001

Iniciativas com António Abreu

Hoje - Sessão no Porto, pelas 18 horas, no Hotel Tuela (*Sala Caravela*)

Terça-feira, 17 - Sessão em Lisboa, na Biblioteca-Museu República e Resistência (*Estrada de Benfica, 419*)

Quarta-feira, 18 - Sessão em Aveiro, às 18 horas, no Salão da Biblioteca Municipal

Encontros de Quadros de Setúbal

Domingo, 15, 10 horas

Academia Almadense, em Almada.

António Abreu, candidato presidencial, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, intervêm no encerramento, às 16.30 horas

Outras iniciativas

Sexta-feira, 13 - **Penafiel** - Ilda Figueiredo visita durante a manhã o Matadouro Regional de Vale do Sousa e às 14.30 horas a Vercoope (reunião das Adegas Cooperativas da região dos Vinhos Verdes). **Queluz** - 21.30 horas - reunião das comissões de freguesia de Queluz, Monte Abraão e Massamá com os eleitos autárquicos. **Sintra** - 21 horas - Encontro convívio da JCP no CT de Rio de Mouro/Barxismo (Rua Vasco da Gama).

Sábado, 14 - **Porto** - 15 horas - **Jornadas autárquicas** da cidade do Porto, na Casa da Cultura de Paranhos (ao Largo do Campo Lindo, 7). **Maia** - 20 horas - jantar-convívio no café do CT de Pedrouços. **Viscu** - 10.30 horas - o deputado **Joaquim Matias** visita vários locais do rio Pavia para denunciar atentados ambientais. **Baixa da Banheira** - 15 horas - Debate sobre Segurança Social com **Maria do Carmo Tavares**, do CC do PCP, no CT local.

Segunda-feira, 16 **Lisboa** - 20.30 horas - reunião de militantes do Sector da Segurança e Limpeza, com Júlio Filipe, no CT Vitória. **Miratejo** - 15 horas - plenário de militantes sobre a situação social e política.

Hoje no Vitória

Sessão de apresentação do livro de **Carlos Costa**, «Relatório sobre o Algarve (Agosto de 1952)», às 18 horas no CT Vitória, com intervenção de **José Casanova**.

Eleições regionais Açores

Hoje - **S. Miguel** - **Mário Abrantes** e outros candidatos da CDU visitam as freguesias de São Roque e Livramento.

Flores - 20.30 horas - sessão de esclarecimento na escola da Fajã Grande, com **Paulo Valadão**.

Terceira - 10 horas - Contacto com as populações de São Mateus.

12 horas - visita ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e Angra do Heroísmo, com José Decq Mota e António Bulcão.

15 horas - Contactos com a população da freguesia dos Biscoitos.

20 horas - jantar-convívio na Esplanada do Sport Clube Lusitânia.

Faial - 10 horas - porta a porta no Capelo.

14.30 - porta a porta na praia do Almoxarife, com **Manuel Soares, Luís Bruno** e outros candidatos.

10 horas - contactos na zona do Porto da Horta.

20.30 horas - festa de encerramento no Polivalente dos Cedros, com **José Decq Mota**.

Sexta-feira - **São Miguel** - 12 horas - Passeio na baixa de Ponta Delgada e contactos com as populações 18.30 horas - Caravana automóvel em Ponta Delgada com saída da Rotunda de Santa Clara e em Vila Franca do Campo.

Terceira - Contactos pessoais com instituições públicas, empresas privadas, sindicatos, associações recreativas e desportivas no concelho de Angra e Praia da Vitória.

Faial - 8.30 horas - contactos com lavradores no posto de leite dos Flamengos.

17 horas - Contactos com as populações nas ruas da Horta. **José Decq Mota** participa nestas iniciativas.

Intercalares S. Pedro do Sul

Sexta, 13 - 18 horas, reunião com a direcção da Adega Cooperativa de Lafões
19.30 horas, reunião com a Junta de Freguesia de Várzea
Sábado, 14 - 10 horas reunião com a Junta de Freguesia de Figueiredo

de Alva, seguida de visita
Domingo, 15 - 10 horas, reunião com a Junta de Freguesia de Vila Maior
12 horas, reunião com a Junta de Freguesia de Pinho
16 horas, reunião com a Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres

Criação do passe intermodal
alivia o orçamento das famílias

Um factor de justiça social

O Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar na Assembleia da República um projecto de lei que confirma o passe social intermodal como título nos transportes colectivos de passageiros e alarga o âmbito das respectivas coroas.

A divulgação do projecto para a criação do passe intermodal foi feita em conferência de imprensa, realizada na sexta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, onde Carlos Carvalhas explicitou o objectivo do PCP: «promover o transporte público, melhorar a sua qualidade, introduzir mais justiça no seu preço e no peso dos orçamentos familiares». Assim, o PCP espera que as forças políticas que deram o seu apoio ao Dia Europeu de promoção do transporte público «sejam agora coerentes» na apreciação do seu Projecto de Lei.

Acompanhado dos deputados Joaquim Miranda e Bernardino Soares, de Luís Fernandes e José António Capucho, membros do Comité Central, e do economista Artur Pinheiro, o secretário-geral do PCP, considerou que a concretização da melhoria da qualidade de vida na Área Metropolitana, sendo «uma exigência de grande actualidade», passa por múltiplos aspectos «e tem nos transportes públicos um factor da maior importância», sendo uma correcta orientação relativa aos passes sociais uma «condição indispensável para tornar a vida melhor a milhões de pessoas que vivem e trabalham nas Áreas Metropolitanas».

A política de transportes que tem sido seguida «não tem contribuído para promover o transporte colectivo», disse Carlos Carvalhas, não alterando, corrigindo e invertendo «a situação da contínua repulsão da população para a periferia e o incentivo ao transporte individual». Para melhorar os transportes na Área Metropolitana de Lisboa é necessário adoptar «uma política de prioridade inequívoca aos transportes públicos» que deverá «promover a ligação eficaz entre as principais áreas residenciais de emprego e de estudo; melhorar o conforto dos transportes através da melhoria da qualidade, do ajustamento da oferta e de interfaces adequadas; prestar serviço de bom nível, com frequências ajustadas e regularidade; utilizar um sistema tarifário justo».

Mais e melhor serviço público

Entretanto, o passe social intermodal «constitui o título de transporte mais utilizado pela população da Região de Lisboa nas suas deslocações pendulares», sendo que a criação do passe social, após o 25 de Abril, aumentou «a mobilidade da população e constituíu um factor de justiça social», sendo hoje «um dos pilares do serviço público de transportes», cuja utilização urge incentivar e promover.

«A promoção e o desenvolvimento do passe social intermodal», sendo «indissociáveis», na opinião do PCP, «da promoção e desenvolvimento do próprio serviço público de transportes colectivos», leva, pois, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a apresentar na Assembleia da República um projecto de Lei que, confirmando-o «como título nos transportes colectivos de passageiros», alarga o âmbito das respectivas coroas às populações que usam diariamente os transportes da região de Lisboa e que fazem parte do percurso com outro título. Sendo este o caso das populações de Cascais, Sintra,

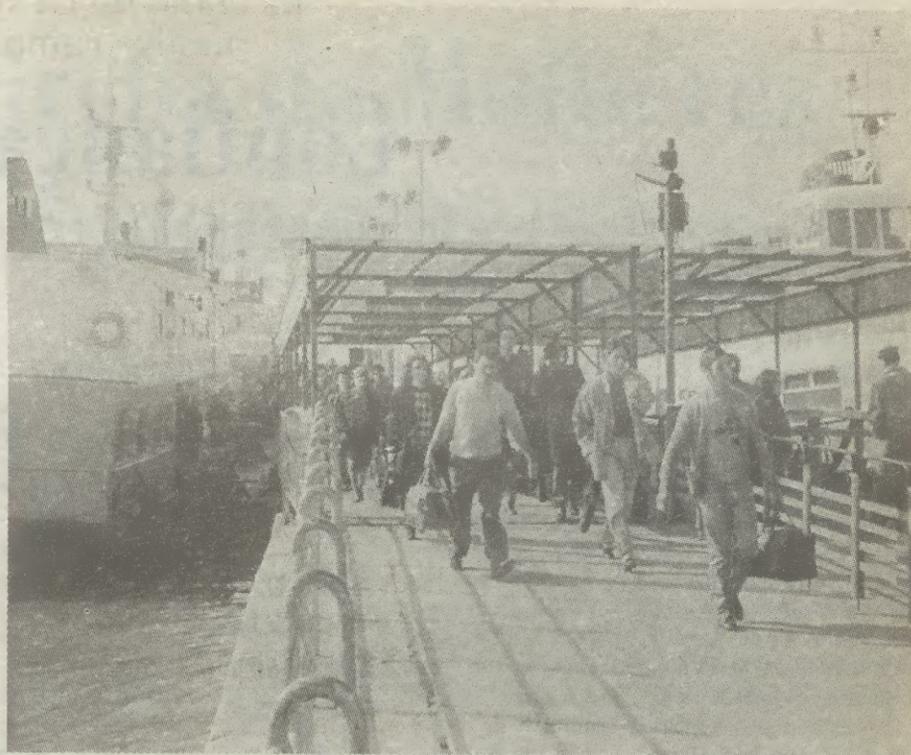
Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Samora Correia, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra, o passe social passará a servir uma população de aproximadamente 2 milhões e 300 mil pessoas, mais 700 mil (44%) do que actualmente.

Não menos importante, para Carlos Carvalhas, é o facto de, paralelamente, o passe intermodal implicar uma redução dos gastos das famílias com transportes, através do alargamento da superfície das Coroas, aproximando, em termos de custo, as periferias do centro e contrariando os aumentos brutais dos custos do passe que nos últimos anos se têm verificado (62,5% da população servida com o passe actual beneficiará directamente de redução de custos por alargamento das coroas actuais). A propósito, o secretário-geral do PCP lembrou que «são os passageiros portugueses na Europa quem com os passes e os bilhetes paga maior percentagem dos custos dos transportes públicos».

O passe social intermodal é o título mais utilizado em Lisboa



A proposta de criação de um novo passe foi apresentada no CT Vitória por Carlos Carvalhas



Incentivar o uso de transportes públicos e diminuir os gastos das famílias são os principais objectivos

Uma política negativa

A política do Governo não tem sido de molde a promover o transporte colectivo e desincentivar o recurso ao transporte individual, traduzindo-se, pelo contrário, numa maior concentração de serviços em Lisboa.

Os números falam por si. Na verdade, enquanto o passe «L», válido só na cidade, reduziu a mais de metade o seu peso específico - passando de 46 para 21% do número total de passes utilizados -, o passe para as zonas mais afastadas «L123» quase duplicou, aumentando de 14% para 21%. Isto, apesar de, em simultâneo, terem surgido em grande quantidade outros passes específicos. O recurso ao transporte individual, designadamente ao automóvel, tem-se, assim, sobreposto ao transporte público, servindo obviamente para agravar os problemas dos transportes, em vez de os resolver.

Na realidade, dizem os comunistas, a política seguida não favoreceu os necessários investimentos em infra-estruturas e em frota nos transportes

públicos, o que deu origem «à degradação da qualidade dos transportes, à redução da velocidade comercial e à redução do número de passageiros transportados». Aliás, o passe social sofreu uma redução superior a 1 400 000 unidades na década de 90, correspondendo hoje de quatro milhões e cem mil unidades/ano quando já foram superiores a mais de seis milhões e meio.

Por outro lado, as privatizações de empresas de transportes - que a seu belo prazer eliminaram a validade dos passes nalguns percursos - levaram à criação de outros passes, em linha e combinados, que tiram ao utente a possibilidade de optar por outro serviço quando a qualidade se degrada.

Ao mesmo tempo, o custo dos passes aumentou, acompanhando o dos bilhetes e pré-comprados; o aumento dos passes, nos últimos 20 anos foi bastante superior às evoluções do índice de preços ao consumidor e do salário mínimo nacional, representando actualmente o custo do passe L123 11,3% do valor do salário mínimo (quando em 1980 representava 8,67%, isto é: mais 30,3%).

Assim, relativamente ao sistema tarifário, o PCP entende que «o Passe Social Intermodal com coroas concêntricas é, sem dúvida, o que melhor se adapta à nossa Área Metropolitana», não só porque permite favorecer a complementaridade dos diferentes tipos de transporte mas também porque despenaliza, em preço, os percursos no sentido transversal aos eixos de penetração na capital.

São, porém, passados 24 anos sobre a sua criação e para que ele possa continuar a cumprir os objectivos iniciais - ainda válidos na diferente situação actual -, necessita de uma remodelação, que o PCP se propõe fazer com o actual Projecto de Lei.

Falta de educação

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP está preocupada com o rumo da política educativa levada a cabo pelo Governo e exige medidas urgentes que resolvam os graves problemas que se fazem sentir no sistema educativo do distrito.

Portalegre é o mais despojado e envelhecido distrito do país e apresenta também os mais elevados índices de instabilidade profissional e de precariedade de emprego dos professores - na sua maioria deslocados das suas residências -, que fazem desta região apenas um local de passagem, o que não garante às escolas quaisquer condições para assegurar a conti-

nuidade e sustentabilidade dos seus projectos educativos.

Face a estes dados, o Governo não só não apoiou as escolas como ainda lhes impôs cortes nos orçamentos,

o que vem comprometer e dificultar ainda mais a normalidade das actividades escolares e aumentar o desemprego entre professores e educadores, «desperdiçando-se assim a inestimável

oferta de quadros qualificados tão necessários ao desenvolvimento de Portalegre», lê-se no comunicado da direcção regional, de 26 de Setembro.

No mesmo documento, a organização local do PCP sublinha o imperativo de a Educação passar a ser encarada não como uma despesa, mas como um investimento no futuro do país. Como solução apontam a «criação de mecanismos de fixação dos professores às escolas do distrito, mediante um sistema de incentivos e subsídios à fixação e deslocação de docentes para zonas isoladas e desfavorecidas, como é o caso do distrito de Portalegre».



A educação não é uma despesa mas um investimento no futuro

Nota do PCP

Instado a comentar notícias vindas a público no «Expresso» do último fim-de-semana, sobre a alegada demissão de José Soeiro da Comissão Política do PCP, o Gabinete de Imprensa do PCP esclarece que José Soeiro participou na reunião da Comissão Política realizada na segunda-feira, continuando «a integrar este órgão» e mantendo «todas as correspondentes responsabilidades partidárias».

Incêndio no CT de Viana do Castelo
motiva campanha de fundos

Confiança no futuro

Carlos Carvalho
esteve na festa
de lançamento
da campanha de fundos

A Organização do PCP em Viana do Castelo lançou, no último dia 4, uma campanha de fundos na região, visando a reconstrução do seu Centro de Trabalho, recentemente destruído por um incêndio.

O lançamento da campanha que, sob o lema «Todos juntos vamos conseguir», pretende obter, no decurso de um ano, a importância de 20 mil contos, aconteceu no Arraial Minhoto no Santóinho, com a presença do Secretário Geral do PCP que encerrou a iniciativa.

Antes, porém, a responsável pela Direcção da Organização Regional, Branca de Carvalho, expôs os objectivos centrais da campanha e referiu os materiais já editados, sublinhando, em seguida, o gigantesco trabalho há 14 anos desenvolvido para a aquisição do edifício, agora destruído, e o esforço que, para uma organização pequena, periférica e com meios reduzidos, foi necessário desenvolver, a par das batalhas políticas com que se ia defrontando.

Por sua vez, o secretário-geral do PCP, numa breve intervenção calorosamente recebida, começou por valorizar a pronta resposta da organização e da Direcção

Regional do Partido que possibilitou a imediata reabertura de um novo Centro de Trabalho do Partido e o lançamento de uma campanha de fundos para a recuperação do CT, ao mesmo tempo que era assegurada a continuidade da direcção e do funcionamento do trabalho partidário e uma qualificada representação na Festa do Avante.

Mas, para Carlos Carvalho, a imediata mobilização verificada, é, ao mesmo tempo, bem demonstrativa do «elevado sentido de responsabilidade e do grande apego» sempre manifestados pelos comunistas de Viana relativamente ao seu Centro de Trabalho, aliás já expressos, quer no êxito da grande campanha de fundos de 10 000 contos que, anos atrás, viabilizou a compra do CT que agora ardeu, quer nas sucessivas campanhas e iniciativas de valorização e

beneficiação de «uma casa de trabalho, encontro e convívio do Partido».

População solidária

Como Carlos Carvalho destacou, esta reacção é tanto mais significativa quanto o incêndio se verificou precisamente numa altura em que a Organização Regional estava a concluir as obras de conservação e beneficiação que tornariam o CT mais bonito e mais acolhedor para

abrir as suas portas nas Festas da Agonia, causando, por isso mesmo, um grande desgosto, pesar e emoção em toda a organização.

Mas o movimento de solidariedade que se gerou em Viana em torno do incêndio que vitimou o Centro de Trabalho de Viana foi muito para além e para fora da organização do Partido. Um facto que o secretário-geral do PCP fez questão de sublinhar, lembrando as imediatas manifestações e actos concretos de apoio e solidariedade, quer nas contribuições para a campanha em curso, quer através da presença no Arrai-



al Minhoto de inúmeros convidados que, também assim, quiseram manifestar a sua solidariedade.

Um movimento que, ainda na opinião de Carlos Carvalho, «é revelador das históricas raízes do Partido em Viana, do seu prestígio na região, da sua influência e do conhecimento e muitos quanto ao carácter indispensável e necessário do nosso Partido, não só no plano nacional como na região».

Esta primeira iniciativa da organização de Viana do Cas-

telo para a campanha de fundos em curso, revela, por outro lado, a profunda confiança dos comunistas de Viana no futuro do Partido. Uma confiança que, afinal, demonstra o imenso campo de influência do Partido na região, onde a organização, enfrentando todos os desafios, tem já uma intensa actividade e intervenção, quer em relação às eleições presidenciais, quer no que respeita ao debate preparatório do 16.º Congresso do PCP, a realizar em Dezembro.

Relativamente ao Congresso, e na sequência das conclusões da reunião do Comité Central, Carlos Carvalho fez um apelo à participação activa e serena de todos no debate preparatório, «sem rótulos nem constrangimentos», centrada no esforço colectivo para o enriquecimento da linha política do Partido e para o seu reforço, para a definição do caminho da alternativa, recusando «a imposição do exterior» da agenda e do conteúdo do debate.

Setúbal

António Abreu reafirma razões da sua candidatura

Mais de 300 pessoas encheram completamente, no dia 3, a Sociedade Musical Capricho Setubalense para ouvir António Abreu, candidato do PCP às eleições presidenciais 2001.

A acompanhar António Abreu, encontravam-se na mesa Rui Paixão, coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, que em nome da DORS explicou os objectivos da iniciativa, Alfredo Monteiro, presidente da Câmara Municipal do Seixal, Teresa Chaveiro, da Direcção Nacional da JCP, e Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP.

Na sua intervenção, António Abreu começou por afirmar que a sua candidatura pretende dar expressão «à indispensável e insubstituí-

vel» força política que é o PCP, afirmando a opinião crítica dos comunistas quanto às decisões e avaliações feitas pelo actual Presidente da República, que comprometeram «expectativas criadas» quando da sua eleição.

Enunciando factores recentes prejudiciais ao desenvolvimento e à soberania do País, em especial alguns referentes à península de Setúbal - caso do encerramento da Siderurgia Nacional/Serviços e da Indelma que vão despedir 1400 trabalhadores -, António Abreu considerou que a sua candidatura à Presidência da República afirma «preocupações, concepções e valores diferenciados em relação a outras candidaturas».



Centenas de pessoas em Setúbal foram apoiar o candidato presidencial do PCP

Vencer atrasos

Em sua opinião, Portugal tem que vencer atrasos

estruturais crónicos relativos ao aparelho produtivo, à agricultura, à educação e

formação desportiva, deve alterar o rumo da integração europeia, recusando um lugar subserviente face às grandes potências, e deve respeitar o Homem como centro da actividade económica.

Para tanto, deverá também afirmar os valores do direito ao trabalho e do trabalho com direitos e o primado do interesse público sobre o interesse privado.

Para a sua candidatura, a democracia é política, mas tem outras vertentes - económica, cultural e social -, já que na sociedade portuguesa, «o desenvolvimento eco-

nómico baseia-se na exploração do trabalho e nas desigualdades sociais». Ora, como para o PCP o trabalho e direitos sociais são grandes pilares do seu conceito de democracia, na candidatura do PCP «o trabalho tem um lugar central na vida do País».

O primado do económico sobre o social e do financeiro sobre o produtivo, o fundamentalismo na privatização de empresas e serviços públicos, a regressão dos salários reais e dos direitos sociais dos trabalhadores, a liberalização e desregulamentação dos mercados», constituindo a «cartilha» dos grandes grupos económicos e das multinacionais não podem, assim, ser indiferentes ao Presidente da República, que «não pode ser espectador passivo deste retrocesso civilizacional», nem deixar-se «deslumbrar pelo show-business da «nova economia»».

E, para António Abreu, estas não são questões apenas da esfera governativa, devendo preocupar os vários órgãos de soberania, já que «delas depende a força da afirmação do Povo e do País».

A sua candidatura tem, pois, razões claras: «as razões de esquerda para Portugal».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Adalberto Viegas Fernandes e Silva

Faleceu, no passado dia 20 de Setembro, com 72 anos de idade, o camarada Adalberto Viegas Fernandes e Silva, professor, natural de Portimão. Membro do Partido desde 1945, foi preso em 1951 e condenado a cerca de dois anos na prisão. Após o 25 de Abril, foi durante vários anos, responsável pela Organização do Partido na freguesia de Carnaxide, Oeiras.

Fernanda Peleja Patrício

Com 71 anos de idade, faleceu no passado dia 8 de Outubro, a camarada Fernanda Peleja Patrício, professora, membro da Organização Concelhia de Aljustrel do PCP. Nascida na sede do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel, desde muito jovem se integrou nas lutas das gentes da sua terra. Foi deputada à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, cargos

que desempenhou com grande dedicação. Foi segunda candidata eleita nas listas para a Câmara Municipal e posteriormente presidente da Junta de Freguesia. Era destacada activista e dirigente do MDM.

José Joaquim Martins Leitão

Faleceu recentemente, com 56 anos de idade, o camarada José Joaquim Martins Leitão. Era membro do Partido desde 1974, tendo militado na célula da Editorial Caminho, onde foi delegado de publicidade até ao encerramento de «o diário». Era também na área da publicidade que há vários anos colaborava na Festa do «Avante!». Era membro da Comissão de Freguesia de Cacilhas, organização onde actualmente estava integrado.

★
Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

VISEU

Feira com «cara nova»?

A requalificação e dignificação do espaço onde há mais de um século se realiza a Feira de São Mateus é fundamental, quer pela projecção que a mesma tem na região e no seu tecido económico quer pelas centenas de agentes envolvidos na sua preparação, diz a Comissão Concelhia de Viseu do PCP. Tendo já sido anunciadas algumas alterações para o próximo ano, a Concelhia do PCP considera preocupante que os feirantes ainda as não conheçam. Daí que, temendo que elas se traduzam, apenas, por uma «cara nova», exija que a Câmara Municipal de Viseu esclareça de que alterações se tratam. Entretanto, que os feirantes ainda as não conheçam. Daí que, temendo que elas se traduzam, apenas, por uma «cara nova», exija que a Câmara Municipal de Viseu esclareça de que alterações se tratam. Entretanto, que os feirantes ainda as não conheçam. Daí que, temendo que elas se traduzam, apenas, por uma «cara nova», exija que a Câmara Municipal de Viseu esclareça de que alterações se tratam. Entretanto, que os feirantes ainda as não conheçam.

CANHA

Saúde vai mal

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Canha do PCP está indignada com a situação que se verifica no respectivo Centro de Saúde, para onde as pessoas têm de se dirigir ainda de madrugada caso pretendem conseguir uma consulta, vindo de lá muitas vezes «com as mãos abanar». E, quando por fim conseguem uma receita, deparam-se com uma única farmácia – pertença da Santa Casa da Misericórdia –, onde nem sempre são bem atendidos. Mas a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal nada fazem, denuncia o PCP, manifestando a sua disponibilidade para, juntamente com a população, lutar no sentido de resolver a situação.

OVAR

Ainda as lixeiras

Manuela Mourão, eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de Ovar, entregou um requerimento na Junta de Freguesia de Ovar, relativamente à persistência de inúmeras lixeiras a céu aberto na freguesia. Manuela Mourão diz saber que muitas vezes as operações de limpeza e recolha de lixo ultrapassam as competências da Junta mas entende que deve levantar mais uma vez a questão, visto estar a falar-se de «locais bem centrais» da cidade. Um deles a Rua Pedro das Pupilas, onde há meses se acumulam lixos de toda a espécie, perante a indiferença dos serviços de higiene e limpeza. Um outro, que «já deve ter criado raízes», junto à Av. D. Maria II, à beira da ETAR. São estas preocupações que a eleita da CDU pretende que o presidente da Assembleia de Freguesia transmita aos órgãos competentes.

EMIGRAÇÃO

Urge reunião do CCP

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução que recomenda ao Governo a convocação com carácter de urgência de uma reunião plenária do Conselho das Comunidades Portuguesas que, como é sabido, viu a eleição do respectivo Conselho Permanente anulada, em Fevereiro, pelo Supremo Tribunal Administrativo. A verdade é que o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a pretexto de desconhecer o processo, tem procurado impedir por todos os meios o normal funcionamento do CCP. Mas como não se compreende que uma pessoa com as suas responsabilidades desconheça «o que todos sabem», o PCP, com esta iniciativa, visa pôr termo à inoperância do Governo, exigindo o respeito pela lei, de forma a permitir o funcionamento de uma estrutura que, representando as Comunidades Portuguesas, é indispensável para dar resposta às suas preocupações e aspirações.

Uma Marcha de Mulheres inédita e pioneira

Muitos milhares de mulheres responderam positivamente ao apelo de participação activa na Marcha Nacional, realizada a 7 de Outubro, em Lisboa e que visou dar visibilidade à crescente feminização da pobreza e à violência exercida sobre as mulheres.

Responderam, também, positivamente, muitos homens que se identificam com a luta contra estes flagelos e assumem-na como parte integrante da sua luta pelos ideais de igualdade, justiça e democracia.

Uma ou outra voz isolada tentou minimizar o seu êxito e amplitude, fazendo afirmações que, no mínimo, demonstram desconhecimento dos principais problemas que afectam as mulheres portuguesas e o modo como esta Marcha foi preparada em Portugal. Sobre esta iniciativa, um jornal afirmava: «Um autêntico 1.º de Maio. A CGTP levou muita gente até à Avenida da Liberdade, mas deu um cunho político à marcha. Os protestos habituais relativos ao aborto, educação e emprego ofuscaram

leque muito alargado de organizações unitárias de mulheres, de estruturas femininas dos partidos, organizações de reformados, de agricultoras, ligadas à violência, ao desporto e também a CGTP-IN e Sindicatos, designadamente os que contam com grande peso de mão-de-obra feminina.

Todas as organizações tiveram, à partida, iguais capacidades de decidir sobre os conteúdos desta acção e igual responsabilidade de empenharem todos os esforços na mobilização das mulheres que influenciam. Não é justo, nem correcto, que se tente criar a ideia de que as organizações que se empenharam activamente na mobilização pretendiam instrumentalizar esta iniciativa para «causas» periféricas aos direitos

das mulheres. Nem tão-pouco diminuir o esforço de muitas organizações que, sendo pequenas, deram o seu melhor para o seu êxito. Afinal, procura-se estigmatizar quem contribuiu para o êxito desta Marcha. No futuro, talvez valha a pena reflectir sobre as razões

Engana-se quem pensa que este processo de luta dispensa a convergência na acção de todos, mulheres e homens

a problemática das mulheres. (...) Uma mão cheia de causas que ultrapassam largamente os problemas das mulheres. E se a ideia inicial era promover a luta contra a pobreza e violência sofrida pelas mulheres rapidamente se percebeu que a oportunidade seria aproveitada para dar voz aos tradicionais motivos de protesto. Das 35 horas semanais, ao direito de opção do aborto, passando pela saúde, educação, reformas e pensões tudo foi motivo para um pujante grito de afirmação.» (1) Um outro jornal afirmava que tinham aderido «à iniciativa sobretudo os sindicatos. A sociedade civil passou ao largo da Avenida da Liberdade». (2)

Na verdade é importante recordar que esta Marcha Nacional foi lançada por uma Plataforma de mais de cem organizações, muitas das quais com assento no Conselho Consultivo da CDIM, num

que motivaram que nem todas as organizações que aderiram à Marcha tenham desenvolvido o seu melhor para contribuir para o seu êxito.

Palavras de ordem

Que causas foram trazidas a esta Marcha que não digam respeito às mulheres portuguesas? Vejamos alguns exemplos de panos identificados com as diversas estruturas da CGTP-IN, que desfilaram pela Avenida da Liberdade (e dos quais existem registos visuais) dando eco a questões como: «Contra a pobreza e a violência»; «Emprego com direitos»; «Quem ama não agride e não mata, abaixo a violência»; «Pela eliminação de todas as formas de violência». Estas não são causas das mulheres?

As palavras de ordem gritadas ao

longo da Marcha, tais como: «Sim à igualdade, não à discriminação»; «Direitos conquistados devem ser efectivados»; «Não à precariedade, emprego de qualidade»; «35 horas sim, desregulamentação não», serão reivindicações que não interessam, em particular às trabalhadoras e às jovens que pretendem ingressar no mundo do trabalho e que, diariamente, são confrontadas com discriminações no acesso ao emprego e no trabalho, no salário e nos pesados horários semanais? Não dizem respeito aos problemas das mulheres reivindicações como «Igualdade Sim, violência Não», «Educação pr'á igualdade é futuro de qualidade» ou «Aborto, o crime está na lei»? Estas questões ofuscaram a problemática da mulher?

Mas, se as vezes isoladas merecem aqui algumas apreciações é justo referir que, certamente, a maioria das(os) participantes na Marcha Nacional de Mulheres se revê nos relatos que outros órgãos de imprensa escrita fizeram desta acção e de que é exemplo: «Milhares de pessoas desfilaram em Lisboa contra a pobreza e violência e em defesa de uma política global de igualdade entre os sexos. (...) Tal como movimentos sindicais, grupos de jovens, associações locais, entre a centena de organizações não governamentais que ontem marcou presença nesta marcha... Sindicalistas, professoras, metalúrgicas, corticeiras, trabalhadoras dos têxteis e do calçado, heterossexuais e lésbicas, mulheres do campo e donas de casa, até estudantes... todas quiseram aproveitar esta oportunidade de dizer da sua justiça.» (3)

Vencer preconceitos

Na realidade, esta Marcha Nacional foi inédita e pioneira nos seus objectivos e no número de organizações e individualidades que a eles aderiram, nos milhares de mulheres e também de homens que nela participaram, demonstrando que o caminho a prosseguir é o da luta. Da luta pela afirmação dos direitos das mulheres - não como uma causa abstracta, ou, apenas ligada a problemáticas que interessam a algumas mulheres - mas, sobretudo, ligada aos principais problemas que afectam a grande maioria das mulheres portuguesas, incluindo as novas gerações. Uma luta que exige uma redobrada convergência de esforços na acção das organizações de mulheres e de outras organizações sociais, para que um número crescente de mulheres portuguesas se assumam como sujeito activo de transformação da sua vida e da vida colectiva. Engana-se quem pensa que este processo de luta dispensa a convergência na acção de todos, mulheres e homens, que exigem um quotidiano de qualidade, com o pleno exercício dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais. E que querem assumir uma postura activa na mudança de comportamentos e de atitudes de mulheres e de homens nos relacionamentos familiares e nas comunidades, vencendo preconceitos milenares e procurando interagir, incorporando a especificidade, a diferença como componentes enriquecedoras de uma luta por uma nova sociedade que liberte mulheres e homens das opressões e flagelos do nosso tempo.



Fernanda Mateus
Membro da Comissão Política



(1) - Diário de Notícias, 8.10.2000

(2) - Jornal Público, 8.10.2000

(3) - Jornal 24 Horas, 8.10.2000

Luta nos EFE's

Cerca de metade dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris do exército estiveram em greve no passado dia 3, reivindicando o descongelamento dos escalões da carreira. Celeste Soeiro, do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, em declarações à Agência Lusa, afirmou que a adesão à greve não foi maior porque «os trabalhadores são muito ameaçados» no sector. Apesar das pressões, 2200 trabalhadores em greve manifestaram-se em Lisboa, junto ao Estado Maior do Exército e ao Ministério da Defesa. Acusam o Governo de não cumprir as promessas feitas e queixam-se de estarem à espera há dez anos de progredir nas carreiras, o que lhes permitiria verem aumentados os seus salários.

TVI

Vendo os seus objectivos alcançados, os trabalhadores da TVI decidiram, num plenário realizado no dia 4, levantar a greve ao trabalho suplementar (que desde há muito não era pago) iniciada no dia 10 de Junho, depois da empresa se ter comprometido com a IGT em regularizar a situação. Anabela Fino, do Sindicato dos Jornalistas, disse à Lusa que a greve, convocada em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, foi levantada porque «foi atingido o objectivo essencial, que era a empresa reconhecer a ilegalidade existente ao nível do trabalho suplementar». A dirigente do SJ afirmou que, apesar do problema nem de longe estar resolvido, «os trabalhadores decidiram dar tempo à administração para regularizar a situação» num gesto de boa vontade.

Privados com favores

O Sindicato dos Professores da Região Centro está a promover a subscrição de um abaixo-assinado onde se contesta o favorecimento que tem beneficiado os colégios privados do distrito de Viseu. O sindicato, em nota de 5 de Outubro, acusa o Governo de dotar estes colégios de um estatuto de favor, patente no facto de beneficiarem de «contratos de associação que garantem o pagamento pelo Estado (com dinheiro dos contribuintes) de todas as suas despesas». Para o sindicato, «é absolutamente imoral» esta situação, quando as escolas públicas ou não têm orçamento ou «sofrem dramáticos cortes» no seu financiamento. Por outro lado, o SPRC/CGTP contesta as acumulações feitas pelos colégios quando existem mais de 30 mil docentes desempregados.

Para os trabalhadores da Administração Local

Correcção salarial urgente

Do plenário nacional do dia 4 saiu uma série de exigências com vista à melhoria das condições de vida dos trabalhadores das autarquias.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa levaram ao plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais uma análise da actual situação dos trabalhadores deste sector e acusaram o Governo de não

Dignificar os trabalhadores das autarquias é o objectivo dos sindicatos

cumprir as promessas que fez na campanha eleitoral de 1995. Às belas palavras do executivo socialista os sindicatos contrapõem «a política de degradação salarial, sendo sintomática a má-fé evidente do Governo na negociação dos nossos aumentos salariais para o ano 2000», lê-se na resolução do plenário.

Para o STAL e o STML é urgente a mudança de política, para que «se inicie definitivamente a mudança das condições de vida dos trabalhadores da administração local, seja ao nível do seu poder de compra, da aproximação dos salários aos níveis europeus, da valorização e dignificação das suas carreiras».

Para os dois sindicatos, estão comprovadas as disponibilidades orçamentais pelas benesses dadas pelo Governo a grupos privados – de que os 80 milhões de contos entregues aos Mellos para viabilizar a Lisnave que foi, agora, alienada

por um dólar são apenas um exemplo. Sendo assim, a implementação de uma política social justa e uma intervenção forte ao nível dos salários dos trabalhadores da administração local é uma opção de carácter político e não orçamental.

Para além da já referida perda de poder de compra, outros problemas aguardam resposta. As carreiras «clamam por uma verdadeira reestruturação e revalorização», «o suplemento de insalubridade, penosidade e risco aguarda a regulamentação» há muito adiada e os serviços públicos «carecem de efectivas medidas que visem a sua modernização e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores», acusam os sindicatos.

Ainda este ano

Para fazer frente a todos estes problemas, o plenário afirmou «que é necessária e urgente uma intervenção que origine alterações de fundo na política governativa» que passarão necessariamente por uma intervenção de fundo nos salários e no sistema de carreiras na administração local que deverá ter lugar, na opinião dos sindicatos, indepen-



Governo agiu de má-fé, acusam os sindicatos

dentemente da negociação regular anual. Como solução apontam a reestruturação das carreiras em torno das áreas funcionais. Assim, uma estaria relacionada com a criação, o planeamento e a gestão – técnicos superiores, técnicos e chefias –, outra com a administração e a execução técnica – administrativos, operários qualificados e altamente qualificados – e uma última relacionada com a execução directa e a manutenção – auxiliares e operários semiquilificados.

No sentido da efectiva recuperação do poder de compra dos trabalhadores, e tendo como base de trabalho a Proposta Reivindicativa Comum 2000 «arduamente construída pela Frente Comum de Sindicatos da Administração

Pública», os dois sindicatos propõem no documento, a «correcção salarial do ano 2000, da qual devem resultar, nomeadamente, um aumento intercalar de 1,6%, a garantia de um aumento mínimo de 5.000\$00 para cada trabalhador», e exigem que «no ano 2001 nenhum trabalhador tenha um aumento salarial inferior a 7.500\$00 mensais».

Para os trabalhadores da administração local, um

efectivo aumento dos salários é uma necessidade a que urge dar resposta. O salário médio é o mais baixo do País – 107 contos mensais – que contrastam com os 130 nacionais, contraste que se acentua quando se constata que «o salário médio nas Juntas de Freguesia não atinge os 100.000\$00 e que mais de 50% dos trabalhadores auferem salários abaixo dos 90.000\$00 mensais», protestam os sindicatos.

Aguieira é viável

A administração da Agueira Móveis, de Penacova, avançou com uma proposta para assegurar o futuro da empresa, que a União dos Sindicatos de Coimbra considera «perfeitamente viável». O coordenador da USC/CGTP disse à Agência Lusa que «há um quadro de continuação da empresa e de manutenção dos postos de trabalho». O sindicalista António Moreira realçou este aspecto positivo, embora afirme que continua a subsistir um conjunto de dificuldades.

Dirigentes da USC e do Sindicato da Construção Civil reuniram-se em Coimbra, no passado dia 6, com o empresário que assumiu em Maio a gestão da Agueira Móveis e com responsáveis regionais do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT). Segundo António Moreira, o gerente comprometeu-se a «proceder à liquidação dos salários em atraso e a avançar com a requalificação dos trabalhadores». A nova administração assumiu, em Maio, com os trabalhadores e com os sindicatos, um conjunto de compromissos e que uma parte deles foi, de facto, concretizada desde então, reconheceu o sindicalista.

Por resolver

Os anteriores donos da empresa, que empregava cerca de 50 pessoas, na maioria mulheres, «despediram ilegalmente» 29 trabalhadores em Abril, tendo outros abandonado a empresa, alegando falta de condições psicológicas. Com estes últimos, o actual proprietário celebrou acordos de rescisão dos contratos, salvaguardando, no essencial, os seus direitos.

António Moreira indicou que os salários de Fevereiro e Março foram pagos integralmente aos operários que ficaram na empresa, estando em falta os meses de Abril e Setembro, além do subsídio de férias. De acordo com a proposta formulada na sede de Coimbra do IDICT, a Agueira Móveis compromete-se a liquidar de imediato o salário de Setembro, devendo o de Abril e o subsídio de férias ser objecto de pagamento faseado.

O dirigente da União dos Sindicatos frisou ainda que a requalificação das pessoas, em termos das tarefas que executam, é outro dos compromissos por cumprir e lembrou que todos os trabalhadores ainda continuam na situação de «indiferenciados» sendo, por isso, prejudicados nos seus salários. O mesmo responsável disse que os sindicatos esperam que o novo administrador respeite a proposta apresentada.

Despedimento total na Vesticom

Esta empresa, do ramo do vestuário, pertencente à multinacional inglesa *Coats Viyella Clothing*, anunciou, no dia 4, que vai formalizar o despedimento colectivo de todos os trabalhadores. A multinacional, que tem empresas em 60 países do mundo, decidiu encerrar todas as unidades, onde trabalham aproximadamente 7900 trabalhadores, 300 dos quais em Portugal. Justificam tal medida pelo facto do produto, totalmente escoado pelas lojas *Marks & Spencer*, não ser rentável.

O anúncio do despedimento colectivo foi feito numa reunião, realizada na própria fábrica, entre o administrador do grupo inglês, a gerência da empresa em Portugal e a Direcção do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul a que se seguiu um plenário de trabalhadores.

A direcção do sindicato, em nota à comunicação social, «responsabiliza o grande capital internacional, através das multinacionais, da destruição do aparelho produtivo, e também o Governo do PS, que nada fez para defender os postos de trabalho».

A Vesticom está situada em Torres Vedras há cerca de 27 anos e o encerramento da empresa, na opinião do sindicato, «vai originar que o Concelho fique mais pobre, em termos de emprego, aumentando o desemprego

em 10% e reduzindo a riqueza criada em mais de 1 milhão de contos».

Confrontada pelo STTLVS, que defendeu que a empresa não procedesse ao despedimento – justificando que esta possuía bons trabalhadores e equipamento técnico –, a multinacional informou que a decisão de encerrar era irrevogável, pois não conseguiram vender a fábrica a outro grupo. Resta ao sindicato negociar as indemnizações que melhor sirvam os interesses dos trabalhadores.

Encerramento desumano

O PCP, em nota de 9 de Outubro, denuncia a forma «desumana» como a multinacional decidiu encerrar aquela empresa e mandar para o desemprego 300 pessoas. Acusa ainda o Governo do PS por não defender o emprego, por nada fazer para contrariar as políticas das multinacionais, sendo «conivente com as suas posições quando não contraria aquelas políticas que visam somente o lucro e que sistematicamente vão «comer» fundos estruturais e depois lançam os trabalhadores no desemprego, como está a acontecer na Vesticom – como já aconteceu na Kalen em Alenquer, na SIC em Mem Martins e na Norporte em Alhos Vedros».

Valorizar propostas e estimular a luta

Campanha até Novembro

A partir da próxima semana, o PCP vai intensificar as acções de contacto com os trabalhadores, numa campanha que culmina com um grande encontro a 9 de Novembro.

O PCP pretende, com o conjunto de iniciativas a levar a cabo, a nível nacional, entre os dias 18 de Outubro e 7 de Novembro, divulgar e valorizar as propostas e iniciativas legislativas que os seus deputados têm levado ultimamente à Assembleia da República e que vão ao encontro de exigências e aspirações dos trabalhadores. Quer também estimular a reivindicação e a luta dos próprios trabalhadores.

A distribuição de 250 mil exemplares de um folheto central, em muitos casos acompanhada por carros de som, junto de grandes empresas e locais de trabalho, tem igualmente por objectivo alargar a recolha de assinaturas para a candidatura de António Abreu às eleições presidenciais.

Decorrendo no período de preparação do XVI Congresso do Partido, a campanha representa ainda um acrescido esforço de recrutamento de novos militantes, de reforço da organização do PCP e de aumento da difusão do «Avante!», na linha do aprofundamento da ligação com os trabalhadores e da intervenção para a resolução dos problemas do País.

Para o êxito da campanha

vai ser determinante o envolvimento das organizações do Partido – tanto a nível regional, concelhio e de freguesia como das células de empresa – e de muitas centenas de militantes e dirigentes.

No grande encontro marcado para 9 de Novembro

– que será aberto também a sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores não inscritos no PCP – intervirão Carlos Carvalhas e o candidato do PCP às presidenciais. António Abreu, Jerónimo de Sousa e outros membros da direcção do Partido, bem como alguns deputados, participam em diversas outras iniciativas, quer acções de

propaganda quer debates temáticos sobre iniciativas legislativas.

O PCP quer ser ainda mais o partido dos trabalhadores

Passar aos actos

As iniciativas do PCP no Parlamento e a acção junto dos trabalhadores apontam medidas concretas que contrastam com a volumosa propaganda e a descarada demagogia do

Governo, designadamente quanto à precariedade de emprego e à injustiça fiscal (esta matéria foi agendada para ontem na AR e é tratada com destaque neste «Avante!»).

Os projectos de lei dos comunistas apontam para a valorização dos salários e da luta dos trabalhadores por vida melhor. Foi agora reapresentada a proposta sobre o combate aos abusos na contratação a prazo, na qual se defende o princípio de que **a um posto de trabalho permanente deve corresponder um emprego com vínculo efectivo.**

Ainda este mês será apresentado um projecto de lei para pôr cobro ao drama de muitos **trabalhadores de empresas que abrem falência**, arrastando-se os processos durante vários anos sem que os funcionários possam receber os seus créditos. O PCP defende que o Estado e os tribunais devem ser responsabilizados pela aceleração dos processos e pelo adiantamento dos créditos naqueles casos que não são resolvidos com a lei dos salários em atraso.

Os comunistas vão igualmente sujeitar à apreciação do Parlamento uma proposta para **valorização das carreiras operárias da Administração Pública**, objectivo por que os trabalhadores e os sindicatos do sector se têm batido.



Na intervenção parlamentar o PCP tem uma constante preocupação de defesa dos interesses dos trabalhadores (foto de arquivo)

Aniversário da CGTP comemorado no Porto

Os 30 anos da CGTP-IN foram comemorados, no Porto, com a realização de diversas iniciativas, às quais aderiram centenas de trabalhadores de todo o distrito.

O jantar de aniversário, que decorreu no dia 2 de Outubro, foi a principal iniciativa de convívio do programa de comemorações, juntando na sala da Junta de Freguesia do Bonfim mais de 200 pessoas. Todavia o

momento maior de afirmação política, cultural e social da CGTP estaria reservado para o auditório do Instituto Superior de Engenharia, onde se reuniram cerca de 500 pessoas, no dia 4 de Outubro. Naquele que foi um dos mais importantes e participados comícios-festas das comemorações do aniversário da Intersindical, houve poesia, canto de intervenção e música popular, exercícios coreo-

gráficos por alunos da Academia Contemporânea do Espectáculo, e uma actuação do Coro da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Nesta iniciativa intervieram o coordenador da USP, João Torres, e o secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva.

Vila Real

Também no âmbito da comemoração dos 30 anos da Inter, realiza-se **amanhã à noite**, no Centro Cultural de Vila Real, um colóquio que tem por tema «Sindicalismo hoje» e conta com a participação de Américo Nunes, da Comissão Executiva da central. Igualmente promovido pela União dos Sindicatos de Vila Real, tem lugar **sábado**, a partir das 20 horas, um jantar-convívio, na Escola Diogo Cão. Américo Nunes será aqui acompanhado por João Torres, também da Executiva. O programa inclui fados e música popular portuguesa.



Nas iniciativas de convívio destacou-se, no Porto, o jantar de dia 2

Desumanidade oficial na construção

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul mostrou-se «extremamente decepcionado com a atitude desumana, hipócrita e anti-solidária assumida pelas entidades oficiais», nos contactos que desenvolveu procurando ajudar os amigos e familiares de **Andrei Carbanov**.

Este moldavo, de 22 anos de idade, morreu no dia 11 de Setembro, no seu local de trabalho, vítima de doença, refere um comunicado da Direcção do sindicato, contando que Andrei emigrou para Portugal em 1998, onde começou a trabalhar como servente, em diversas obras da região de Lisboa, a uma média de 12 horas por dia, de segunda a sábado, para subempreiteiros que lhe pagavam entre 600 e 700 escudos por hora. Requereu a autorização de residência ainda em 1998, mas ainda a não tinha obtido. «A situação irregular em que se encontrava e o trabalho permanentemente precário e sem direitos não lhe permitiram recorrer aos cuidados médicos de que tanto necessitava», denuncia o sindicato, lembrando que em semelhante situação estão «muitos milhares de outros imigrantes».

Um grupo de amigos de Andrei fez uma recolha de fundos, mas o seu esforço não suportava os cerca de 1300 contos necessários para custear as despesas do funeral e trasladação do corpo (realizada no dia 3). O sindicato obteve cerca de 400 contos junto de entidades particulares, mas não conseguiu qualquer resposta ou apoio de entidades como o primeiro-ministro, o Alto Comissário para as Minorias Étnicas, o SEF, a Organização Mundial para as Migrações ou a secção consular da Embaixada moldava.

Arco

Na Assembleia Municipal de Santo Tirso os eleitos do PS, do PSD e do CDS/PP recusaram-se a aprovar uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da Arco Têxteis, despedidos na sequência de uma greve realizada em Março. A moção foi apresentada dia 29 de Setembro pela CDU, apelando à administração da empresa, para que reintegrasse os trabalhadores, e à Câmara Municipal e ao Governo, para que intercedam na melhoria dos salários no sector têxtil. «Lamentavelmente, os restantes partidos, que durante as campanhas eleitorais vão pedir o voto aos trabalhadores, recusaram agora a solidariedade a quem foi despedido por lutar por melhores salários», comenta a CDU, numa nota onde informa que a moção teve apenas os votos favoráveis dos proponentes e de um presidente de Junta de Freguesia que também é trabalhador da Arco.

Imprensa

Arrasta-se desde Novembro o processo de revisão do contrato colectivo de trabalho para os trabalhadores da imprensa diária (excepto jornalistas), denunciou o Sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, que aguardava algum resultado de uma reunião agendada para ontem, no Ministério do Trabalho, com a associação patronal (AID). Esta deveria ter respondido em Dezembro à proposta sindical (a actualização salarial tem efeitos a Janeiro de 2000), mas só em Abril avançou com um valor de 2,5 por cento para a tabela salarial, que chegaria depois aos 2,7. O sindicato insistiu para que esta percentagem subisse, tendo em conta os agravamentos inflacionistas e os aumentos acordados nas empresas mais significativas, que no mínimo foram do ordem dos 3 por cento. O negociador informou que teria que receber novas orientações. Em Julho, por causa desta exagerada demora, o sindicato apresentou já uma proposta de revisão do contrato para 2001. Entre as empresas onde os salários ainda não foram aumentados este ano estão «O Comércio do Porto», «O Primeiro de Janeiro» e o «Diário de Coimbra».

IPSS

A evolução dos salários nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, nos últimos 5 anos, representou apenas metade da actualização das comparticipações estatais recebidas, denunciou antontem a Federação da Função Pública. Mesmo assim, para atingir aquela proporção, foi admitido o pressuposto de que as IPSS tenham procedido aos aumentos salariais recomendados pelas suas Uniões, o que não se terá verificado, uma vez que desde 1997 não são publicadas tabelas salariais.

• Texto:
Isabel
Araújo
Branco

• Fotos:
Jorge
Caria

JCP contra prédios abandonados e rendas altas em Lisboa

A cidade da juventude



O problema da habitação em Lisboa afecta milhares de jovens. Muitos deles vêm-se obrigados a ir para os subúrbios quando saem de casa dos pais. A JCP lançou recentemente um

conjunto de proposta para fazer face aos fogos devolutos e aos arrendamentos altos.

Ana Couto, Ricardo Noronha e Ana Saldanha explicam como voltar a trazer os jovens para a cidade.

Avante! – A actual situação social e económica dos jovens leva-os a adiar a sua vida adulta e a permanecer mais tempo em casa dos pais?

Ana Couto – Cada vez há mais jovens que decidem continuar eternamente a estudar porque pensam que não conseguem arranjar emprego se não tiverem uma licenciatura ou um mestrado. E muitos destes mantêm-se em casa dos pais porque não têm um rendimento fixo. Por outro lado, quando um jovem entra no mercado de trabalho, o primeiro emprego que tem é precário, sem garantias de estabilidade e com salários muito baixos. É um mundo que não dá nenhuma segurança para o jovem sair de casa dos pais, onde não tem de pagar renda e pode usufruir de uma cama.

Ana Saldanha – Como o emprego não é fixo, anda-se a saltar de trabalho em trabalho, não se sabe muito bem onde se vai trabalhar e quanto se vai receber... Isso também contribui para adiar a saída de casa dos pais. A solução é ir para a periferia da cidade, onde as casas são mais baratas, desertificando a cidade de Lisboa.

Ricardo Noronha – Se um jovem quer comprar uma casa, tem de contrair um empréstimo e ficar endividado o resto da vida. A primeira casa deve corresponder às necessidades que os jovens têm aos 20 anos e que não são as mesmas que tem aos 30, quando querem estabilizar e constituir família.



Ana Couto

At já vão precisar de outra casa, vender a que têm e contrair outro empréstimo.

– E sem um emprego fixo os bancos não emprestam quantias elevadas...

AS – Exacto, não tem uma garantia bancária para contrair um empréstimo. Normalmente, os pais têm de ficar como fiadores.

– Que problemas provocam na vida dos jovens as rendas e as prestações elevadas?

AS – Isso tem a ver também com os salários baixos. O dinheiro fica contado até ao fim do mês, «vai x para a renda, vai x para a água e para a electricidade». Obviamente que o entretenimento passa para segundo plano.

RN – Se uma pessoa se endivida para pagar uma casa, inevitavelmente fica muito mais dependente do emprego e do patrão e fica mais vulnerável para lutar pelos seus direitos e tem mais tendência para se contentar com aquilo que tem. Não se pode expor a uma situação em que não possa pagar a renda. Uma pessoa que se endivida fica dependente.

AC – Com os ordenados que se praticam, tu pagas as despesas da casa e ficas sem dinheiro para ir ao cinema ou ao teatro, eventualmente fazer um jantar, comprar livros.

RN – Os jovens têm de optar: ou têm casa ou têm uma vida normal. Há muita gente que decide sair de casa dos pais, mas estes continuam a ajudá-los financeiramente.

– Os jovens optam por comprar



Ricardo Noronha

casa e não alugar devido às rendas altas?

AS – Neste momento compensa comprar casa por causa do crédito bonificado para jovens. Se as rendas fossem mais baixas, muitas pessoas escolhiam arrendar.

– Que consequências têm para a cidade o afastamento dos jovens?

AC – Já se nota e tem sido noticiada a perda de população. O número de habitantes de Lisboa tem vindo a diminuir exactamente por causa dos arrendamentos elevados e dos preços de casa exorbitantes.

Por outro lado, isso faz com que não haja uma renovação da população e provoca situações de insegurança.

A cidade deixa de ter uma vivência normal.

RN – Não é normal que a partir das 10 da noite não haja ninguém na rua. Além de não ser seguro, é um prejuízo económico para o comércio e para o turismo. Uma cidade com mais habitantes é uma cidade viva, dinâmica e com um potencial de crescimento económico muito maior. Em muitas cidades europeias, a presença de jovens é sempre levada em conta pela política de urbanismo. Em Lisboa é o contrário, com milhares de pessoas a permanecer aqui só de dia, a percorrer quilómetros e quilómetros para cá chegar.

– Quais são as grandes diferenças entre a vida das pessoas que vivem em Lisboa e as que vivem na periferia?



Ana Saldanha

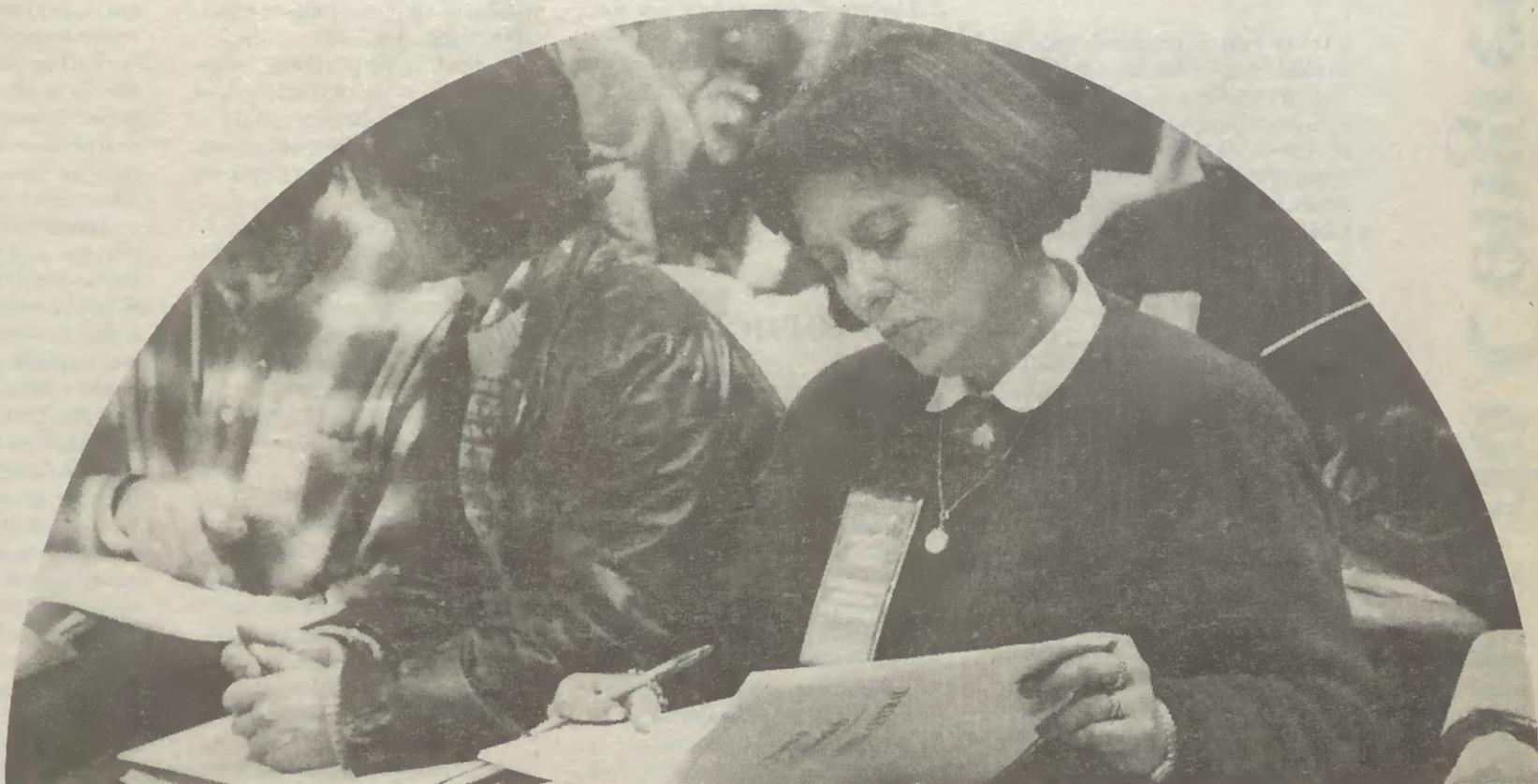
RN – Além das horas que se perdem no caminho, Lisboa tem mais condições de vida, tem mais espaços verdes e mais espaços de lazer. Pode fruir-se a produção cultural. A cultura que chega aos subúrbios é muito formatada. Há os filmes que passam nos centros comerciais, mas se quiseres ir ao teatro tens dificuldade. Eu moro em Oeiras e quando fico a dormir em Lisboa fico com mais horas para viver, para fazer coisas.

– Um dos argumentos mais apresentados para o crescimento dos subúrbios é que as cidades são fisicamente limitadas. Mas, a verdade é que há muitas casas sem moradores, em especial nas

“O IGAPHE tem uma lógica pernicioso, porque as rendas são muito altas e acaba por ser o Orçamento de Estado a compensar”

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 



O Congresso

Publicado o Projecto de Resolução Política (Teses), aprovado pelo Comité Central, logo em todo o Partido se deu início ao debate preparatório sobre este documento que recolherá

certamente contributos para a sua melhoria e aprofundamento. Conforme se pode avaliar pela Agenda que começamos a publicar neste número, respeitante a actividades ligadas à preparação do Congresso (embora muitas se encontrem ainda em preparação e marcação de datas), em numerosas organizações do PCP o debate já está aberto sobre as Teses. O «Avante!», conforme já anunciara, abre também hoje a sua Tribuna do Congresso, acolhendo nas suas páginas textos dos militantes do Partido que assim queiram exprimir as suas opiniões no órgão central do PCP, observando as regras definidas para essa participação.

em debate



XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Os textos enviados para esta secção devem ter um máximo de 60 linhas dactilografadas a 60 espaços (3600 caracteres, espaços incluídos). A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de efectuar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Quando e se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas de emenda ou sugestões sobre o documento em debate, será enviada cópia para as respectivas comissões de redacção. A correspondência deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção Tribuna do Congresso
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa
Fax: 217817193
E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

Eu, conservador, me inconformo

Há pouco mais de uma década – não foi há séculos... –, numa das curvas em que a História é pródiga e em que há que evitar o pânico da derrapagem, senti necessidade de escrever, em “o diário”, que “eu, ortodoxo, me confesso”. “o diário” era então dirigido por quem é, hoje, figura grada da SIC, tinha redactores que são, hoje, gradas figuras de diários económicos e de negócios e, então, os arautos da necessária, indispensável, inevitável renovação do Partido (comunista e português) eram militantes e dirigentes do partido que são, hoje, graúdos ministros e secretários de Estado, deputados com assento em bancadas centrais e tribunas VIP, autarcas de elite, “boys” com “jobs” excelentemente remunerados. Alguns com passagem, algo envergonhada, por plataformas de que fizeram trampolim. Por mim, continuo a ser o que era quando tal confessei. Era, e sou, militante de base do PCP. Logo, serei conservador. (...) Com essa renovação que, dentro, tentaram e, de fora, tanto promoveram, ter-nos-ia acontecido o que se verificou pelas paragens onde partidos mudaram símbolos, esconderam nomes, abandonaram o marxismo e, logo depois, o leninismo, perderam a perspectiva de classe e, por isso, hoje os trabalhadores, por essas paragens, estão órfãos de organização partidária, procuram recuperá-la ou reconstituí-la, reencontram Marx e Lenine. Passou só uma década, não duas nem séculos. O PCP está aí. Surpreendentemente, para alguns, vivo, incomodando como é fácil de comprovar. De classe, marxista-leninista, em renovação porque capaz de atrair jovens em busca de valores, de princípios, de causas por que valha a pena lutar. Agora, passada uma década em que as pressões externas e, também!, internas não desarmaram, com o Congresso à porta, aí estão de novo a reclamar – de fora para dentro, dentro e de dentro através de fora – uma necessária, indispensável, inevitável renovação do PCP. Como sempre, anatematizando os que resistem a essa renovação por encomenda. Ontem ortodoxos, hoje conservadores (também ortodoxos e o que inovador vier às imaginativas cabeças). Renovação necessária para quê?, indispensável para quem?, inevitável porquê? Eu, que conservador me confesso, também alinho com os inconformados e os insubmissos, também defendo uma necessária, indispensável, inevitável renovação. Mas necessária, para melhor interpretarmos a História, apoiados no marxismo-leninismo como base ideológica e metodologia; indispensável, para que a classe, os trabalhadores, o povo, não percam um colectivo que os defende, que é o seu lugar e arma de luta; inevitável, porque só renovando-se pode o Partido continuar a ser o que sempre foi e a lutar pelo que sempre lutou. A mudança que de fora nos aconselham, e empenhadamente promovem, não seria em favor dos trabalhadores, nem para melhorar a democracia, para a tornar menos burguesa. Como Partido, somos anticapitalistas e eles são capitalistas, somos democratas a tempo inteiro – mesmo quando a luta pela democracia obriga a sacrifícios – e eles são democratas em tempo e espaços condicionados e nem pensar em democracia da porta das empresas para dentro. A mudança que, de fora promovem, e/ou a que dão eco, não é para combater a

exploração e as suas raízes, não é para ajudar a classe operária, que os tais conservadores em que me incluo insistem em afirmar que existe (e eles sabem que temos razão!). Classe operária que a todo o momento muda, porque a todo o momento muda a vida, e que, por isso, exige que sejamos o Partido que se renova para continuar a ser o que é necessário e indispensável que continue a ser.

Sérgio Ribeiro
Vila Nova de Ourém

Não tornemos impossível o possível

Não faz sentido copiamos dos outros partidos os aspectos mais negativos da sua actividade (divisões internas, conflitos e cisões). Aprendemos a conhecer o preço pago por conflitos internos, divisões e cisões. Aprendemos a conhecer a génese dos conflitos e divisões. Aprendemos a conhecer como os erros políticos, as incorrectas soluções orgánicas, as incontroladas decisões individuais, o defeituoso tratamento das questões de quadros, constituem caldo de cultura para confrontos, conflitos e divisões. Aprendemos a conhecer e a apreciar o valor da unidade e a conhecer e a descobrir caminhos e métodos para superar dificuldades internas e reforçar a unidade em todos os aspectos. As dificuldades na unidade interna do Partido conduziram, em alguns casos, a demissões, deserções, expulsões, formação de grupos, cisões. Traduziram-se noutros casos em conflitos internos que se conseguiram superar através do debate e de decisões assentes na democracia interna. Nuns casos e noutros, a unidade do Partido acabou finalmente por ser assegurada. Estas palavras estão escritas com certeza em muitos documentos do nosso Partido e serão seguramente subscritas pelo colectivo partidário. Nesta fase de luta contra o «governo rosa», não podem os dirigentes do PCP apontar baterias para «personalidades» afastadas da vida política activa, mesmo que para repor verdades históricas. O adversário neste momento chama-se «governo rosa» e a sua política. Se algum dia estas personalidades voltarem à actividade política activa, então poderemos utilizar toda a verdade histórica para os combater. Não podem, nesta fase de preparação intensa do Congresso, vir para a praça pública mandar recados sobre opiniões deste ou daquele camarada. A orientação do Comité Central para as suas organizações foi muito clara: **Discutir no interior do Partido, todas as questões que os militantes queiram colocar, na perspectiva do reforço do Partido, sem rótulos nem constrangimentos.** Num Partido como o nosso não existem à partida verdades absolutas, pelo que temos que estar preparados para os novos tempos. O nosso Partido não parou no tempo e continua no dia-a-dia a acompanhar a evolução do mundo, única forma de estar preparado para as novas formas de luta e organização. Não podemos ter medo de discutir a dar as nossas opiniões no lugar próprio. Mesmo camaradas que discordem da orientação do Partido, podem sempre dar uma

contribuição para o enriquecimento do nosso trabalho. As inúmeras assembleias que se têm realizado, e as que se realizarão até ao Congresso, devem ser um espaço de opinião, mais do que espaços de balanço e de relatórios. Que todo o colectivo partidário, desde o secretário-geral até ao militante de base, estejam cientes que, para preservar a unidade do Partido, é necessário levar à prática as orientações para a preparação do Congresso. As intervenções dos dirigentes do PCP devem virar-se para o combate à política do governo, e para a apresentação de soluções para os graves problemas que afligem a sociedade portuguesa. O que cada um pensa, sobre a vida do Partido e sobre o Partido que quer, deve guardá-lo para o lugar próprio, não tentando influenciar os militantes com a sua divulgação. Devemos estimular uma ampla discussão até ao Congresso, única forma de chegarmos a Dezembro com um Partido mais forte e unido. Este pequeno apontamento mais não pretende do que alertar para eventuais sinais de que o caminho que se está a trilhar não corresponde à ideia inicial que o CC lançou sobre a matéria.

Francisco Fernandes Madruga
Vila Nova de Gaia

Por um Congresso revolucionário (I)

1. No Partido Comunista Português há, estatutariamente, apenas dois «órgãos superiores»: o Congresso e o Comité Central (art.º 26). O Congresso é, «à escala nacional» (art.º 26), o «órgão supremo» (art.º 27. 1) do PCP que hoje reúne, «salvo circunstâncias excepcionais», com «intervalos máximos de quatro anos» (art.º 27. 4). Entre as reuniões de sucessivos congressos, são os comités centrais que eles elegem que dirigem «toda a actividade do Partido», «de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, (...)» (art.º 31. 1). O Congresso é um órgão partidário complexo, uma assembleia numerosa e soberana – hoje com mais de mil delegados, na sua maioria camaradas expressamente eleitos das organizações e bases do Partido – que, regra geral, em três dias e uma ou duas partes de noite, delibera e sintetiza em teses, resoluções e na eleição do Comité Central o debate ideológico, operário e trabalhador, os avanços e reveses da luta popular que, no quadro da preparação do Congresso, durante meses e meses, se desenvolveram no Partido e fora dele. Esta valorização, entre os órgãos soberanos do PCP, de órgãos colectivos partidariamente eleitos, assentes, de preferência, em ligações e diálogos continuados com as massas e as bases, em detrimento de responsáveis executivos singulares, ou restritamente colectivos, não é um fruto do acaso. É antes um importante resultado da heróica e histórica batalha colectiva contra a ditadura e pela democracia, que durante dezenas de anos serviu, mobilizou e cimentou o PCP e fez dele uma experimentada e duradoura vanguarda revolucionária, popular e de classe.

2. Na actualidade, os congressos dos partidos portugueses têm um papel

institucional e associativo dissemelhante e até contraditório, distinguindo-se neles três grupos principais:

- Partidos governamentais neoliberais (PS, PSD), que exercem rotativamente o poder estatal das classes monopolistas, económica e politicamente dominantes desde o final dos anos setenta e nas décadas de oitenta e noventa: os seus respectivos congressos são palco e teatro de repetidos embates superpersonalizados, política e ideologicamente pouco diferenciados, em que se afrontam quase exclusivamente candidatos a primeiros-ministros, cuja dissemelhança é física, formal e temperamental.
- Partidos conservadores, de cariz retrógrado e autoritário (PDC, CDS, PP, etc.) recriados dezenas de anos depois da derrota nazifascista na II guerra mundial, e fruto difícil e conturbado, da época já moderna, da marginalização e derrocada do Estado salazar-caetanista na guerra colonial e na revolução democrática da aliança Povo-MFA: congressos em que, nas mesmas controvérsias superpersonalizadas de chefes, se tenta ainda fazer renascer, na vida política deste final de século XX e início do século XXI, farrapos de doutrinas e engrenagens fascistas e fascizantes no poder, dos anos vinte e trinta.
- O Partido Comunista Português, esse procura, conquistada que foi a liberdade, continuar a fazer avançar a revolução democrática e nacional, com a sua acção, as suas lutas, os seus congressos, dando-lhes nova vida por mãos operárias, populares, juvenis, civis e militares. O VI Congresso do PCP, em Setembro de 1965, foi o último Congresso a aproximar as massas operárias e populares do levantamento popular de Abril. Os congressos do PCP da liberdade conquistada ajudarão a enraizar na nossa terra a revolução democrática e nacional, base essencial do futuro avanço socialista.

Pedro Ramos de Almeida
Lisboa

Os fracos

Supõem alguns que nos robustecemos quando em dado momento, por medo ou oportunismo, nos ligamos ao poder, e nesse aconchego encontramos salvação e segurança. E deste engano preceito exercitam-se teorias, encenam-se cálculos e por entre epítálios rebuscam-se e ajustam-se citações famosas: antes ministro uma hora que deputados toda a vida! Menosprezando o entendimento, encandeados pelo fulgor da urgência – o tempo esvai-se e o protagonismo esfuma-se – ou doridos pela impertinência fruto de convicções debilitadas, acenam-nos com exemplos de que a inteligência se envergonha e a sensibilidade estremece ao recordar o assassinato do L'Unité de Gramsci.

Ao nos diagnosticarem um inquietador estado de saúde, razão primeira para procurarmos apoios (ou em nós se apoiarem?), cumpre-lhes antes de prescrever o poder-eutanásia, informar quais os órgãos a sarar e a medicação aconselhada.

Um banho de poder inquinado, terapia acarinhada e nervosamente divulgada à compita por todos os *media* que tanto se inquietam connosco, não por estarmos vivos e actuantes, mas pelo nosso apregoado estado de saúde, seria solução terminal, ablução onde se diluem corpos robustos quanto mais o esqueleto que anunciam. Fazendo apelo à nossa dita fragilidade, os pombos-correio do poder gritam por

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

socorro, que o infeliz se está a afogar, para que nós, larpas bem intencionados, lhes estendamos a mão, e o matreiro espete connosco no fundo do poço e se pisque. Mas será que realmente nos encontramos tão combalidos e necessitados de amparo, e que disso se apercebem os mais desprevenidos?

É a imagem, dizem. A imagem é que nos perde! Imaginem!... Que devemos começar por dar a aparência do que não somos, atalho para deixar de ser o que sempre temos sido.

Neste colectivo que é o nosso Partido, cuidamo-nos é indispensável, zelarmos pela imagem de cada um de nós, encomendarmos mais sorrisos, não poupar no gel e cultivar o *charme*. O essencial não reside no que dizemos ou fazemos, e por quem, mas no modo como vendemos a nossa imagem para o exterior. Não propriamente para os que crêem em nós; não! As nossas preocupações devem voltar-se para os que nos detestam.

E compreende-se: o futuro está naqueles que nos abominam. É uma verdade de La Palice que nem comento para não ferir a vossa inteligência.

Talvez economicamente a nossa saúde não seja famosa! Sim, de facto em nós este mal é endémico. Ah!... Mas no poder

corrompido e corruptor teríamos o apoio do grande capital, conseguiríamos lugar para os nossos *boys*, - não eram os primeiros a aproveitar a boleia, e vivem bem os maganos. Que inveja... - e desafogados, nós e eles, recuperaríamos a saúde financeira, mesmo se umas escapadelas a um qualquer prostíbulo financeiro mais recatado fuisse inicialmente o nosso pudor. O que perderíamos? Bagatelas! Todo o património, de uma classe de grande dignidade,

construído pela acção revolucionária dos seus militantes; o único reduto e esperança de todos os trabalhadores; o nosso orgulho!

Que valor tudo isto poderá ter em troca de um ministro ou mesmo um secretário ou subsecretário de Estado?

Os noticiários abririam com os nossos cabeças de cartaz, deixava-se de pronunciar o vocábulo «ortodoxo» que arranha o céu da boca, e no céu da terra, que é o poder, alinhando o passo, cantar-nos-iam loas enaltecendo o nosso sentido de Estado. E aos poucos, mais farpa menos estocada, para gáudio dos que nos querem tanto bem, lá nos íamos esvaindo. O elogio fúnebre seria gratuito.

Ou será que ideologicamente se detectam brechas por onde se insinuam cedências que sub-repticiamente vão corroendo e destruindo, lenta mas de modo eficaz, estruturas que queremos de grande solidez?

Ceder ideologicamente, nem uma cedilha. A cedência é um pantanal que tudo sorve sem deixar rasto. Ceder é contemporizar, transigir, entregar-se.

Enquanto continuar vigilante e na trincheira certa, o PCP está de boa saúde e recomenda-se.

Cid Simões
Azambuja

Carta de Cuba

De Havana vos escrevo, nesta madrugada. Porquê? Porque penso em vós e não consigo dormir. Anos perdidos, aí, à espera dos milagres humanos que aconteceram em Abril de 1974 e de que, lá de muito em muito tempo, vêm ainda uns fios de luz aclarar as nossas existências revolucionárias com mais vontade de sonhar e fazer o futuro. Chegar aqui e ver e sentir as pessoas nas ruas, às portas das casas, tal como os grupos das histórias, das conversas e das

tardes e das noites do convívio, que já perdemos, nas nossas terras.

Este é o capital humano fundamental de uma revolução. A gente. As pessoas, que falam e cantam e dançam, sim, dançam nas ruas e nas avenidas que são suas. São os que sofreram e dizem **Capitalismo não, Liberdade ou morte, Venceremos!**, e dizem-no porque sabem do passado e provam que **Escravidão não é para nós, mesmo a «moderna» e a mais evidente de tão disfarçada.**

Nunca, em lado nenhum, senti tanta liberdade e vida. Não é exactamente assim. Senti-o em Abril, na revolução e na luta. Ouço a vida lá fora e quero sair quando for dia. Mas, antes, quero dizer-vos que se vê melhor isso aí, o nosso país, os pobres diabos que apertam a gravata e se estrangulam no governo, na Assembleia da República, nos restaurantes, nas situações a cheirar a velho e de pouca sorte.

Daqui, de Havana das casas e das raízes antigas, vos digo que é preciso caminhar e amar a vida. Quando estamos com os outros e quando olhamos bem por dentro. É preciso libertarmo-nos todos os dias dos fios perigosos e inteligentes que nos estendem e das quarenta moedas que nos querem dar para nós deixarem sem partido, sem casa, sem roupa, sem cara nem vergonha.

Parece que voos agora sobre a cidade de Lisboa e vos vejo, em Setúbal, no Alentejo, no Porto, nas Beiras e em Trás-os-Montes, por todo o lado, a recusar mais uma vez a morte, o passado, esses laços estranguladores com que nos querem prender e destruir.

Não deixaremos. Cuidado, camaradas, que estais em alguns poderes, por aí. Ser deputado, ou presidente da Câmara, ou vereador, ou presidente de qualquer coisa, ou dirigente ou sindicalista, não é nada se não for revolução e luta em todos os dias e horas, e também dentro de nós próprios e connosco.

Passámos maus bocados. Cedemos e, às vezes, um e outro de nós até teria olhado para si e não se reconheceria. Mas basta. Agora, neste momento de luta e de congresso, saibamos estudar e perceber que as sereias periódicas das eleições e dos votos podem ser sirenes de alarme e de combate, mas o essencial está noutros lados, mais fundo, camaradas, muito mais fundo, em nós, em todos nós, no Partido e em cada um, na luta, na fábrica, no sonho, na rua, nos olhos abertos na empresa, no trabalho, no quotidiano que temos que transfigurar e não deixar fenecer porque nos enleiam e nos querem dar uma esmola da derrota envenenada e destruidora.

Queiram-nos meter no saco de gatos e de corrupção em que eles estão, o PS, o PSD e outros. Não podemos deixar. Por isso vos escrevo esta carta urgente, assim, para vos dizer que eleitoralismo, em qualquer parte do mundo, é desvio de direita, e que a luta, o Partido, tem de estar aí, sim, em todas as eleições, para esclarecer e ganhar mais apoios, mas, para ser revolucionário, tem de estar sempre e em cada passo da luta na classe operária, no povo, no trabalho, e no bairro, na terra e nas raízes de todos os dias que amamos e queremos transformar. E se isto é marxismo-leninismo, então é por isso que querem acabar com ele. Porque estamos sempre a aprender e a conquistar revolução, mesmo quando as coisas não correm como queremos, se estivermos vivos e soubermos acordar e ajudarmo-nos em colectivo. É esta a madrugada e o dia de Lisboa, de Havana e do mundo novo que amamos e construímos.

Às vezes, andamos por aí, a esfregar o nariz na árvore, e não nos vemos. A esta distância, tenho-vos no coração e na cabeça e gosto muito de vós. Sois também

a minha família e sois, acima de tudo, a minha Pátria de hoje e do futuro.

António Modesto Navarro
Lisboa

Contribuição para o debate

Vamos então ao debate!... Começando pelo princípio, como em todas as coisas ... Ou seja, detendo-nos, por momentos, na questão do *método* que nos propõem (ou será impõem?!...). Ficamos a saber que o Órgão Central do Partido Comunista Português - edição de 28.09.2000 do jornal "Avante!" - estabelece a "Tribuna do Congresso", dedicada à publicação de textos de militantes que queiram abordar temas relacionados com o XVI Congresso. E, ao mesmo tempo, anuncia duas coisas surpreendentes:

1. Ficamos a saber que (...) "*segundo uma prática comum a qualquer jornal, a publicação dos textos deve obedecer a alguns critérios, visando, nomeadamente, o melhor aproveitamento de espaço no jornal*";

2. E, por outro lado, ficamos também esclarecidos que (...) "*a Redacção do Avante! se reserva o direito de realizar a selecção que as limitações de espaço imponham*". Entendamo-nos! Qualquer colaboração jornalística está sujeita a regras (de espaço, entre outras!). Compreende-se, por isso, que os responsáveis do "Avante!" estabeleçam limite máximo para cada texto... Surpreendente, porém, é que a definição de normas de participação no debate (e não apenas de colaboração editorial!) seja pretexto para *critérios de publicação*, para mais invocando "*a prática comum a qualquer jornal*" (julgando nós que o "Avante!" não era um jornal qualquer!), com o *direito* - não o dever ou a simples possibilidade! - da redacção do Avante! "*realizar a selecção que as limitações de espaço imponham*" ...

Selecção?!... Com que autoridade?... Apenas porque isso corresponde a "*uma prática comum a qualquer jornal*"?... Estranho critério para a redacção de um jornal revolucionário!... Será que os *nostros critérios* (de comunistas, entenda-se!) não deverão ser radicalmente (de raiz!) diferentes dos critérios da ideologia dominante e dos seus *media*?!... Em nome de que princípio a redacção do "Avante!" haverá de reservar-se "*o direito de realizar a selecção que as limitações do espaço imponham*" e não, por exemplo, procurar acertar com o militante (que generosamente pretende dar o seu contributo para o debate) a dimensão do texto, de forma a enquadrar-se nos limites editoriais estabelecidos?!...

E que outros critérios ("*nomeadamente*") poderá a redacção do "Avante!" lançar mão para condicionar a publicação das contribuições dos militantes que não sejam estritamente da ordem de adequação do texto aos limites do espaço disponível?!... Será que o *exercício do poder editorial* dos militantes comunistas da redacção do "Avante!" se poderá sobrepor ao pensamento, à vontade e à acção militante de outros comunistas?!...

Ou será que o *exercício do poder editorial* dos militantes comunistas da redacção do "Avante!" fica imune à necessidade de ser (...) "*exigente e rigoroso de forma a afirmar a diferença da postura e da acção dos comunistas?*" (Tese 4.3.11).

Manuel Veiga
Loures

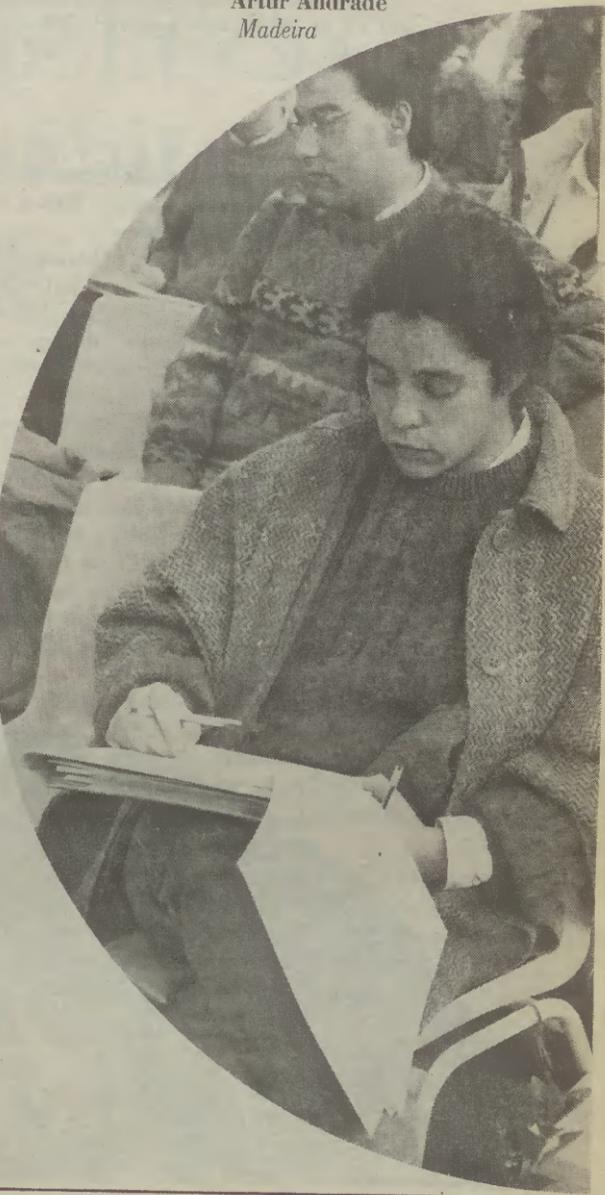
O colectivo e a lealdade

Numa sociedade onde a afirmação pessoal a qualquer preço e a todo o custo é paradigma do comportamento individual, as características do Partido Comunista e o seu tipo de funcionamento colectivo, com o «sacrifício» das posições e interesses pessoais aos objectivos do colectivo, chocam-se naturalmente com a ideologia e a cultura diariamente alimentada e potenciada pelos *media*.

Vem isto a propósito das «posições individuais» defendidas na comunicação social por camaradas com responsabilidades no Partido. Não está naturalmente em causa o direito de todos os camaradas, e cada um em particular, de defender e opinar livremente sobre todos os assuntos. Trata-se de saber se é ideologicamente aceitável e se está de acordo com os valores de camaradagem e de lealdade para com o colectivo partidário no seu todo, que camaradas venham a «utilizar» os *media* como veículo e instrumento de ampliação de posições que viram recusadas e derrotadas em organismos colectivos ou mesmo em Congresso.

É habitual que a amplificação de determinadas ideias que têm, muitas delas, sido repetidamente recusadas nos Congressos do Partido, surjam com maior intensidade em vésperas de novo Congresso. Os comunistas já estão, em relação a isso, rotinados. Que haja camaradas que se «deixem utilizar» na «campanha» contra o Partido é que é mais grave. Da minha parte, o colectivo e a lealdade continuam a ser valores intrínsecos e estruturantes do funcionamento do Partido Comunista Português, sem os quais estaria em causa a própria identidade do Partido, enquanto instrumento de transformação social, razão da sua própria existência.

Artur Andrade
Madeira



XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

agenda

Reuniões para discussão das Teses (Projecto de Resolução Política)

OR ALGARVE

Portimão – Reunião plenária de militantes da organização concelhia: sábado, dia 14, às 15h, no Centro de Trabalho.

OR BRAGA

Fafe – Plenário concelhio de militantes: domingo, dia 15, às 9h30, no Centro de Trabalho de Fafe.

OR BRAGANÇA

Bragança – Reuniões concelhias de militantes, a realizar no Centro de Trabalho, sempre às 21h30: sobre a **situação internacional** (Cap. I) hoje, dia 12; **situação nacional** (Cap. II) no dia 19; **luta de massas, intervenção social e política do Partido** (Cap. III) e **O-PCP, afirmando a sua identidade** (Cap. IV) no dia 26.

OR CASTELO BRANCO

Plenário distrital de Quadros: sábado, dia 14, às 15h, no salão dos Bombeiros Voluntários do **Fundão**, com a participação de **Francisco Lopes**.

OR COIMBRA

Ançã – Plenário de militantes da freguesia: amanhã, dia 13, às 21h30, no Centro de Trabalho de Cantanhede.

Cantanhede – Assembleia plenária dos militantes do concelho: sexta-feira, dia 20, às 21h30, no Centro de Trabalho.

OR ÉVORA

Évora – Plenário de Quadros do concelho de Évora: sábado, dia 14, às 15h, com a participação de **Agostinho Lopes**.

Évora – Plenário do Sector Intelectual do concelho de Évora: dia 17, às 21h, com a participação de **José Soeiro**.

Arraiolos – Reunião plenária da Comissão Concelhia: dia 17, às 20h30, com a participação de **Raimundo Cabral**.

OR LISBOA

Encontro Distrital de Reformados: quinta-feira, 19, às 15h, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação de **Domingos Abrantes**.

Amadora – Plenário de militantes do **Sector de Empresas** da Amadora: hoje, dia 12, no Centro de Trabalho.

Amadora – Plenário das organizações de **Buraca e Alfragide**: dia 14, às 15h, no CT da Buraca.

Amadora – Plenário da organização da freguesia da **Mina**: dia 14, às 15h, no CT da Amadora.

Cascais – Plenário de militantes de **Alcabideche**: dia 14, às 15h30, no CT de Alcabideche.

Cascais – Reunião da Comissão Concelhia: dia 16, às 21h.

Cascais – Reunião do **Sector de Empresas**, antecedida de almoço-convívio: dia 16, a partir das 13h, no CT de Tires, com a participação de **Paulo Loya**.

Lisboa – Plenário de militantes das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira**: dia 14, às 15h, no CT Vitória.

Lisboa – **ZORL** - Reunião do **OD** alargada aos camaradas das comissões de freguesia e secretariados

de células: hoje, dia 12. Plenário dos militantes da célula da **Voz do Operário**: dia 19

Loures – Plenário dos militantes da célula dos **SMAS/CM**: hoje, dia 12, às 17h45, no Refeitório.

Loures – Reunião da Com. Freguesia de **S. João da Talha**: hoje, dia 12, às 21h.

Loures – Plenário de militantes da organização da **Bobadela**: sexta-feira, 13, às 21h, no CT local.

Loures – Reunião da Com. Freguesia de **Apelação**: sexta-feira, dia 13, às 21h.

Loures – Plenário de militantes da organização da **Sacavém**: dia 14, às 15h, no CT de Sacavém.

Loures – Plenário de militantes da organização de **Unhos**: sábado, 14, às 15h30, nas instalações da Creche Pomba da Paz.

Loures – Plenário de militantes da organização de **Santo Antão do Tojal**: sábado, 14, às 17h, no salão da Junta de Freguesia.

Loures – Plenário de militantes da organização de **Moscavide/Portela**: terça-feira, 17, às 21h, na Casa da Cultura de Moscavide.

Loures – Plenário de militantes trabalhadores nas **Juntas de Freguesia**: quarta-feira, 18, às 18h, no Gabinete da CDU/Loures.

Lourinhã – Plenário de militantes de **Reguengo Grande**: dia 14, às 21h30.

Odivelas – Plenário de militantes de **Olival Basto**: sexta-feira, 13, às 21h, no Centro de Dia, com a participação de **Margarida Aboim Inglez**.

Odivelas – Plenário de **Jovens comunistas**: no CT de Odivelas, dia 14, às 15h.

Odivelas – Plenário de militantes de **Odivelas**: no CT de Odivelas, dia 17, às 21h, com a participação de **Carlos Grilo**.

Odivelas – Plenário de militantes de **Póvoa de Sto. Adrião**: dia 18, às 21h, no salão da Junta de Freguesia, com a participação de **Paula Henriques**.

Odivelas – Plenário de militantes da **CIMO**: dia 19, no CT de Odivelas.

Oeiras – Plenário de militantes de **Oeiras/S. Julião da Barra**: hoje, dia 12, às 21h, no CT de Algés, com a participação de **Alexandre Teixeira**.

Oeiras – Plenário de militantes do **Sector de Empresas**: no TagusPark, hoje, dia 12, às 17h30.

Oeiras – Plenário de militantes de **Carnaxide**: dia 13, às 21h, no CT de Carnaxide, com a participação de **Domingos Abrantes**.

Oeiras – Plenário de militantes de **Cruz Quebrada/Dafundo**: sexta-feira, 13, às 21h, no CT de Algés.

Oeiras – Plenário de militantes de **Paço d'Arcos**: sábado, dia 14, às 16h, na garagem do Centro de Trabalho local, com a participação de **Alexandre Teixeira**.

Oeiras – Plenário de militantes de **Porto Salvo**: sábado, dia 14, às 15h30, no CT de Porto Salvo.

Sector Bancários – **Assembleia da Organização do Sector**: sábado, 14, a partir das 10h, no CT Vitória, com a participação de **Jerónimo de Sousa**.

Sector Construção Civil – Plenário de militantes: dia 16, às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **Júlio Filipe**.

Sector Função Pública – Plenário de militantes da célula da **Direção do Sindicato**: dia 13, às 10h, no CT Vitória. Plenário de **Militantes do Sector**: dia 18, às 19h no CT Vitória. Plenário de militantes do **Min. Finanças/Peq. Ministérios**: dia 19, às 19h, no CT Vitória.

Sector Público – Plenário de militantes dos **Correios**: dia 18, às 18h, no CT Vitória. Plenário de militantes das **Telecomunicações**: dia 18, às 18h, no CT Vitória. Plenário dos militantes dos sectores **Energia**

Gás e Petróleos: dia 19, às 18h, no CT Vitória. Plenário de militantes da **EPAL**: dia 19, às 18h no CT Vitória.

Sector Seguros – Plenário de militantes do

Sector: dia 19, às 18h, no CT Vitória, com a participação de **Paula Henriques**.

Sector Sindical – Plenários de militantes dirigentes sindicais da **Têxtil**: dia 12; de dirigentes sindicais da **Ind. Bebidas**, e de dirigentes sindicais **Metalúrgicos**, ambos dia 13; de dirigentes sindicais **Químicos** e de funcionários sindicais da **CGTP-IN**: dia 16; de funcionários sindicais do **CESP** e de **outros sindicatos**: dia 17. Plenário da célula de dirigentes sindicais da **Hotelaria**: dia 18. Da célula de dirigentes sindicais do **CESP**: dia 19.

Sector Transportes – Plenário de militantes da **Rodoviária de Lisboa**: sábado, dia 14, às 15h, no CT de Caneças. Plenário de militantes da **VIMECA**: dia 16 às 15h, no CT da Amadora. Plenário de militantes do **Sector dos Transportes**: dia 19, às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **Domingos Abrantes**.

Sector Empresas – Plenário de militantes da **IN-CM**: hoje, dia 12, às 17h30, no CT Vitória.

Sintra – Plenário de militantes de **Algueirão**: sexta-feira, 13, às 21h30, no CT de Algueirão, com a participação de **António Cordeiro**.

Sintra – Plenário de militantes de **Mira Sinta (Cacém)**: dia 13, às 21h30, na Soc. Filarmónica, com a participação de **Clarinda Nogueira**.

Sintra – Plenário de militantes de **S. Marcos (Cacém)**: dia 14, às 21h, no Lote 95, em S. Marcos.

Sintra – Plenário de militantes do **Sector de Empresas**: dia 14, às 15h, no CT de Rio de Mouro, com a participação de **Carlos Aboim Inglez**.

Sintra – Plenário de militantes das **freguesias de Sintra**: dia 17, às 21h30, no CT de Sintra.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes de **Alverca**: sexta-feira, dia 13, às 21h, no CT de Alverca, com a participação de **Daniel Branco**.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes de **S. João dos Montes**: dia 13, às 21h, no CT de A-dos-Loucos, com a participação de **José Ernesto Cartaxo**.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes de **Alhandra**: sábado, dia 14, às 15h, no CT de Alhandra, com a participação de **Otávio Augusto**.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes de **Vialonga**: dia 14, às 15h, no CT de Vialonga, com a participação de **Rui Fernandes**.

Vila Franca de Xira – Plenário de militantes de **Vila Franca**: domingo, 15, às 15h30, no Galeria Bar, com a participação de **Daniel Branco**.

OR PORTO

Porto – Reunião da célula dos **Deficientes**: hoje, dia 12, às 18h30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Porto – Plenário da célula da **Petrogal**: sábado, dia 14, às 15h, no CT da Boavista.

OR SANTARÉM

Alpiarça – Plenário concelhio: hoje, dia 12, às 21h, no Centro de Trabalho.

Ourém – Plenário concelhio: hoje, dia 12, às 21h30.

Coruche – Reunião da célula da **Câmara Municipal**: sexta-feira, 13, às 21h, no Refeitório do Rossio.

Salvaterra de Magos – Plenário concelhio: sábado, 14, às 21h no CT, com a participação de **Albano Nunes**.

OR SETÚBAL

Setúbal – **Almoço-convívio dos construtores da Festa do Avante!** e debate integrado na preparação do Congresso: sábado, dia 21, a partir das 13h, na Coop. Habitação do Faralhão «Bem-Vinda a Liberdade», com a participação de **Virgílio Azevedo**.

Palmela – Reunião em **Cajados** (casa do cam. Quintões): sexta-feira, 13, às 21h30, com a participação de **Valdemar Santos**.

Almada – Plenário de militantes de **Sobreda e Vale Figueira**, também para discussão de tarefas relacionadas com as eleições para a Presidência da República: sábado, 14, às 15h, no Clube Recreativo Sobredense.

Moita – Plenário de militantes das organizações locais da **Zona Norte e Brejos da Moita**: sábado, 14, no Centro de Trabalho.





As propostas

- Incentivos fiscais, em sede de IRS, para os proprietários que queiram colocar os seus fogos no mercado de arrendamento;
- incentivos fiscais para que seja mais compensador para os proprietários investir as poupanças no mercado de arrendamento do que fazer depósitos a prazo na banca;
- retirar todas as isenções para os rendimentos auferidos através da aplicação de poupanças no mercado bolsista, criando cargas fiscais para esses rendimentos;
- actualizar os valores matriciais de todos os edifícios;
- agravamentos fiscais para quem possua prédios devolutos;
- agravamentos fiscais, em sede de IRS e IRC, que sejam calculados com base numa renda média praticada na área onde o prédio se encontra, rendas médias essas fixadas
- Incentivos fiscais, em sede de IRS, para os proprietários que queiram colocar os seus fogos no mercado de arrendamento;
- Incentivos fiscais para que seja mais compensador para os proprietários investir as poupanças no mercado de arrendamento do que fazer depósitos a prazo na banca;
- retirar todas as isenções para os rendimentos auferidos através da aplicação de poupanças no mercado bolsista, criando cargas fiscais para esses rendimentos;
- actualizar os valores matriciais de todos os edifícios;
- agravamentos fiscais para quem possua prédios devolutos;
- agravamentos fiscais, em sede de IRS e IRC, que sejam calculados com base numa renda média praticada na área onde o prédio se encontra, rendas médias essas fixadas
- abrir linhas de crédito próprias para que todas as câmaras municipais possam, através de aquisição por preço justo ou expropriação, actuar sobre os prédios devolutos, através de um programa de habitação para jovens que permita ao município recuperá-los e redimensioná-los para as necessidades actuais de habitação dos jovens, colocando-os no mercado com uma renda económica pré-definida;
- obrigação dos proprietários de declararem as alterações na ocupação da sua propriedade, para que as câmaras municipais tenham acesso a informação actualizada.

“É mais rentável deixar o terreno valorizar e vendê-lo para construir arranha-céus. Se a matriz for actualizada, fica mais caro deixar o prédio cair do que recuperá-lo e arrendá-lo”

freguesias mais antigas. Qual é a situação real?

AS – Calcula-se que existam em Lisboa entre 20 mil e 30 mil fogos devolutos. Esta incerteza resulta de não haver nenhum cadastro actualizado com todos os prédios que existem na cidade. E esta é uma das nossas reivindicações: o Governo deve criar legislação que obrigue a ter todos os fogos actualizados.

AC – Basta andar pela cidade para ver centenas de prédios devolutos, especialmente nas zonas centrais.

AS – Voltando atrás na conversa, os jovens vão para a periferia quando há condições no centro da cidade para eles aqui se fixarem.

Muitos proprietários queixam-se de receber rendas baixas e de não ter dinheiro para fazer obras nos prédios. Por trás disso está muitas vezes a especulação imobiliária. Como se pode resolver esta situação?

AS – Devem ser criados incentivos fiscais em sede de IRS para que sejam colocados no mercado de arrendamento fogos que estejam agora devolutos com preços económicos para jovens e que haja agravamentos fiscais para os proprietários que mantenham os seus prédios devolutos.

RN – Outra medida fundamental é a actualização das matrizes. Quando um prédio se constrói é calculado o seu valor e o imposto autárquico que o proprietário paga. Os valores matriciais não são actualizados há muitos anos.

Há donos de prédios no centro da cidade que não pagam nada e que não lhes custa deixar o prédio cair.

É muito mais rentável deixar o terreno valorizar e vendê-lo para construir arranha-céus de escritórios.

Se a matriz for actualizada e se pagar o imposto autárquico de acordo com esses valores, fica mais caro deixar o prédio cair do que recuperá-lo, mantê-lo e arrendá-lo.

AC – Neste momento não existe uma legislação que esteja direccionada para a recuperação de prédios devolutos. Era importante dar aos proprietários incentivos que os permitissem recuperar o prédio e

colocá-lo no mercado de arrendamento para jovens.

O que pode a Câmara Municipal fazer?

AS – É possível haver desapropriações por parte da Câmara, mas isso é um longo processo burocrático que demora imenso tempo e não tem resultados. Teria de haver também uma alteração legislativa, de forma a que a desapropriação fosse rápida e eficaz. A desapropriação e a aquisição de prédios por um determinado valor. Aí, a Câmara recuperaria as casas e colocava-as no mercado de arrendamento a preços económicos para jovens. Se o proprietário quisesse recuperar o prédio, teria de pagar à Câmara o valor dispendido e comprometer-se a continuar a arrendar por aqueles preços.

AC – A própria Câmara tem alguns prédios devolutos. E no sentido de incentivar os proprietários privados, ela poderia dar o exemplo e colocar no mercado os seus prédios seguindo este programa. A EPUL, nas reuniões que manteve connosco, mostrou-se muito receptiva à ideia de recuperação e redimensionamento dos prédios devolutos para jovens.

Como vêm instituições como a EPUL e o IGAPHE, que procuram colmatar as necessidades de habitação dos jovens?

AS – À partida, insuficientes.

RN – A EPUL teve dez mil pedidos para 800 casas... O IGAPHE tem uma lógica perniciososa, porque as rendas são muito altas e acaba por ser o Orçamento de Estado e o dinheiro dos impostos a compensar.

AS – O proprietário continua a alugar a preços altíssimos. A diferença é que, em vez de ser o jovem a pagar, é o Estado que paga.

AC – Já tivemos contactos com a secretária de Estado da Habitação, que disse que as nossas propostas eram muito interessantes mas que achava que não era necessário arrendamento para jovens, nem sequer o considerava necessário num horizonte próximo.

AS – Dizia que os jovens não eram a camada mais desfavorecida e que o IGAPHE bastava...



António Jorge Almeida



Luísa Mota

Sentir na pele as políticas de habitação

António Jorge Almeida, de 29 anos, decidiu juntar-se com a namorada e uns meses antes começou a procurar casa. «Entretanto, com o aumento da taxa de juro e a descida das bonificações, fizemos marcha atrás. Optámos por esperar. Foi uma questão de precaução. É a necessidade de dormir descansado.» Optou, então, por ficar em casa dos pais com a companheira, mas não esconde o seu descontentamento: «Não desenvolvi o percurso normal de vida.»

Agora alugou uma casa em Loures, com uma renda de 76 mil escudos, apesar de o casal ter um rendimento de 190 contos mensais. «Prefiro alugar casa do que ficar preso a um compromisso que não sei se posso cumprir.»

«Quando o Banco Central Europeu sobe as taxas de juro e o Governo português diminui a bonificação, é muito complicado. É o pior é que não se sabe onde isto vai parar. É esperar para ver», diz António Jorge.

«O facto de ter de alugar uma casa com uma renda cria sempre a ideia que estás a desperdiçar dinheiro. Coloca-se sempre a questão: com esta renda podia pagar o empréstimo ao banco», comenta.

Mas António Jorge não arrisca: «Tenho amigos que começam a ter uma vida muito complicada devido a esta situação.»

Comprar um sofá

Luísa Mota, de 25 anos, está há três anos a pagar uma casa em Lisboa. «Ainda tenho mais 22 anos à minha frente...», suspira.

Pediu 15 mil contos ao banco, mas contou com uma preciosa ajuda financeira da mãe. A mudança na taxa de juro e nas bonificações mudaram tudo.

«Comecei por pagar 65 contos com bonificação máxima.

Em Março pagava 42 contos e agora vou pagar 52 contos.

Custa bastante no fim do mês», comenta.

Apesar de se sentir privilegiada por ter uma casa e contar com o apoio da família, Luísa tem o desgosto de ter a casa quase vazia.

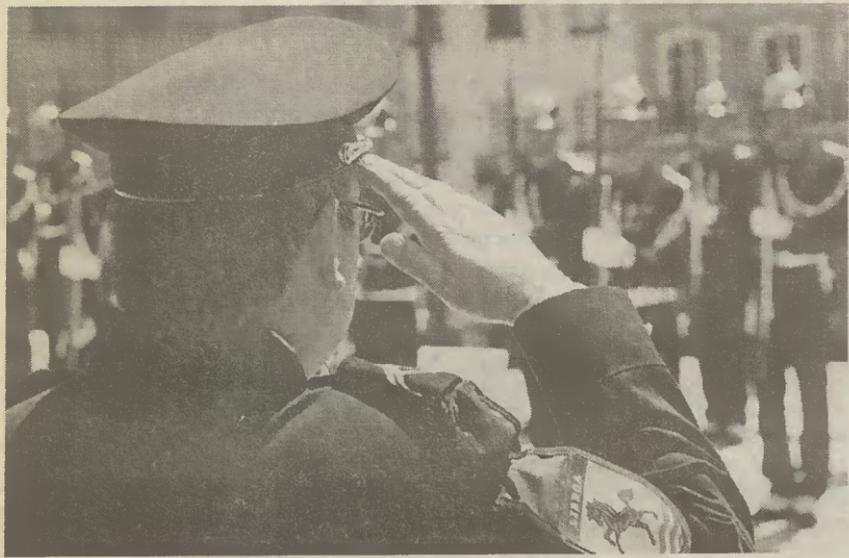
«Tenho uma cama, uma televisão, umas cadeiras velhas, uma mesa e muitos livros amontoados...»

«Ando a tentar comprar um sofá há meses!»

Luísa é licenciada em Biologia, trabalha numa empresa da indústria química e gostaria de tirar um doutoramento, mas tem medo que isso a impeça de pagar as despesas.

«A minha mãe ajuda-me quando eu preciso, mas isto tem de acabar.

Para mim, é essencial saber com o que posso contar», afirma.



Demagogia securitária

● António Filipe

Garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos é um dever indeclinável do Estado democrático e não restam dúvidas de que existem em Portugal problemas sérios a esse nível que têm de ser encarados com toda a responsabilidade. É um facto indelmentável que as populações, particularmente dos estratos sociais mais vulneráveis e mais expostos à criminalidade, como os idosos ou as populações das zonas suburbanas, têm justas razões de queixá. É claro que este problema não tem uma resolução meramente policial. Os aumentos da instabilidade social e da criminalidade andam de mãos dadas, pelo que, os problemas estruturais relacionados com a segurança dos cidadãos não se resolvem só com mais polícia mas acima de tudo com mais emprego, mais educação, melhor qualidade de vida. Porém, importa reconhecer que o agravamento dos problemas de insegurança nos meios urbanos também resulta do incumprimento de promessas feitas quanto a um melhor e mais eficaz policiamento de proximidade e portanto, se o policiamento não resolve tudo, não é menos verdade que a existência de mais e melhores instalações das forças policiais, de mais e melhores equipamentos, de melhor distribuição de efectivos e de mais motivação dos profissionais de polícia, poderiam e deveriam dar um contributo decisivo para que as populações vivessem mais tranquilamente.

Acontece, porém, que os problemas da segurança das populações têm vindo a ser explorados pelos partidos de direita, não com o objectivo de resolver os reais problemas existentes, mas bem pelo contrário, com o intuito de, a pretexto da intranquilidade dos cidadãos, ganhar apoios para a criação de estruturas e mecanismos legais próprios de um Estado autoritário e policial. Explorando problemas que são reais e inquietações que são justas, o PSD e principalmente o PP, procuram criar um ambiente de alarmismo propício à aceitação de medidas que não têm como preocupação fundamental a resolução desses problemas, mas fundamentalmente dotar o Estado de meios legais que se voltariam contra os próprios cidadãos.

Vem isto a propósito de um projecto de lei do PP que a Assembleia da República debateu na passada semana. A partir de uma alegada preocupação com a falta de coordenação das forças policiais no

combate à criminalidade e a pretexto da insegurança dos cidadãos, o CDS/PP apresentou um projecto de lei que, se tivesse sido aprovado, não viria resolver nenhum desses problemas, mas conduziria, isso sim, à instauração de um Estado policial. O PP propunha a criação de uma superd direcção de todas as forças e serviços de segurança. Não se trataria de uma estrutura de coordenação (até porque estruturas de coordenação já existem) mas de uma verdadeira estrutura de direcção nacional e distrital que, sob um único responsável, teria a seu cargo a direcção da PJ, da PSP, da GNR, do SEF e do próprio SIS. Um único director nomeado pelo MAI controlaria tudo: o policiamento, a investigação criminal, as fronteiras, todas as bases de dados policiais e os serviços de informações.

Perante uma proposta destas, fica claro que a intenção do PP não é a resolução de problemas de segurança dos cidadãos, mas antes a criação de uma estrutura policial que nada tem a ver com um Estado democrático, no qual a fiscalização e o controlo democrático das polícias e muito particularmente dos serviços de informações assumem uma importância decisiva. Se o CDS/PP estivesse realmente interessado em melhorar a segurança das populações, Preocupar-se-ia fundamentalmente em melhorar as condições em que os profissionais das forças de segurança presentemente prestam serviço. Preocupar-se-ia com as esquadras da PSP que foram encerradas na cidade de Lisboa no tempo do PSD e que nunca reabriram. Preocupar-se-ia com a abertura de esquadras da PSP e de postos da GNR que nunca passaram de promessas e que de ano para ano vão sendo adiadas com uns míseros tostões no PIDDAC. Preocupar-se-ia com o facto de muitos milhares de profissionais das forças de segurança, formados para missões de policiamento, andarem ocupados em tarefas burocráticas, administrativas ou auxiliares, em vez de desempenharem as suas funções próprias. Preocupar-se-ia com a correcção do relacionamento entre a polícia e os cidadãos e com a participação adequada das populações no debate sobre os problemas de segurança. Preocupar-se-ia em acabar com a vergonha nacional de ser Portugal o único país da União Europeia onde os profissionais de polícia ainda não têm direito a constituir o seu sindicato. Só que essas, não são, obviamente, as preocupações do PP.

Para obviar às gravidezes indesejadas

Facilitar os contraceptivos de emergência

Garantir o recurso atempado e gratuito à contracepção de emergência e a consultas de planeamento familiar nos locais de trabalho, tal é, em síntese, o grande objectivo de um projecto de lei do PCP entregue na passada semana na Assembleia da República.

O diploma defende que os métodos contraceptivos de emergência deverão ser assegurados «gratuitamente pelos centros de saúde, quer no âmbito da medicina geral e familiar quer através das consultas de planeamento familiar pelos serviços de ginecologia e obstetrícia dos hospitais». Este tipo de serviços, ainda segundo o diploma do PCP, também deverá ser garantido pelos serviços de saúde dos estabelecimentos de ensino superior.

Na base desta iniciativa do Grupo comunista está a constatação de que o número de gravidezes indesejadas em Portugal, «com especial incidência

entre os jovens, constitui um grave problema de saúde pública».

Nessa medida, tal situação, do seu ponto de vista, contribui para o elevado número de abortos clandestinos que continuam a veri-

Há que apostar no planeamento familiar e na educação sexual nas escolas

ficar-se no país. O que, na opinião do PCP, exige um forte investimento no planeamento familiar e no acesso aos meios contraceptivos, bem como a efectiva aplicação da educação sexual nas escolas.

Medida igualmente preconizada como sendo capaz de poder diminuir as gravidezes indesejadas, segundo a bancada comunista, são os referidos medicamentos contraceptivos de emergência, pelo que defendem o acesso aos mesmos de forma «fácil e desburocratizada», acesso esse devidamente enquadrado pelos serviços de saúde.

Delapidação do património público

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de estar a vender ao desbarato património público para conseguir receitas.

Executado com «total falta de transparência» e em violação das normas legais vigentes, este «expediente», como lhe chamou o deputado Lino de Carvalho, por comprovada «inexistência de uma programação ponderada», está a traduzir-se «em prejuízos sérios para o erário público».

Estava-se no debate de um projecto de lei do PSD sobre alienação do património do Estado, que viria a ser chumbado pelo PS.

E um dos exemplos dados por Lino de Carvalho, referindo-se à venda de edifícios em processo de execução que estão na posse da administração fiscal, é o caso da Lanalgo.

De um edifício que valeria entre 800 mil a um milhão de contos, o Estado vendeu-o por dez por cento do seu valor, isto é, 80 mil contos, a uma sociedade sediada no paraíso fiscal de Gibraltar, que ninguém parece saber a quem pertence, embora haja quem afirme que

a ela não serão estranhos os antigos proprietários da Lanalgo.

«Isto já não é só delapidação do património público, e já seria grave», considerou Lino de Carvalho, para quem o caso se situa «nas fronteiras da corrupção» e, no caso vertente, com total desprezo pelos direitos dos trabalhadores.

Mas esta não foi a única situação por si trazida à colação. Por si lembrados foram ainda a anunciada venda da Quinta da Bensaúde, com mais de 90 mil metros quadrados, em São Domingos de Benfica, e, por outro lado, a venda dos terrenos do antigo quartel da Escola Prática da Administração Militar, no Lumiar, em Lisboa. Um verdadeiros escândalo, neste último caso, já que foram vendidos à Cooperativa Universitária por 1,5 milhão de contos, em quatro prestações sem juros, quando é certo que um terreno idêntico, bem perto, no Campo Grande, com uma área ainda maior, foi três anos antes alienado pelo Estado por um valor três vezes superior igualmente para fins universitários.

Carta de Direitos da União Europeia

Mais uma peça do projecto federalista

PE e PSD aprovaram um projecto de resolução sobre a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia. O PCP, PEV e BE votaram contra, optando o CDS/PP pela abstenção.

Fixar um conjunto de valores que funcionem como referentes no processo da união política, vinculando a União Europeia a um conjunto de normas comuns aos estados membros e às instituições comunitárias, tal é o sentido dado pelos seus autores ao documento.

Longe de traduzir qualquer reforço ou alargamento das garantias e direitos dos cidadãos da União Europeia, porém, aquela Carta não

acrescenta nada ao que cada um dos Estados membros tem já consagrado no plano nacional.

Esse é pelo menos o entendimento da bancada comunista, expresso por Honório Novo, que admitiu mesmo poderem vir a ocorrer interpretações que «tentem provocar uma diminuição e/ou alteração de direitos já consagrados, designadamente no âmbito económico e social».

Por si citado, a propósito, foi o caso português. A nossa Constituição, em variados domínios, é bastante mais avançada, consagrando direitos que no projecto de Carta da União Europeia são omis-

sos ou não suficientemente explicitados.

Exemplificando, Honório Novo lembrou, entre outro, a liberdade e pluralismo na comunicação social, o direito à objecção de consciência, a garantia do direito à reforma ou às pensões, o direito à saúde.

Assim sendo – e esta foi a questão central para a qual o deputado comunista chamou a atenção –, a Carta não visa garantir mais ou menos direitos, como procura fazer crer, mas sim «dourar a pílula de um projecto cada vez mais explícito e descarado de integração europeia baseado na construção de uma Europa Federal».

Octávio Teixeira sobre a reforma fiscal

O País reclama um sistema justo e coerente

A reforma fiscal entrou definitivamente na ordem do dia. Ontem mesmo, na Assembleia da República, o tema dominou as atenções. Agendado por iniciativa do PCP, para apreciação do seu projecto de lei sobre a reforma dos impostos sobre o rendimento, o debate acabou por ser alargado, com assentimento da bancada comunista, a outros diplomas entretanto subscritos pelos restantes partidos e pelo Governo. Defendendo desde há muito uma alteração profunda de todo o sistema fiscal, que considera profundamente iníquo, o PCP encarava este debate como uma grande oportunidade para, finalmente, ser dado um primeiro grande passo no sentido da reforma fiscal. Essa era pelo menos a expectativa do presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, ao admitir, em entrevista ao «Avante!», concedida terça-feira, na véspera do debate, «ser possível concretizar agora esta importante reforma», numa alusão à proposta preconizada pela sua bancada em matéria de tributação dos rendimentos. A não ser assim, advertiu, a responsabilidade só pode ser imputada ao Governo.

Este é um debate sobre um tema reconhecidamente importante do ponto de vista político e social, desde há muito aguardado, e em relação ao qual existem fundadas expectativas. É de esperar que dele saia o almejado passo no sentido da reforma fiscal que o País carece e pela qual o PCP se vem batendo há vários anos?

Importa sublinhar que este debate constitui o início do processo da realização da reforma fiscal. Significa, afinal, que da aparente unanimidade sobre a necessidade da reforma em que pareciam convergir todas as forças políticas, se passa agora a uma fase de concretização da reforma, em que ressaltam as muitas e profundas divergências de soluções apresentadas e defendidas por cada partido político. Ou, dito de outra forma, do aparente consenso sobre a desejabilidade de uma reforma fiscal, é agora a altura de cada um explicitar, de forma muito concreta e sem margem para devaneios semânticos, o caminho e as orientações políticas que advoga para essa reforma.

Sendo certo que para esta clarificação foi decisiva a persistente intervenção do PCP.

Com efeito, ao fazer uso de um seu direito regimental para marcar a ordem do dia de uma sessão plenária (sem necessidade de consenso dos restantes grupos parlamentares), agendando o seu projecto de lei sobre a Reforma dos Impostos sobre o Rendimento, e ao autorizar que outros projectos sobre idêntica matéria pudessem ser discutidos e votados no mesmo momento, o Grupo Parlamentar do PCP conseguiu, desde já, dois resultados a assinalar: obrigou outros grupos parlamentares e o Governo a apresentarem as suas propostas concretas para essa reforma, sob risco de demonstrarem que não queriam, afinal, nenhuma reforma; e impôs que de uma vez por todas se passe das palavras aos actos. E esperamos que a estes se venha somar um terceiro e decisivo resultado, o de a curto prazo o país, e em especial os trabalhadores por conta de outrem, vir a dispor de um novo e mais justo regime de tributação dos rendimentos.

Admitindo que venha a ser concretizado esse objectivo que referiste no plano da reforma dos impostos sobre o rendimento - e sem minimizar a sua enorme importância -, a verdade é que ainda estamos muito aquém de uma reforma global do sistema fiscal.

É evidente que a reforma fiscal de que o país necessita se não esgota nos impostos sobre o rendimento, e que o processo que se vai iniciar deverá, desejavelmente, ter continuidade noutras áreas do sistema fiscal. Pela parte do PCP, consideramos que a reforma dos impostos sobre o rendimento (IRS e IRC, incluindo a matéria dos benefícios fiscais), seja seguida de imediato pela reforma dos impostos sobre o património, abrangendo o património mobiliário, e, num terceiro passo e a breve prazo, pela reforma do sistema de financiamento da Segurança Social pública. Isto sem esquecer que é preciso ir fazendo alterações noutras áreas, como o imposto automóvel e o imposto sobre os combustíveis.

Mas não era possível ir desde já mais longe em termos de uma reforma global?

Pensamos que seria temerário, quase certamente contraproducente, avançar em simultâneo com todo um processo de reforma global de todo o sistema fiscal. Porque a simultaneidade, mesmo que a admitíssemos possível do ponto de vista material, seria altamente inconveniente pela «desestabilização» que inevitavelmente geraria quer aos contribuintes quer à própria administração fiscal. Tornando-a, na prática, inviável ou de resultados substancialmente inversos aos pretendidos. Acresce que, do ponto de vista do PCP, a prioridade deve

ser dada aos impostos sobre o rendimento, por ser nestes que mais gritantes se tornam a actual política de «favores fiscais» e a mais grave afectação dos princípios da igualdade e da justiça fiscais.

Os projectos agora em debate apresentam diferenças notórias entre si. Em traços muito gerais podes especificar o que os separa?

A reforma fiscal não pode ficar-se por remendos e meias soluções que passem ao lado do essencial

O debate vai incidir sobre o projecto de lei do PCP (apresentado em Janeiro passado), mas igualmente sobre os projectos recentemente apresentados pelo Governo, BE, CDS-PP e PSD. Mas é um facto incontornável para quem os leia, que só o projecto do PCP e a proposta do Governo apresentam uma visão global de reforma do IRS, do IRC e do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Os restantes projectos quedam-se por propostas de natureza muito pontual, fundamentalmente centradas

nos aspectos que podem ser mais «simpáticos» para os eleitores, designadamente a tabela de escalões e taxas e as deduções à colecta, em IRS. (Sendo certo que os projectos do CDS-PP e do PSD, para além desse aspecto marcadamente «eleitoralista», pretendem manter praticamente tudo o resto como está, sem combater a fuga ao fisco e agravando as injustiças com mais benefícios aos lucros e aos outros rendimentos de capital.) Por isso, é inevitável que terão de ser o projecto do PCP e a proposta do Governo a base da reforma fiscal que vier a resultar do processo parlamentar que agora se inicia.

E como caracterizas a proposta do Governo? Traz algo de efectivamente novo no sentido de uma maior justiça fiscal?

Não tenho pejo em afirmar que a proposta do Governo, na generalidade, representa um avanço face à situação actual, na via de maior equidade e justiça fiscais, do alargamento da base tributária e de combate à evasão fiscal. Aliás, inclui algumas das propostas que constam do projecto do PCP. Mas em alguns aspectos esses avanços são tímidos. E noutros, muito importantes, não houve avanço nenhum! Julgo que é necessário, e esperamos que seja possível, que o Governo vá mais longe na determinação e vontade política em atacar as fontes da injustiça fiscal.

Queres concretizar melhor?

Por exemplo, não me parece aceitável que o Governo queira manter os rendimentos de acções, de juros e de títulos de dívida sujeitos a taxas liberatórias, contra o princípio do englobamento dos rendimentos e beneficiando os rendimen-

A proposta do Governo, contrariamente ao que sucede com o projecto do PCP, não apresenta uma proposta de alteração da tabela e taxas do IRS. Como interpretas esse facto?

Sabe-se que existe essa proposta de alteração da tabela e taxas do IRS, pois foi anunciada e divulgada pelo Primeiro-Ministro, na Assembleia da República, em Junho passado.

O Governo diz que a apresenta no Orçamento do Estado. É uma opção que parece visar a tentativa de condicionar algum partido da oposição no sentido da viabilização do Orçamento.

Pela parte do PCP, a posição é muito clara: para nós, o processo parlamentar da reforma fiscal é totalmente autónomo do processo orçamental, e lutaremos para que o primeiro inclua a parte da tabela do IRS. Posicionamo-nos e votaremos um e outro pelos seus méritos próprios.



No que se refere ao projecto do PCP, quais são, basicamente, as suas principais linhas de força e objectivos?

O conteúdo essencial do projecto de lei do PCP ainda recentemente foi objecto de análise e divulgação nas páginas do Avante. Mas talvez possa sintetizar-se da seguinte forma: tem por objectivo fundamental promover a justiça fiscal e acabar com os favores fiscais ao capital e aos altos rendimentos. Alarga as bases de tributação, fazendo pagar impostos a quem tem capacidade contributiva e deve pagar, mas actualmente não paga. Combate frontalmente as principais fontes da fraude e da evasão fiscal que campeiam nas empresas e nos detentores de mais elevados rendimentos, incluindo a

derrogação do sigilo bancário para efeitos fiscais. Acaba com o regime de favor actualmente concedido aos bancos, às seguradoras, às mais-valias em acções e outros valores mobiliários e aos dividendos, e elimina os benefícios fiscais concedidos a rendimentos e operações financeiras. Finalmente, quer através da alteração da tabela de taxas do IRS, quer pela via do aumento da dedução específica pelos rendimentos do trabalho (sintomaticamente é o único projecto que o faz, sendo certa que esta é uma medida essencial para desagregar os rendimentos mais baixos!), promove uma acentuada diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias.

tos mais elevados. Tal como me parece inaceitável que não queira avançar na eliminação de múltiplos benefícios fiscais, especialmente no âmbito dos planos de poupança em acções, nos dividendos de acções cotadas em Bolsa ou de empresas privatizadas, etc.

E quanto ao escandaloso regime de favor de que beneficiam os bancos?

Nesse plano, reputo de incompreensível que o Governo, tendo reconhecido a insustentabilidade do actual regime fiscal de favor actualmente concedido aos bancos, lhes queira conceder um período de transição de dois anos, de «meio favor fiscal». No que respeita à quebra do sigilo bancário, a proposta do Governo apresenta-se demasiado tímida, resultado eventual de pressões de certas entidades empresariais, divulgadas pela comunicação social. Mas ao conceder efeito suspensivo a recursos judiciais sobre a derrogação do sigilo, a natureza tímida da proposta governamental tende a transformar-se numa mera manobra de diversão, tendente a deixar tudo como está.

Mas, retomando a questão inicial desta entrevista, admities que há condições para que deste debate resultem avanços no sentido de uma maior equidade do sistema fiscal?

No que respeita à reforma dos impostos sobre o rendimento, defenderemos e bater-nos-emos por aquelas nossas propostas que se opõem às do Governo. Sem deixarmos de nos pautar, como sempre, pelo sentido da responsabilidade. Mas com a

certeza que temos de que o País necessita e exige uma reforma que, em aspectos importantes, não se fique por remendos e meias soluções, alguns retoques em excepções e isenções, que passem ao lado do essencial, a coerência e a justiça do sistema fiscal.

Conhecidos que são os projectos do PCP e do Governo, julgo ser possível concretizar agora esta importante reforma. Espero que o Governo a não venha a inviabilizar. A responsabilidade seria sua, e só sua.

CNA na Índia

Uma delegação da Confederação Nacional da Agricultura deslocou-se à Índia para participar na Conferência da Via Campesina, que se realizou na passada semana em Janapada Loka, no estado de Karnataka.

A iniciativa, que reuniu duas centenas de líderes de organizações camponesas de quatro continentes, foi precedida por um grande ajuntamento internacional na cidade de Bangalore, e nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro, pela 1.ª Conferência Internacional das Mulheres Camponesas. Um ano depois dos acontecimentos de Seattle, a Via Campesina definiu as orientações da sua intervenção nos próximos tempos, com vista à promoção de uma agricultura durável, em oposição à produção industrializada a baixo preço e com *dumping* para exportação.

A organização pronuncia-se pela soberania alimentar das populações face às tentativas das multinacionais de controlarem a alimentação no quadro da Organização Mundial do Comércio. A luta contra os OGM (organismos geneticamente modificados), o reconhecimento do papel social e económico dos agricultores e a condenação de todas as formas de repressão das organizações agrícolas rurais foram outros aspectos em foco na conferência. Os dirigentes da CNA integraram-se numa delegação da Coordenadora Agrícola Europeia (CPA) e da confederação espanhola, COAG.

Produtores notificados

A Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) afirma que os produtores de leite já estão a receber notificações através dos compradores de que vão ser multados em 73\$50 por cada litro de leite produzido na presente campanha acima da quota individual.

A Associação acusa o Governo de se ter «esquecido» de negociar o aumento da quota nacional de leite no âmbito da agenda 2000, Reforma da PAC, em Março de 1999, embora tenha aprovado a descida do preço do leite em 15 por cento à produção para o período de 2003 a 2005. A ALDA queixa-se ainda de os compradores se aproveitarem dos resultados de análises ao leite, feitas segundo «grelhas demasiado, para dessa forma fazerem baixar o preço do leite na produção». Neste contexto, exige que o Governo dinamize e apoie a criação de laboratórios interprofissionais de análises, em que os produtores estejam representados.



As restrições da política agrícola comunitária não permitem sequer responder às necessidades do mercado interno

Face à incapacidade do Governo, a política comunitária continua a penalizar a agricultura portuguesa

CE exige devolução de ajudas

A Comissão Europeia considerou ilegais os auxílios concedidos pelo Governo português aos suinicultores em 1999 e deu um prazo de dois meses para o Estado recuperar aqueles montantes junto dos produtores.

Reagindo a mais esta posição injusta, os deputados do PCP no Parlamento Europeu solidarizaram-se com os suinicultores afirmando que «não podem ser mais prejudicados nem pela PAC, nem pela Comissão Europeia, nem pelas políticas preconizadas pelo Governo português».

Neste sentido reclamam uma revisão profunda da Organização Comum de Mercado da carne de porco que garanta um preço com participação comunitária, a defesa das pequenas e médias explorações, que são a base essencial do abastecimento local, assim

como medidas de defesa da qualidade da produção, de maior controlo das grandes explorações e de protecção do ambiente.

O PCP critica a Comissão por não avançar propostas que ajudem a estabilizar este mercado na UE e discorda da medida actualmente em discussão que aponta para a criação de um fundo de gestão do mercado, financiado totalmente pelos próprios suinicultores. Segundo o PCP, esta proposta é «discriminatória face a outros sectores agrícolas» e será de difícil aplicação já que «não se vislumbra que os

suinicultores em crise tenha meios financeiros para a manutenção de um fundo deste tipo».

Quota do açúcar reduzida

A declaração da ilegalidade dos auxílios aos suinicultores é uma decisão que se vem juntar a outras medidas aprovadas pela Comissão Europeia que, segundo o PCP, irão afectar Portugal. Entre elas está a redução de 115 mil toneladas nas quotas comunitárias de açúcar, o que implica a diminuição da quota portuguesa, que já hoje necessitaria de um aumento de 30 mil toneladas para a viabilização da fábrica de Coruche.

A fábrica de Coruche vai sofrer com a redução da quota de açúcar

A decisão aprovada pela CE na passada semana significa um corte para Portugal de 200 toneladas numa quota de 70 mil toneladas/ano. Recorde-se que as posições nacionais reclamavam um aumento de pelo menos 20 mil toneladas de forma a permitir o desenvolvimento da cultura da beterraba e o aproveitamento da única unidade fabril concebida para produzir pelo menos 100 mil toneladas de açúcar ano.

Acresce que no nosso país a produção de açúcar representa apenas cerca de 20 por cento do consumo interno ao contrário do que se passa em países como França, Irlanda, Dinamarca ou Holanda onde a produção excede largamente o consumo.

Outras medidas graves irão afectar os produtores de banana madeirenses, enquanto que sobre os produtores de leite açorianos continua a pairar a ameaça de uma penalização de 4,5 milhões de contos. Recentemente foi ainda anunciado o corte dos apoios comunitários às raças autóctones com graves incidências económicas e sociais em várias regiões do país.

Neste contexto de más notícias para a agricultura portuguesa, os eurodeputados do PCP reafirmam as críticas que fizeram ao Governo no momento da negociação da Agenda 2000 e questionam a actuação do ministro Capoulas Santos face ao avolumar dos problemas no sector tutelado pelo seu Ministério.

Extrema-direita afastada do poder

O primeiro-ministro federal belga Guy Verhostadt já assegurou que «em nenhuma cidade ou comuna a extrema-direita terá a possibilidade de aceder ao poder». O governante recordou que, no conjunto da Flandres, 90 por cento dos belgas disseram não à extrema-direita e que até em Antuérpia há uma maioria democrática de 66 por cento. Os dirigentes dos partidos socialista, liberal, social-cristão, ecologista e nacionalista já reafirmaram que não formarão coligação com a extrema-direita.

As declarações foram feitas no rescaldo das eleições municipais de domingo, em que o partido flamengo de extrema-direita Vlaams Blok recolheu 33 por cento dos votos em Antuérpia, contra 28 por cento no escrutínio anterior de 1994. O «Bloco Flamengo» ganhou assim três lugares no conselho comunal da cidade portuária, elevando o seu total de 18 para 21, num total de 55, o que deixou à coligação cessante formada por cinco grandes partidos apenas 34 lugares. O líder do Vlaams Blok, Filip Dewinter, anunciou de imediato que iria tentar formar uma maioria e que, caso isso não se verificasse, bloquearia o funcionamento do conselho comunal, utilizando o terço dos lugares de que dispõe. Já no anterior escrutínio municipal de 1994, o partido da extrema-direita se tinha tornado a primeira força política em Antuérpia, mas foi afastado da administração da cidade por uma grande coligação formada pelos outros partidos.

Alimentos animais

A comercialização de alimentos compostos para animais vai passar a ter novas regras para garantir a sua segurança. A medida que esteve em debate no Parlamento Europeu torna obrigatória a declaração completa e pormenorizada das matérias-primas utilizadas através de uma rotulagem clara.

Desde a crise da BSE que o Parlamento Europeu insiste em legislar neste sentido, tendo reiterado o pedido após o escândalo ocorrido, no ano passado, na Bélgica com a presença de dioxinas nos alimentos para animais. A eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo apoia a medida considerando que deve ser elaborada uma lista exaustiva das matérias-primas autorizadas e que os fabricantes de alimentos para animais devem comprovar, a pedido, a composição dos mesmos por meio de documentos internos da empresa.

Pobreza afecta mais mulheres

Os salários médios das mulheres da União Europeia continuam a ser inferiores em cerca de 28 por cento aos dos homens, facto que contribui para que a maioria da população pobre seja constituída por membros do sexo feminino.

Segundo Ilda Figueiredo afirmou na sessão do Parlamento da passada semana, «apesar da diversidade de situações dos estados-membros, as mulheres estão menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, são as mais atingidas pelo desemprego, incluindo o de longa duração, trabalho precário, a tempo parcial, atípico, inseguro e mal pago».

Para a eurodeputada do PCP importa analisar as causas desta situação e tomar medidas para as ultrapassar, nomeadamente «nas políticas de emprego, de formação, educação e infra-estruturas de apoio às crianças e à família, dando prioridade a esta questão no plano prático e

não apenas nas declarações de intenções».

Ilda Figueiredo apoiou a proposta de directiva sobre a igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional, bem como o programa de combate à discriminação 2001-2006, embora tenha considerado que estas duas propostas precisem de alguns melhoramentos e de mais verbas para a sua aplicação.

Como frisou, «não basta que a igualdade seja garantida na lei». O combate à discriminação deve passar, entre outras medidas, por «acções positivas, favorecendo particularmente grupos discriminados». Designadamente, a deputada defendeu que, relativamente ao ónus da prova, incumba à entidade patronal provar que não houve violação do princípio da igualdade, enquanto ao trabalhador deve bastar juntar os elementos de facto constitutivos da presunção de discriminação.

Orçamento comunitário PCP garante financiamentos

Os deputados do PCP conseguiram fazer aprovar várias propostas orçamentais com relevância para Portugal.

No debate do Orçamento Comunitário, os eurodeputados do PCP garantiram o financiamento comunitário de medidas destinadas à replantação florestal de áreas ardidas, sobretudo de reservas naturais e zonas protegidas. Esta proposta foi apresentada tendo em conta os graves prejuízos causados pela vaga de incêndios do último Verão.

Os comunistas portugueses conseguiram ainda verbas para a criação de um Centro Europeu de prevenção de incêndios florestais, que terá como missão assegurar a coordenação da luta de prevenção deste flagelo a nível europeu.

No âmbito do Programa Cultura 2000 ficou igualmente estabelecido o financiamento de operações de conservação e restauro do património cultural de importância europeia classificado como património da UNESCO. Este objectivo, graças à intervenção dos deputados do PCP, consta agora do Programa Rafeal podendo dele beneficiar localidades e cidades portuguesas classificadas pela UNESCO, caso de Angra do

Heróismo, Évora, Porto e Sintra.

Outras verbas estão previstas para apoiar projectos apresentados por associações e agentes locais com o objectivo de incentivar o diálogo intercultural e intercâmbios entre as várias culturas europeias.

Uma outra proposta apresentada pelo PCP, que obteve o consenso, irá reforçar em 11 milhões de euros o financiamento do programa comunitário de distribuição de alimentos às pessoas mais carenciadas da UE.

Na área da sensibilização ambiental, os comunistas conseguiram introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, nomeadamente ao nível agrícola e industrial.

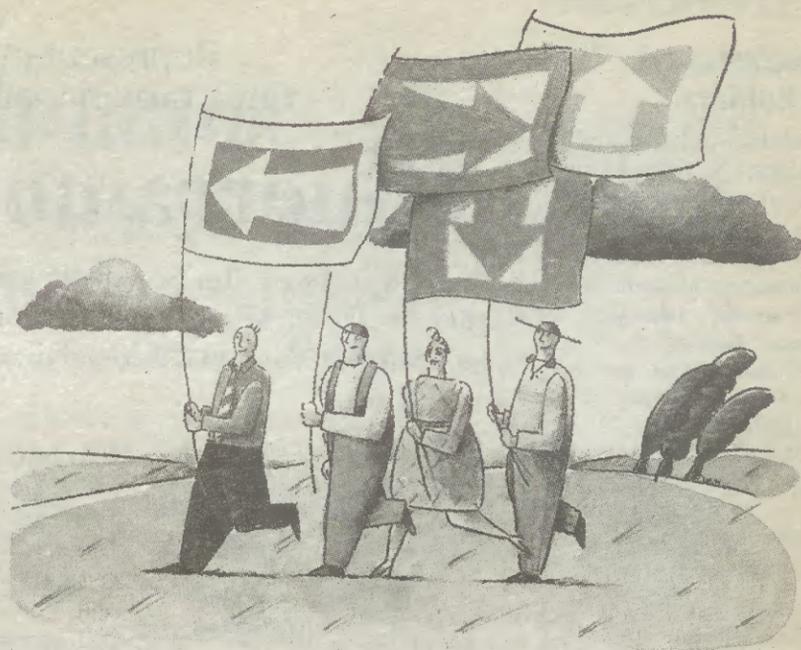
Açores e Madeira sofrem cortes

No entanto, outras propostas importantes foram rejeitadas, nomeadamente uma referente ao aumento das dotações dos programas POSEI para o nível do Orçamento de 2000, destinados a apoiar as regiões ultraperiféricas da UE. O PCP pretendia deste modo evitar o corte de dois

milhões de euros nas verbas para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Chumbada foi igualmente a proposta de criação de um fundo especial para calamidades no sector agrícola no valor de 100 milhões de euros, que poderiam ser utilizados para compensar o rendimento dos agricultores afectados por catástrofes naturais, surtos de doença animal e condições climatéricas extraordinárias.

Ontem, quarta-feira, a Comissão de Orçamentos do Parlamento Europeu ia discutir e votar duas outras propostas dos comunistas portugueses: uma referente à manutenção do financiamento do programa de apoio à agricultura familiar, linha criada pelos deputados do PCP no Orçamento 2000, com uma dotação de dois milhões de euros; a outra, no domínio das iniciativas comunitárias de apoio às pequenas e médias empresas, prevê mais ajudas às micro e pequenas empresas e apoio à criação de associações de PME. Estes objectivos já se encontram expressos quer em anteriores resoluções do PE quer nas orientações económicas para 2000 por proposta do PCP.



● Ilda Figueiredo

A cimeira de Biarritz

No Conselho Europeu de Biarritz, a 13 e 14 de Outubro, estarão na ordem do dia a Conferência Intergovernamental (CIG) sobre a reforma das instituições e a Carta dos Direitos Fundamentais, como referia, há dias, no Parlamento Europeu, o ministro Moscovici em nome da presidência francesa. Mas, certamente, não deixarão também de ser tidos em conta quer o NÃO do referendo na Dinamarca sobre a adesão à união económica e monetária quer a nova subida da taxa de juro declarada pelo BCE e a manutenção da desvalorização do euro.

Como se sabe, com o pretexto de que não pode haver alargamento da EU sem reforma das instituições, nesta CIG, ao contrário das posições defendidas por alguns, designadamente pela maioria do Parlamento Europeu, que pretendiam uma agenda mais alargada, estão em debate as seguintes questões: composição da Comissão Europeia, ponderação de votos no Conselho e extensão das maiorias qualificadas, incluindo a questão da cooperação e cooperações reforçadas e, naturalmente, a pressão, sobretudo do PE, para que também se inclua a nova composição do Parlamento. Vários insistem na interdependência de tudo isto e referem que, ou haverá um acordo global, ou este será inexistente. No raciocínio que fazem consideram que a ponderação da votação no Conselho é indissociável da composição da Comissão e do peso da ponderação por maioria qualificada e, por sua vez, a ponderação no Parlamento aparece relacionada com a ponderação no seio do Conselho e a extensão da co-decisão, além da questão da cooperação reforçada.

O reforço dos mais fortes

Na Cimeira de Biarritz será feito um ponto da situação, e em Nice, no Conselho Europeu de 7 a 9 de Dezembro, serão aprovadas as

conclusões, incluindo a declaração sobre a Carta dos Direitos Fundamentais, texto muito impreciso, recuado e ambíguo, apesar das melhorias introduzidas por pressão de organizações sociais, mas que, no entanto, os federalistas pretendem que seja o embrião de uma futura Constituição europeia. Como disse o ministro Moscovici, o futuro da União está ligado ao futuro da Carta. Veremos. Entretanto, um projecto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, dos deputados Dimitrakopoulos e Leinen sobre a repartição do número de representantes ao Parlamento Europeu na perspectiva do alargamento a 27 países, apresenta uma proposta que, partindo de um número global máximo de 700 deputados, do princípio de um mínimo de 4 deputados por Estado-membro e de alguns poderem ser eleitos no âmbito de uma circunscrição europeia única, através da criação de partidos políticos europeus, estabelece uma repartição de mandatos que atribui a Portugal 16 deputados, perdendo 9 dos actuais 25. Para a Alemanha prevê um crescimento, passando dos actuais 99 para 104. Com a nova repartição, apenas 5 países (Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha) ficariam com maioria absoluta dos deputados (395, ou seja, mais de 55% do novo PE, com poderes cada vez maiores em processos de co-decisão), o que seria agravado com a aplicação de idêntico método da proporcionalidade da população à ponderação de votos no Conselho. Poderíamos ter uma situação inadmissível de apenas cinco países deterem a maioria da capacidade de decisão no Parlamento e no Conselho, eliminando qualquer respeito pela soberania dos Estados-membros. Na Comissão, com apenas 20 membros, ou vários países ficariam sem representante, ou apenas o teriam durante escassos meses do mandato de cinco anos.

Sabe-se que há muitas dificuldades de acordo nas bases que estão lançadas. O que, neste momento, também interessará à maioria dos Estados-membros para utilizar como argumento para o adiamento da adesão de novos países, que todos receiam, embora nenhum o queira assumir publicamente. A falta de acordo na reforma das instituições poderá ser um excelente pretexto para adiarem o processo de alargamento.

Eurodeputados condenam regime taliban

Uma proposta de resolução comum apoiada pelos cinco maiores grupos do Parlamento Europeu (entre eles a Esquerda Unitária do qual partiu a iniciativa) expressa preocupação pelo recrudescimento dos combates no Afeganistão e condena o regime de «apartheid» imposto pelos taliban às mulheres daquele país.

O documento condena igualmente o apoio que os Taliban prestam ao terrorismo internacional e apela ao isolamento diplomático por parte dos países que reconheceram o regime e lhe prestam apoio.

Neste sentido, solicita ao Conselho de Segurança que ponha em prática um embargo às exportações de armas destinadas ao Afeganistão e que coordene as suas iniciativas conducentes à paz com os países vizinhos, em especial a Rússia e o Irão.

O Parlamento Europeu solicita ainda à Comissão Europeia que adopte medidas humanitárias de urgência de modo a permitir a sobrevivência das populações, especialmente nas áreas controladas pela Aliança do Norte.

A resolução pede em particular a aplicação directa do tratado de Otava relativo à supressão de minas antipessoal e a organização de uma campanha de informação da população sobre os riscos que incorrem, na qual é solicitada uma ajuda especial à União Europeia.

Um milhão de mutilados

Segundo a Organização das Nações Unidas, aproximadamente um milhão de afegãos foram mutilados por minas terrestres, milhões de pessoas vivem em campos de refugiados e milhares de civis continuam a tentar fugir de Kabul e das áreas controladas pelos Taliban.

Os direitos fundamentais são sistematicamente violados em parte devido à interpretação arbitrária e bárbara da xaria (o direito mulçumano).

Após a tomada do poder em 1996, os taliban submeteram as mulheres a formas extremas de repressão psicológica e física, tendo sido privadas, parcial ou totalmente, de assistência médica, de educação, do exercício de uma actividade profissional e da liberdade de circulação.

Os últimos combates contribuíram para agravar a situação da população civil já duramente afectada pela seca que actualmente assola toda a região.

O regime controla a cultura de droga, tendo aumentado significativamente a produção de opiáceos cujo comércio permite financiar a guerra contra a Aliança do Norte.

Eleições na Polónia...

O presidente da Polónia, Aleksander Kwasniewski, foi reeleito com 54 por cento dos votos na primeira volta das eleições presidenciais de domingo. Segundo os dados definitivos da Comissão Eleitoral, Aleksander Kwasniewski venceu em todas as 16 províncias administrativas do país, incluindo as consideradas «bastiões» de alguns dos seus 11 adversários, como Wadowice, terra natal do Papa João Paulo II, e Gdansk, antiga sede do Solidariedade. Do mapa político polaco desapareceu Lech Walesa, ex-presidente e ex-dirigente do Solidariedade, laureado com o Nobel da Paz, cuja votação se ficou em um por cento. Em segundo lugar no escrutínio ficou Andrzej Olechowski, com 17,3 por cento, seguido por Marian Krzaklewski, actual dirigente do Solidariedade, com 15,6 por cento. Os restantes candidatos ficaram todos abaixo dos três por cento.

... e na Lituânia

A Coligação Social Democrata, do ex-presidente Algirdas Brazauskas, venceu domingo as eleições legislativas na Lituânia, conquistando 51 dos 141 lugares em disputa. Sem maioria, Brazauskas será forçado a fazer alianças para formar governo, admitindo-se que chegue a acordo com a aliança de centro-esquerda Nova União, que elegeu 29 deputados. Em segundo lugar no escrutínio ficaram os ultraliberais de Rolandas Paksas, com 34 deputados, e o grande derrotado foi o primeiro-ministro em exercício, Andrius Kubilius, cujo partido não conseguiu eleger mais do que sete deputados. Todas as formações políticas defendem a entrada do país na União Europeia e na NATO. Os resultados eleitorais reflectem o descontentamento popular com a política económica seguida pelo governo, fortemente restritiva.

Venezuela e Cuba selam acordo

O presidente de Cuba, Fidel Castro, desloca-se no final de Outubro à Venezuela, onde assinará com o seu homólogo Hugo Chávez um acordo para a aquisição de petróleo venezuelano em condições muito favoráveis. O acordo insere-se no convénio que estabelece o fornecimento diário de 80 000 barris de petróleo a vários países das Caraíbas e da América Central, por um período de 15 anos e com dois por cento de juros, por um valor que pode oscilar entre os 15 e os 25 por cento da factura petrolífera, conforme o preço do barril exceda os 15 ou os 30 dólares. O acordo é considerado mutuamente vantajoso, já que para Cuba representa um abastecimento seguro e para a Venezuela um mercado seguro.

Representante da ONU prevê escalada da violência com a proximidade das eleições municipais de dia 18 e alerta:

«Guerra no Kosovo não terminou»

Bernard Kouchner, alto representante das Nações Unidas no Kosovo, considera que a comunidade internacional deve continuar a apoiar o Kosovo.

Com a proximidade das eleições municipais no Kosovo, marcadas para o próximo dia 18, e a concentração das atenções internacionais na Sérvia, Kouchner teme uma «explosão de violência» na província jugoslava e alerta que «a guerra não terminou no Kosovo».

Segundo Kouchner, «os kosovares têm uma opinião extremamente negativa de Kostunica», e «o mais suave que a imprensa publicou é que Milosevic é um nacionalista de conveniência, mas

Os albanokosovares vão radicalizar posições independentistas

Kostunica é um nacionalista por convicção».

As implicações das palavras do representante da ONU na região são claras: os kosovares de origem albanesa temem, face às alterações políticas registadas na Sérvia, que os seus projectos independentistas sejam afectados.

As preocupações de Kouchner foram transmitidas aos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, mas os Quinze não fizeram qualquer referência

ao Kosovo na sua mensagem de apoio a Kostunica, evitando dessa forma abordar «questões muito delicadas» e polémicas, como o futuro do Montenegro, do próprio Kosovo e até de Milosevic.

Segundo fontes comunitárias citadas pelo diário espanhol El País, a UE não quer «colocar obstáculos no caminho de Kostunica, sublinhando em público ou por escrito o que ainda nós separa».

Divergências e promessas

A contenção dos Quinze tem razão de ser. No início desta semana, Kostunica reportou-se à Constituição jugoslava que consagra a integridade da Federação, e lembrou que existe «uma resolução do



Kostunica tomou posse

«Comprometo-me a respeitar e a aplicar a Constituição da República Federal da Jugoslávia e as leis federais; defenderei a soberania, independência e integridade da República Federal da Jugoslávia; contribuirei para o respeito das liberdades e dos direitos civis e exercerei os direitos e as obrigações de presidente com consciência e responsabilidade». As palavras são de Vojislav Kostunica, que tomou posse como presidente da República Federal da Jugoslávia no sábado.

A situação política no país precipitou-se no dia 5, depois de o Tribunal Constitucional jugoslavo, contradizendo declarações anteriores, anular a segunda

volta das presidenciais e proclamar a vitória de Kostunica na primeira volta das eleições de 24 de Setembro. No mesmo dia, 300 mil pessoas segundo uns, 500 000 segundo outros, manifestaram-se em Belgrado, tomaram o Parlamento (que foi incendiado) e a televisão pública, exigindo o afastamento de Slobodan Milosevic.

Um dia depois, numa breve mensagem televisiva, Milosevic admitiu a sua derrota eleitoral, felicitou Kostunica e desejou «boa sorte a todos os cidadãos da Jugoslávia».

No início desta semana, o Parlamento da Sérvia decidiu dissolver-se e convocar eleições para meados de Dezembro.

Conselho de Segurança, a Resolução 1244, que garante a integridade territorial e a soberania da República Federal da Jugoslávia».

Um «obstáculo» no caminho das boas relações da UE com Belgrado, tanto mais que Kouchner considera que com as mudanças ocorridas na Sérvia os albanokosovares vão radicalizar as suas posições independentistas. Para o evitar, Bernard Kouchner defende a rápida implementação da autonomia do Kosovo.

Entretanto, o presidente em exercício do Conselho

Europeu, Hubert Védrine, foi a Belgrado anunciar o levantamento das sanções da UE à Sérvia, designadamente o embargo petrolífero e as restrições ao tráfego aéreo.

No domínio económico, a UE anunciou que a Sérvia será incluída nos programas de ajuda económica europeia à região, calculadas em cerca de 4500 milhões de euros (cerca de 900 milhões de contos), entre outros.

Até ver, permanece em vigor o embargo de venda de armas à Sérvia adoptado pela ONU.

Argentina

Agente de Pinochet no banco dos réus

Enrique Lautaro Arancibia Clavel, ex-agente da Direcção de Informação Nacional do Chile (DINA), a tenebrosa polícia política do ditador Augusto Pinochet, começou esta semana a ser julgado em Buenos Aires pelo assassinato do general Carlos Prats e da sua esposa, Sofia Cuthbert.

O assassinio do ex-comandante em chefe do Exército chileno e da esposa, exilados na Argentina após o golpe de Estado de Pinochet contra o regime de Salvador Allende, em 11 de Setembro de 1973, foi cometido na noite de 30 de Setembro de 1974. O rebentamento de uma bomba de forte intensidade colocada debaixo do automóvel acabou com a vida de ambos, e deixou claro aos milhares de exilados políticos chilenos que longo era o braço da ditadura.

Passados 26 anos, as investigações levadas a cabo pelas três filhas do casal e o processo apresentado aos tribunais argentinos começou finalmente a seguir os seus trâmites. A primeira vitória foi alcançada a 4 de Outubro, quando a Câmara Federal de Buenos Aires (o

tribunal de apelações) rejeitou um recurso da defesa sobre a alegada prescrição do crime e decretou que o caso era um delito «lesa humanidade», e como tal imprescritível. Para depor em tribunal estão arroladas 87 testemunhas, entre argentinos e chilenos, e espera-se que o julgamento possa estabelecer ainda a responsabilidade dos serviços de espionagem das Forças Armadas argentinas no crime, que no período das ditaduras militares participaram com outros exércitos da região na chamada «Operação Condor», destinada à repressão das forças de esquerda em diferentes países latino-americanos.

Entre as testemunhas chamadas a depor contam-se o general argentino Reynaldo Bignone, último comandante da ditadura militar, bem como outros oficiais que na época ocupavam cargos de relevo na Argentina.

Sinal preocupante

Entretanto, no Chile, prossegue a luta da Associação de

Familiares de Presos Desaparecidos para fazer sentar Pinochet no banco dos réus. A organização rejeita as declarações da magistrada Clara Szezaranski, que domingo afirmou ao jornal *El Mercurio* que Augusto Pinochet «não está em condições de enfrentar um processo» judicial.

Segundo a presidente do conselho de Defesa do Estado, «quando uma pessoa tem uma deterioração intelectual de qualquer tipo — seja física ou mental — pode não ser um interlocutor válido para o juiz». É por este motivo, acrescentou, que o Conselho considera «indispensável» a realização de novos exames médicos a Pinochet, «tanto mentais como os que respeitam a doenças com incidência na saúde cerebral».

Comentando estas declarações, Mireya Garcia, vice-presidente da Associação de Familiares de Presos Desaparecidos, considerou-as com «um péssimo sinal do Estado», e que vão no sentido de evitar o julgamento do ditador.

Quem impõe o preço do crude?

«Mais de 60 por cento do preço que o consumidor paga por cada litro de gasolina na Europa é devido a impostos.» Quem o afirma é Alf Rodriguez, ministro da Energia da Venezuela desde 1999 e presidente da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) deste Maio último, em recente entrevista ao jornal espanhol *El País*.

Segundo o ministro, cabe à Europa e aos países industrializados «examinar se é correcto continuar a manter os impostos elevados, ou se devem fazer ajustes em matéria tributária para fazer face aos apelos das respectivas populações».

«Agora a Europa queixa-se, mas nos últimos 20 anos subiu os impostos mais de 330 por cento», diz Rodriguez, sublinhando que os elevados preços actuais do petróleo «não dependem de forma nenhuma de uma escassez da oferta de crude». Pelo contrário, defende o ministro venezuelano, «de acordo com a oferta os preços deveriam estar mais baixos».

O problema, na óptica de Alf Rodriguez, radica na especulação bolsista, «um dos grandes emblemas do sistema capitalista». A título de exemplo, refere o facto de ter havido dias em que se negociaram na Bolsa «barris virtuais de papel que duplicaram os barris físicos».

«Chegou-se a negociar até 150 milhões de barris — afirma, um número que não tem nada a ver com o mercado físico.»

Recordando que a OPEP aumentou este ano a sua produção em 3,2 milhões de barris diários, e que os EUA puseram recentemente no mercado mais 30 milhões de barris das suas reservas, e que nem assim os preços baixaram, o ministro insiste que o problema não está na oferta de crude, mas sim no sistema. As refinarias dos EUA não aceitaram parte desse crude, cujo preço de refinação é elevado. Como conclui Rodriguez, «no capitalismo não se investe onde não se ganha».

Israel arma-se em vítima

Ultimato aos palestinianos

Israel matou mais de uma centena de palestinianos em 15 dias, mas foi Arafat quem recebeu um ultimato para acabar com a rebelião palestiniana.

O primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, intimou Yasser Arafat a «acabar com a violência» num prazo de 48 horas, que expirou segunda-feira. Magnânimo, o governo israelita, reunido de emergência, decidiu alargar o prazo, «a pedido de numerosos dirigentes internacionais».

Dir-se-ia, neste mundo virado do avesso, que as forças israelitas nada têm a ver com a centena de mortos e o milhar e meio de feridos palestinianos registados nos últimos dias.

«Actuaremos para tentar que volte a calma no que nos diz respeito, ao mesmo tempo que também damos a Yasser Arafat um tempo adicional para que faça o que tem de fazer. Há intensas negociações internacionais que não podemos recusar ou ignorar», anunciou o porta-voz governamental de Telavive, Nacham Shai.

Num autêntico passo de mágica, bem orquestrado do ponto de vista mediático, Israel vestiu assim a pele de cordeiro, assacou a responsabilidade da bestialidade do massacre de palestinianos aos próprios palestinianos, e ainda tenta aparecer como o mensageiro da paz.

Barak mostra-se agora disposto a um encontro com o dirigente palestiniano, e a manter em suspenso uma eventual retaliação contra a Síria e o Líbano pela sua alegada implicação no sequestro de três soldados israelitas por fundamentalistas do Hezbollah.

Tensão em várias frentes

Tamanha «boa vontade» não é inocente: as negociações para a libertação dos militares sequestrados pareciam anteontem bem encaminhadas, depois das partes terem aceite proceder a uma troca de prisioneiros. Uma organização palestiniana de direitos humanos no Líbano elaborou uma lista com 130 nomes de prisioneiros árabes de diferentes nacionalidades (palestinianos, sírios, egípcios e jordanos) presos em Israel. A lista, que inclui cinco mulheres, foi elaborada tendo em conta o precário estado de saúde dos presos e o longo tempo que se encontram encarcerados.

Apesar do optimismo dos negociadores, a tensão no terreno continua elevada. As forças de elite do Exército israelita estão estacionadas ao longo da fronteira internacional com a Síria e o Líbano; também as forças libanesas estão em estado de alerta, e no início da semana o governo libanês voltou a acusar Telavive de atacar e violar sistematicamente o seu território.

Entretanto, a contestação à política israelita ganha terreno no interior do país. Os confrontos entre radicais judeus e ára-

bes israelitas sucedem-se. Na segunda-feira, após os funerais de duas vítimas desses confrontos, dezenas de milhar de árabes foram reprimidos pela polícia. A minoria marginalizada de Israel, que representa cerca de 18 por cento da população total, saiu à rua a semana passada em apoio dos palesti-

nianos, sofrendo mais de uma dezena de mortos.

Sintomaticamente, neste massacre a que o mundo assiste em directo não se fala em genocídio, nem em direitos humanos, nem em forças desproporcionadas contra uma população que fez das pedras a sua arma pela libertação. Só falta mesmo que nos venham dizer que os mortos destes dias de terror são danos colaterais da defesa da democracia em Israel.



«Preocupações» à americana

Os apelos ao fim da escalada de violência no Médio Oriente são generalizados. Todos, das Nações Unidas às organizações de Direitos Humanos, passando pelas principais capitais europeias e do mundo árabe, afirmam a necessidade de pôr cobro à crise desencadeada a 28 de Setembro por Ariel Sharon. E, no entanto, as «preocupações» não chegam sequer ao reconhecimento de que há agressores e agredidos, repressores e reprimidos, e uma questão de fundo incontornável que radica na própria forma como foi criado e se tem desenvolvido o Estado de Israel.

As declarações dos responsáveis políticos internacionais são esclarecedoras. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, diz-se «alarmado» com a situação no Médio Oriente, e pede às partes contenção, controlo dos seus simpatizantes e respeito pelos lugares sagrados, como se estivéssemos perante contentores em igualdade de circunstâncias.

Annan garante estar «extremamente consciente dos perigos de uma deterioração suplementar» e que tem estado em contacto «permanente» com os dirigentes da região, no que aparentemente de esgota a capacidade de intervenção do órgão que dirige.

Quem é parcial?

A tão confrangedora inoperância não deve ser alheio o facto de o Conselho de Segurança ter aprovado no sábado, com a abstenção dos Estados Unidos, uma resolução condenando «os

O Reino Unido, sempre tão pronto a arvorar-se em defensor da democracia e dos direitos humanos, na melhor linha da Casa Branca, consegue no caso do Médio Oriente uma verdadeira quadratura do círculo.

Nas palavras do secretário do «Foreign Office», Robin Cook, «Israel deverá ver se o nível de violência utilizada pelas suas forças é proporcional ao grau de sofisticação das armas usadas pelo outro

lado». Como se o uso de tanques, helicópteros, mísseis e balas de fragmentação internacionalmente proibidas pudessem ser, em caso algum, comparáveis às pedras da Intifada palestiniana.

Por seu turno, a França, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, defende a tomada de medidas «urgentes» para evitar a escalada de violência, e sugere que se retomem rapida-

actos de violência, particularmente o uso excessivo da força contra os palestinianos, que provocou feridos e perdas de vidas humanas». A crítica a Israel não vai mais longe, mas mesmo assim o texto, aprovado por 14 votos a favor, nenhum contra e com a abstenção dos EUA, foi considerado por Washington como «parcial».

Os EUA afirmam-se no entanto «muito, muito preocupados» com a situação e dizem desejar «evitar uma escalada ainda maior» da violência.

Para a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, é o dirigente palestiniano Yasser Arafat quem tem a chave «para pôr fim a este ciclo de violência», conforme afirmou em declarações à cadeia de televisão ABC. A Israel, Albright apelou para que «não piore a situação» com o seu comportamento.

«Arafat tomou algumas decisões difíceis no passado, e com elas conseguiu controlar a situação. Esperamos que agora também o possa fazer; queremos que o faça», disse Albright.

Entretanto, a pretensão palestiniana, secundada pela organização Human Rights Watch, de o Conselho de Segurança da ONU criar uma comissão de inquérito independente para investigar as violações dos direitos humanos cometidas desde 28 de Setembro, está posta de lado. Israel não aceita interferências, para além das dos EUA. É esta a «nova ordem internacional».

Proporcionalidades

mente as negociações de paz israelo-palestinianas.

Védrine considera que tanto o primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, como o dirigente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, «são parceiros empenhados no processo de paz», tendo por isso «responsabilidades históricas» no que respeita a pôr termo à violência. Mais uma vez as responsabilidades são niveladas, como se não houvesse um ocupante e

um ocupado, como se o desrespeito pelos acordos firmados não fosse uma prática permanente de Israel.

De Moscovo, através de Vladimir Putin, vêm apelos à «calma»; do Egipto, pela voz de Hosni Mubarak, os convites à «moderação» das reacções árabes à brutal agressão israelita, descartando qualquer hipótese de declarar uma guerra, pois, sendo a situação grave, «é necessária uma reacção sábia».

PCP denuncia

A repressão do governo israelita contra o povo palestiniano foi denunciada pelo PCP, numa nota do Gabinete de Imprensa que apela aos portugueses a manifestarem «o seu repúdio por tão sangrenta repressão», e insta o governo português a «tomar uma firme posição de condenação» destas acções. Para o PCP, «a visita de Ariel Sharon com uma força de três mil soldados à esplanada das mesquitas de Jerusalém Oriental, no momento preciso da oração islâmica, constituiu uma frontal provocação ao povo palestiniano, aos muçulmanos de todo o mundo e à paz». Segundo a nota, a desproporcionada reacção de Israel às manifestações de repúdio dos palestinianos não seria possível «sem a protecção escandalosa dos EUA e a cumplicidade da União Europeia em relação a Israel e à sua política de sistemática repressão e opressão do povo palestiniano». Na óptica do PCP, sem a solução justa e duradoura do conflito no Médio Oriente «que consagre a existência do Estado da Palestina soberano com Jerusalém como capital, a retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados e o regresso dos refugiados ou a sua devida compensação conforme as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, são previsíveis novos e sangrentos confrontos».

CPPC acusa Israel e EUA

Também o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) manifestou a sua solidariedade ao povo palestiniano, sublinhando que, «ao contrário do que se afirma em muitos órgãos de comunicação social, o que está a acontecer nos territórios ocupados não é uma guerra, mas sim a indiscriminada e brutal repressão de um povo». A comprovar esta dramática realidade está o balanço incontornável das vítimas dos últimos dias: 37 por cento são crianças com menos de doze anos e 76 por cento têm menos de 16 anos. Para o CPPC, o governo de Israel, escudado pelos EUA, «persiste em adiar o inevitável, procurando subverter no processo negocial aquilo que é um imperativo do direito e da legalidade internacional, consagrado em centenas de resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas». «Todo o processo negocial tem sido conduzido pelos EUA - numa falsa e hipócrita posição de «mediador» - com o objectivo de pressionar a Autoridade Palestina a aceitar posições que, de facto, negam os direitos nacionais pelos quais o povo palestiniano se tem batido corajosamente ao longo de um século», sublinha o CPPC.

Alastra na Colômbia a guerra químico-biológica

• Miguel Urbano Rodrigues

A explosiva situação política, militar e social colombiana, agravada pela intervenção militar não declarada dos EUA, é acompanhada com apreensão crescente em toda a América Latina.

A decisão do governo brasileiro de reforçar a cobertura militar na fronteira da Colômbia já era esperada. Mas a notícia de que forças incumbidas de vigiar a linha demarcatória entre os dois países - cerca de 1500 quilómetros - serão tropas especiais do exército, da marinha e da polícia a serem aquarteladas em seis postos avançados foi recebida com alguma surpresa em Washington. A cidade amazônica de Tabatinga será o pólo da chamada Operação Cobra.

Quase simultaneamente, as autoridades colombianas, numa nota seca, anunciaram a morte de dois assessores militares norte-ameri-

canos sem os identificar e sem informar em que circunstâncias foram abatidos. Em Bogotá correm, aliás, rumores de que seria superior o número de militares dos EUA mortos.

Diferentes órgãos de comunicação de países fronteiriços da Colômbia manifestaram também nas últimas duas semanas preocupação com as graves consequências das operações de fumigação destinadas a destruir as plantações de coca e de papoilas. Três dos herbicidas que estão a ser utilizados no âmbito do chamado Plano Colômbia contêm produtos de alta toxicidade proibidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS): o glisofato, o tebutiurum e o fusarium oxysporum. Dos três, o mais perigoso é o glisofato. Esse desfolhante aumenta a concentração de CO₂ no solo e as bactérias que disseminam transformam os nitritos em nitratos geradores de nitrosaminas, substâncias que provocam o cancro do estômago. A composição do sangue altera-se nas pessoas expostas à sua acção. Os danos nos tecidos musculares são também quase imediatos.

Uma das características do glisofato é a rapidez da sua disseminação através da água. Admite-se que na Amazônia os efeitos podem fazer-se sentir a milhares de quilómetros de distância. Somente após 12 semanas o produto desaparece do solo ou da água.

O tebutiurum tarda 40 anos a desaparecer das terras por ele contaminadas. As pessoas afectadas perdem peso, contraem anemias e doenças do pâncreas.

O fusarium, que é um fungo, produz toxinas que atacam as crianças. Os seus esporos espalham-se até 30 quilómetros de distância. Permanece também activo durante 40 anos e, além de destruir as plantações de coca, arrasa todas as culturas por ele atingidas.

Em Quito, o director da Unidade de Prevenção de Desastres Químicos do Ministério da Saúde do Equador declarou numa entrevista ao jornal «Hoy» que os efeitos dos três herbicidas

citados podem ser fatais para milhares de camponeses do país, particularmente nas regiões da fronteira colombiana.

Comentando o movimento de protesto contra a utilização do glisofato, um funcionário da embaixada dos EUA em Bogotá limitou-se a afirmar que se trata de um herbicida de comprovada eficácia no combate às plantações de coca.

Segundo a imprensa colombiana, as fumigações em curso prevêm a utilização de mais de 20 mil toneladas dos três herbicidas.

A oposição popular ao Plano Colômbia aumenta, entretanto, de semana para semana. A guerra quente desencadeada contra as FARC (com pouco êxito até agora) é acompanhada de uma guerra químico-biológica cujos efeitos podem ser fatais para milhares de civis da Colômbia e dos países fronteiriços, sobretudo o Brasil, o Equador, o Peru e a Venezuela.

• Heinz Dieterich Steffan (*)

Matança neoliberal na Colômbia

Carlos Castaño é o chefe dos esquadrões da morte na Colômbia. As cadeias de televisão de todo o mundo entrevistam-no sem problemas. Os contra-revolucionários de Miami encontram os seus emissários em Paris. O Departamento de Estado (norte-americano) contacta-o telefonicamente. Todos os que querem sabem encontrá-lo, menos os omnipresentes aparatos policiais e militares do governo de Andrés Pastrana.

O próprio Castaño disse publicamente na televisão nacional e internacional que 90 por cento dos seus rendimentos são provenientes do narcotráfico; que o governo tem desde há três anos as listas dos empresários ricos que o apoiam economicamente, e que o Departamento de Estado de Madeleine Albright o chamou para lhe pedir o seu apoio ao Plano Colômbia, oferecendo-lhe armas se deixasse os seus negócios de narcotraficante.

Nada disto conseguiu motivar o governo de Pastrana e o seu mentor em Washington, Bill Clinton, a tomar medidas contra este delinquent, cujos esbirros, eufemisticamente chamados de «paramilitares», executam actualmente, de forma impune, a sua última modalidade de terror: cortando as suas vítimas aos bocados com moto-serras, para aterrorizar a população civil.

O jornal colombiano *El Tiempo* explicou em 1 de Maio de 1999 por que razão Castaño e os seus esquadrões da morte são intocáveis. Phil Chicola, chefe da Secção de Assuntos Andinos do Departamento de Estado, afirmou que embora os paramilitares sejam considerados como grupos terroristas pelo Departamento de Estado, não estão incluídos formalmente na lista de grupos internacionais do governo norte-americano. E por que não? Porque, segundo «a lei dos Estados Unidos, esses grupos devem

cometer acções que vão contra os interesses nacionais dos Estados Unidos para os podermos incluir formalmente na lista». É óbvio que os esquadrões da morte colombianos não preenchem este requisito da senhora Madeleine Albright, porque o seu terrorismo contra a população civil serve, em primeiro lugar, aos Estados Unidos, em segundo lugar à oligarquia colombiana e, em terceiro lugar, aos seus próprios interesses.

Divisão de «tarefas»

O Plano Colômbia, como qualquer plano de contra-revolução, ou seja, de terrorismo de Estado contra a população civil, não se dirige primordialmente contra os destacamentos armados da guerrilha mas sim contra a sua base social. A forma de destruir esta base social é a matança, o desaparecimento forçado, a tortura, a violação de mulheres, a queima de casas e colheitas, e a destruição dos rebanhos dos pequenos camponeses.

Esta é a tarefa dos paramilitares. Como o Exército e a polícia colombianos são mundialmente conhecidos como os piores violadores dos direitos humanos na América Latina, Washington estabeleceu uma divisão de trabalho no Plano Colômbia: o Exército protege os esqua-



drões da morte de Castaño das formações de autodefesa armada da população rural (a guerrilha) e os paramilitares levam a cabo a guerra de extermínio contra a população civil - a guerra de terror a que os assassinos chamam «limpeza social».

Esta política de Washington serve três padrões: os paramilitares ficam com as terras dos camponeses que fogem perante o terror da «limpeza social»; a oligarquia colombiana salva, mais uma vez, o seu secular regime de violência e de exploração face aos anseios de democratização e justiça do povo; e o império obtém os seguintes benefícios:

1 - Demonstra que qualquer mudança na América Latina tem de vir de Washington. Quem viola este axioma termina como Saddam Hussein no Iraque ou Milosevic no Kosovo;

2 - O sistema de dominação crioulo/norte-americano no Norte da América do Sul está oscilante dentro do «triângulo Bolívar» que inclui a Venezuela, Colômbia e Equador. Com a crescente instabilidade das ditaduras neoliberais na Bolívia, Peru, Paraguai e, em certo sentido, também na

Argentina, as tendências centrífugas bolivarianas ameaçam o *statu quo* de todo o regime hemisférico de Washington;

3 - O Plano Colômbia é, ao mesmo tempo, uma advertência ao Brasil para não avançar mais com o projecto bolivariano de uma unificação sul-americana fora da tutela do império;

4 - O preço que a oligarquia paga para se manter no poder mediante a intervenção directa do império é a recolonização total do país ou, o que é o mesmo, a sua neoliberalização absoluta.

A Amazônia é o alvo

O Plano Colômbia promete a estabilização económica mediante o equilíbrio fiscal; cortes na despesa pública; aumento da base do IVA; congelamento dos salários públicos; privatização das empresas e bancos estatais; acordos de «céus abertos» com os Estados Unidos; transparência e eficiência no regime de produtos biotecnológicos e na protecção da selva amazônica, definida como área «de uma biodiversida-

de imensa e de importância ambiental vital para a comunidade internacional».

De facto, a Amazônia é o objectivo estratégico real do Plano Colômbia, porque contém as quatro matérias-primas mais importantes para as economias do novo milénio: biodiversidade; água doce renovável; petróleo e o sistema de reprodução de 40 por cento do oxigénio do planeta. Qualquer actor social, chame-se Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Confederação de Nações Indígenas do Equador (Conaie) ou Movimento Bolivariano do presidente Hugo Chávez na Venezuela, que reclama a autodeterminação dos povos e Estados latino-americanos sobre esses recursos, converte-se em inimigo de Washington... e das oligarquias neoliberais.

Esta é a razão de ser do Plano Colômbia e da impunidade de Carlos Castaño e dos seus assassinos.

(*) Artigo publicado no jornal colombiano *El Universal*. Substitutos da responsabilidade da Redacção.

• Zillah
Branco

O império do mercado

Uma das funções mais importantes para a formação de opinião e consequente promoção dos actuais candidatos nos «democráticos» processos eleitorais é a do publicitário ou «marqueteiro» (de marketing). Dick Morris, que ajudou Bill Clinton a chegar ao poder presidencial nos Estados Unidos, foi considerado pelas revistas *Newsweek* e *Time* como «o homem mais influente do país» até ao dia em que foi afastado da Casa Branca por permitir que uma prostituta ouvisse as suas conversas com o Presidente.

Só esta apresentação já dá uma imagem da ditadura mental imposta à opinião pública pela elite que comanda o nosso infeliz planeta. Ética e humanismo são conceitos desconhecidos ou repudiados no mercado de influências que dominam o dito regime democrático, e ideias são meras embalagens demagógicas de produtos espúrios inoculados na mente popular.

O especialista na fabricação de imagens convenientes de um candidato deixou os Estados Unidos e foi levar o seu apoio, em troca de milhões de dólares, para eleger os actuais presidentes da Argentina e do México. No Brasil, mandou recados a Fernando Henrique Cardoso: «Se o Brasil fizer um acordo de livre comércio com os Estados Unidos (que agrada à direita) num pacote que inclua a protecção da floresta,

ele dividirá a esquerda, os ambientalistas, que são a força dominante, e deixará os sindicatos de lado.» Com a frieza maquiavélica de quem tem uma máquina calculadora ligada aos neurónios das emoções, informa que «as ideologias estão mortas, vamos em direcção à um consenso global sobre como gerir as economias. O mundo sabe que a educação e a luta contra o crime são muito importantes, independentemente da ideologia». Quanto ao financiamento das campanhas, considera haver dinheiro mais do que suficiente entre os que concordam com ele e ainda «de pessoas que querem ter o ego acariciado com o lugar especial num jantar ou um telefonema do candidato». O cinismo é a sua arma preferida.

A recolha de indicadores para definir o consenso global que, para ele, substitui as ideologias, é feita por meio de pesquisas permanentes de opinião pública. Para isto criou um site na internet onde convida o internauta a opinar sobre tudo. «É como um karaoke político, você canta o que quer. Estamos no ar há 10 meses e já temos registados mais de um milhão de usuários nos Estados Unidos. Até ao final do ano estaremos em dez países.» Assim vão sendo construídos os programas eleitorais como o resultado de uma receita de cozinha: um pouco de ecologia, uma pitada de esperança de emprego, duas doses de educação, outras de saúde misturada com uma de previdência social, uns pedaços de urbanização com casas populares, um cálice de direitos humanos misturado com preocupações pacifistas, cobertura turística e desportiva com recantos de lazer e muitos fogos de artifício coloridos acompanhados da música frenética que inspira a juventude. Nada se fala sobre a produção e a organização do trabalho, pois quem trata de mercado aplica os produtos existentes e capricha na imagem para aumentar a venda.

O voto «livre»

Do outro lado desse teatro fica o povo, convencido de que ao votar exerce livremente um direito de cidadania. No dia em que foram realizadas as eleições municipais no Brasil, dia 1 de Outubro, encontrei os vizinhos que iam para o mesmo posto eleitoral que eu. Iam cedo «para ficarem livres, logo, desta obrigação». Alguns disseram que ainda não sabiam em quem votar «no meio desses espertos todos, que só querem um lugar para fazer a sua caixinha». Na hora escolheriam «pela cara», ou votavam em branco ou nulo. A máquina onde digitam o número do candidato parece ter criado uma maior distância com o acto de escolha. «Hoje há botões para tudo, no banco, para comprar refrigerantes, para votar... É como escolher o programa na televisão, tudo ruim, qualquer um serve.»

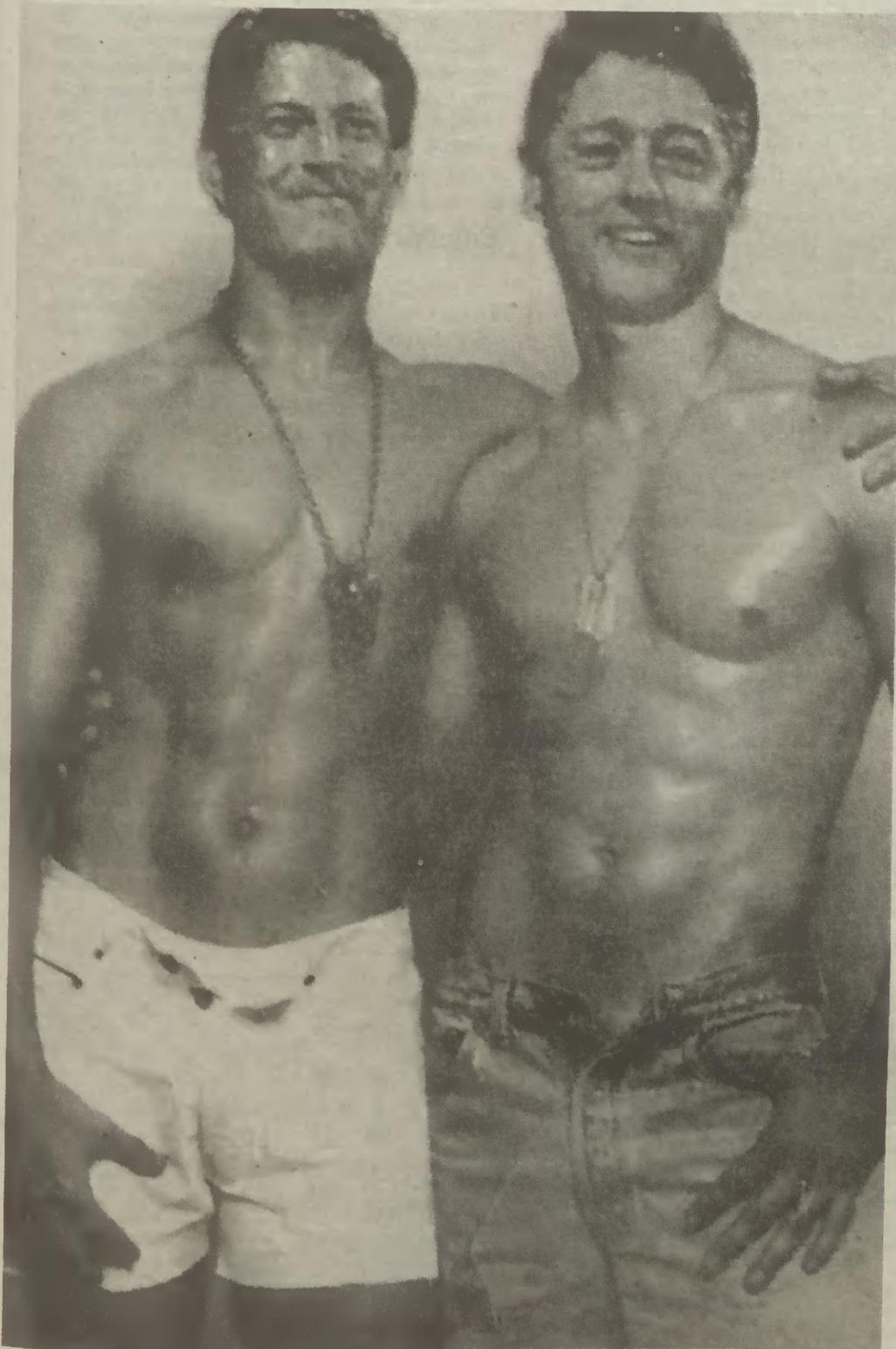
Nem toda a gente desistiu de ter consciência política, mas o desânimo em algumas cidades é geral onde a velha oligarquia faz rodízio no poder alugando as legendas partidárias que convêm no

momento. O mercado aqui é completo. Encontrei um jovem militante da esquerda à entrada do posto eleitoral: «Pelo menos você tem candidato do seu partido», disse-lhe, mostrando os outros que ainda iam escolher pela cara. «Tenho partido, sim, mas não sou capaz de votar no candidato que lidera a aliança na legenda. É o chefe da droga nesta zona.» Fiquei estatelada diante do quadro democrático, lembrando-me das recomendações do marqueteiro de Clinton sobre a importância da educação e do combate aos crimes em todo o mundo. Que educação? Quais os crimes?

Feitas as apurações, começaram os conflitos. Aqueles cabos eleitorais mercenários que até à véspera movimentavam as cidades promovendo os candidatos, reclamavam o pagamento pela «distribuição dos santinhos», como alegam. Na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, queimaram a sede da campanha e depredaram vários postos de gasolina que apoiavam o candidato que os contratou. Em outras cidades as mesmas cenas se reproduziram. As pessoas, centenas, reclamavam os 30 ou 50 reais prometidos (uma média de 4 mil escudos por cabeça). O mercado eleitoral desconhece não só as ideologias como a decência elementar.

As ideologias não morreram, mas os seus princípios estão sofrendo a moldagem imposta pela autoridade cínica dos fazedores de opinião. Vamos, lentamente, sendo enquadrados pelas condições do mercado eleitoral. As opções, em alguns municípios, é entre o péssimo e o menos mau. A situação dos que defendem os seus princípios políticos e a sua ideologia é de isolamento, colocados fora da moda pelas condições imperantes. Diante da ditadura da elite que define, para a população, não apenas os caminhos a seguir, mas também a forma de pensar no mercado globalizado, é preciso reencontrar as raízes da ideologia apoiadas em princípios filosóficos e numa ética que fundamentam o conhecimento científico da transformação revolucionária. As experiências históricas estão à vista demonstrando o risco dos desvios oportunistas em nome de uma modernidade fantasista.

É, evidentemente, importante saber utilizar as modernas tecnologias e conhecer os modernos conceitos que ilustram o saber da elite poderosa, o que não significa adoptar a sua linguagem e o seu pensamento como o mais apropriado nesta época. A educação e o combate ao crime serão questões muito importantes, se tratadas com a preocupação de se atingir o fundo das questões. Não, como quer a elite, para satisfazer o programa demagógico dos chefes do mercado. As palavras, hoje, encobrem conteúdos dúbios (por exemplo educação, querendo dizer ensino direccionado ou eleições livres traduzindo jogo com cartas marcadas). O caminho revolucionário não se perdeu com a queda do socialismo na Europa, basta ver como os seus princípios preocupam os conservadores levando-os a apropriarem-se de uma linguagem contrária aos seus verdadeiros programas de acção.



Comunicação

Francisco Silva

Tal como ela nos está a aparecer, a sociedade da informação está longe de ser para todos. Pelo menos por agora.

Por outro lado, ela já não é hoje a sociedade da informação reservada apenas aos iniciados. A iniciados idealistas, idealistas no sentido corrente do termo, libertários, como tantos deles o afirmam. A tais ideais podiam estes dar-se ao luxo enquanto eram apenas uns quantos universitários e outros quantos indivíduos afluentes ou, em geral, filhos de afluentes das «classes» médias. Idealistas, libertários, agora, mais uma vez historicamente desiludidos da possibilidade de realização do seu desejo: o ser o ciberespaço a nova utopia verdadeira... aliás, um cenário bem adequado, porque dizendo respeito ao acesso a bens intangíveis - bens de informação - e à prática de uma comunicação sem fronteiras, sem hierarquias, apenas sujeita a uma civilizada «net-etiqueta». Um ciberespaço fora dos circuitos mercantis - assim o sonharam muitas pessoas, desde logo nos EUA.

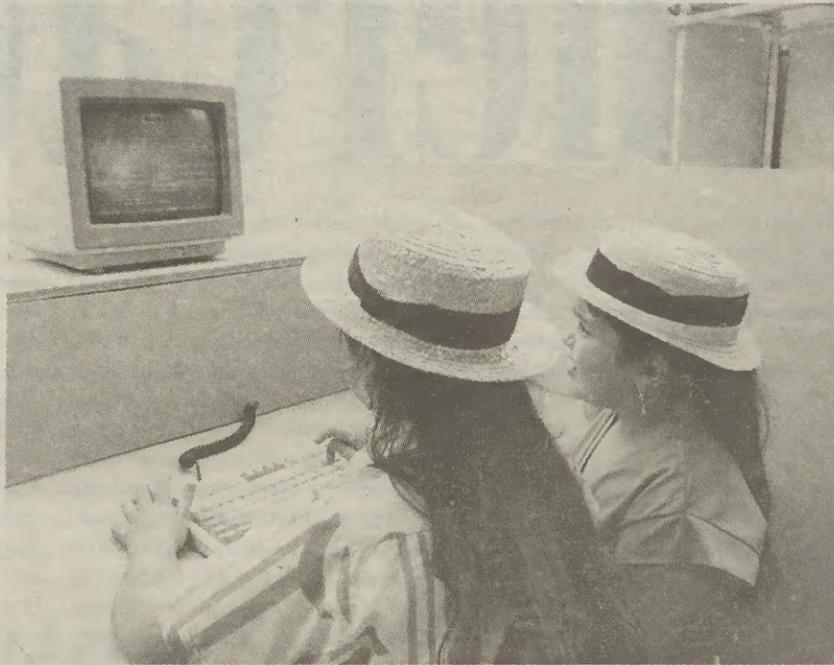
Haverá pontos positivos neste sonho. Mas, é certo, também as há bem negativas. Paira nesta utopia um certo elitismo - igualitarismo, sim, mas só para uns quantos! Este é um Mal que nos surge mesmo sem ser um Mal mal-intencionado.

Seria a utopia de uns quantos vivendo na democracia directa do ciberespaço. Ciberespaço que, afinal, tem vindo a ser «regulado» pelos mais carismáticos desses mesmos idealistas. Contudo, a vida não é assim - *come down to reality*, vão dizendo os impuros aos que eles julgam ser ingénios e idealistas. Estes idealistas serão os esquerdistas destes tempos? Mas abandonemos os rótulos! A economia é e vai continuar a ser durante muito tempo uma realidade. Uma realidade torpe? Sim, não? Mas uma realidade que não pode ser ignorada. Ai, as relações de produção a fazer das suas! - dirão os que se socorrem do marxismo para as suas análises. Os nossos idealistas, tendo normalmente o suficiente para ir vivendo, parece-me, esquecem não ser a sua vida a realidade da maior parte das pessoas. Esta economia, até a chamam de «Nova Economia» - uma coqueluche do mercado bolsista? Senti-vos lixados? Os portais, instrumentos privilegiados da publicidade? Quisestes fugir e não conseguistes escapar desse mundo *kitsch* e pimba do *broadcasting*? Invadem-vos a privacidade, fotografando o vosso perfil de consumidor? Esperáveis algo diferente, santos ingénios?

Bem ou mal, na realidade, tais visões sessentistas de flores no cabelo em São Francisco regrediram. Hoje, a sociedade da informação também é uma prioridade para o Capital e para os políticos. À sua maneira, pudera!

Sociedade da informação - para todos?

Curiosamente, foi na área da própria São Francisco, e no Silicon Valley, que os libertários das flores e do ciberespaço decidiram ser a melhor maneira de intervir na sociedade o transformarem-se em activistas daquilo que viria a ser a nova economia.



Hoje, quase toda a gente diz que a sociedade da informação tem de ser para todos - é politicamente correcto. E é sobre uma realidade já maciça, e em rápido crescimento, sobre um fenómeno que, já se compreendeu, não é passageiro, sobre um fenómeno que, do ponto de vista das intenções do poder económico, poderia ser apelidado de *fordismo* do virar do milénio e, do ponto de vista do poder político, um fenómeno estruturador da evolução da sociedade - dizem, uma condição *sine qua non* se é excluído do Mundo Novo e, se bem sucedida, possibilitará a incorporação no pelotão da frente -, é sobre esta realidade que todos devemos debruçar-nos e esforçar-nos por compreender as suas características-chave - e lutar por afeiçoá-la às necessidades do nosso Povo e dos povos em geral.

À cabeça de todas as questões políticas da sociedade da informação está, portanto, a do acesso universal, a da oportunidade de acesso de todos ao ciberespaço. Uma questão que, consoante os argumentadores, tem tido diferentes respostas.

Não se pode é ficar pela do guru Nicholas Negroponte - que seria uma mera questão etária: os jovens têm a apetência, os não jovens não. Recusando a razão da falta de recursos, dá até o exemplo da adaptabilidade de crianças do Senegal, vivendo em ambiente camponês - a quem facultaram os meios, como prova de que a Internet se aprende quase como a língua materna. Contudo, o próprio Negroponte contradiz-se gostosamente no posfácio do mesmo interessante livro seu - «*Ser digital*» - ao escrever que a sua mãe, aos 78 anos, lhe enviava e-mails todos os dias... Afinal, nem sequer parece ser um problema de idades!

Pontos Cardeais

As críticas de Hillary

Hillary Clinton, mulher do ainda presidente Bill Clinton, está em plena campanha eleitoral para senadora pelo estado de Nova Iorque. Vai daí, resolveu criticar a governação do marido no seguinte ponto: segundo ela, é «inaceitável» que o governo dos EUA se haja absteido na votação da ONU sobre uma resolução onde se condenava Israel pelo «uso excessivo» da força contra os palestinianos. Segundo Hillary, Washington «deveria ter feito uso do seu direito de veto». E para que as coisas ficassem ainda mais claras, acrescentou: «Para mim, a responsabilidade [da situação em Israel e territórios ocupados] repousa claramente nos ombros do [líder palestiniano] Arafat».

Longe vão os tempos em que Hillary se afirmava «de esquerda» e pugnava contra injustiças tão gritantes como a brutal espoliação do povo palestiniano da sua própria pátria. E perto, muito perto, está a influentíssima comunidade judaica de Nova Iorque, tão necessária a quem tenha ambições de ser eleita por este estado.

Qual é o espanto? Estamos na bela e saudável democracia americana, onde até a invocação de princípios desceu ao nível do *marketing*...

Biquinis

A estilista portuguesa Fátima Lopes desfilou em Paris com um biquini por ela desenhado cujo preço pedido é... 220 mil contos. Atenção: dissemos 220 mil contos, com os quais (segundo as contas feitas pelo *Jornal de Notícias*) se podia comprar 1,8 milhões de litros de leite ou 18 milhões de pães. A exígua «peça de vestuário» é, naturalmente, feita de ouro maciço ornamentado com 400 diamantes, o que explica a exorbitância do preço.

O que não é explicado por ninguém é a utilidade de tal objecto, seja lá por que perspectiva for. Serve para a sua eventual compradora ir com ele dar uns mergulhos? Nem a rir alguém poderá acreditar nisso. É uma obra de arte tão original e surpreendente que merece um tão dispendioso fabrico? Por amor de Deus, estamos a falar de um biquini... Então é o quê ou serve para quê?

É, obviamente, um monumento à futilidade e, decorrentemente, à imbecilidade.

Serve, evidentemente, para ilustrar até onde pode ir a arrogância e o desprezo dos grandes senhores do dinheiro pelo trabalho e a dignidade humana.

A única coisa séria nesta triste anedota é o trabalho de quem extraiu o ouro e martelou a peça. Mas desses ninguém se lembra e muitos menos lhes pagou à altura do espavento com que utilizaram o resultado do seu suor e talento...

Números

Nas notícias sobre a tragédia do Médio Oriente que, mais uma vez, Israel desencadeou com a prepotência criptofascista que tem caracterizado o seu relacionamento com o povo palestiniano desde que as potências ocidentais impuseram o esbulho da Palestina para nela instalar a «pátria de Israel», todos os noticiários e respectivas redacções referem os números de mortos atribuindo-os aos «confrontos». E lá vão dizendo coisas do género: em resultado dos «confrontos» entre israelitas e palestinianos o número de mortos já ascende a 70, depois a 80, 90 e por aí fora. Todavia, apenas em rodapé ou no mais esconso das notícias é que pormenorizam que os mortos são todos palestinianos. «Confrontos»? Com mortos apenas de um lado?!... Não será, na cruza dos números, antes *agressões* dos fortes contra os indefesos?!... Que vergonha...

Palavras Cruzadas

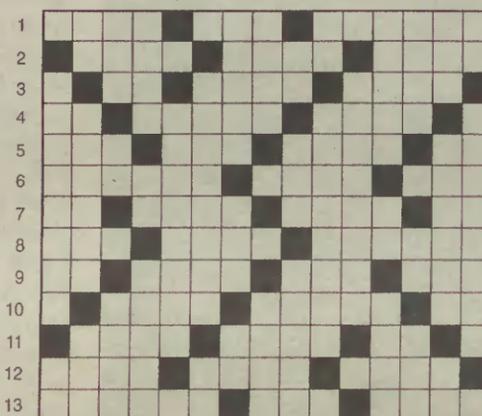
HORIZONTAIS: 1 - Pequena ulceração das mucosas; veículo de transporte público ou colectivo; ruminante pertencente à família dos camelídeos, género lama. 2 - Pequeno barco de recreio ou de formas finas e adelgadas; agulha de pinheiro; luz da Lua. 3 - Antes de meio-dia (abrev.); certa árvore de Angola; contr. da prep. de com o adv. ali. 4 - Avenida (abrev.); avarento; estaleiro. 5 - Vaso de pedra para líquidos; discursiva; estampilha; a tua pessoa. 6 - Relação de dimensões entre o desenho e o objecto representado; demónio; cordel delgado. 7 - Lítio (s.q.); molusco marítimo cefalópode, de tentáculos retrácteis; invulgar; senhor (abrev.). 8 - Ainda; conjunto de pessoas que dirigem uma associação; simpatizar. 9 - Oferece; projectil de arma de fogo; sozinhos; nome da letra N. 10 - Embaciado; charco; grito aflitivo. 11 - Qualquer estilhaço; olfacto excessivamente apurado dos cães e de outros animais; perversa. 12 - Inspiração (fig.); concha ou prato da balança; variedade de porco doméstico. 13 - Desprovido de princípios de moral; o meridiano; origem.

VERTICAIS: 1 - Grande porção de papéis; observei. 2 - Nome da 21.ª letra do alfabeto grego; inspecção que o médico faz aos doentes do hospital; dez vezes dez. 3 - Sirga; antes de Cristo (abrev.); cavalo de pelagem cor de ouro. 4 - Parte incorpórea, material do ser humano; outra coisa; armazém de panos. 5 - Grande volume. 6 - Análogo; cloro (s.q.). 7 - Praticara; membro do corpo do animal que serve para o voo; designa nojo ou desprezo (interj.). 8 - Pequena mala; extremo ou ponta das vergas. 9 - Pedra de amolar; existir; concerto musical de noite. 10 - Palavra havaiana que designava lavas ásperas escoriáceas; partidário da demagogia. 11 - Dorido. 12 - Lâmina; aqueles; estar apaixonado. 13 - Lição; a ti; amarra. 14 - Tomba; chá ou infusão de ervas medicinais; designa dor, animação, repugnância (interj.). 15 - Atmosfera; fluxo de pús.

SOLUÇÃO DO N.º 2000X38 [J.K.]: 1 - Arafat; 2 - Bateria; 3 - Bateria; 4 - Bateria; 5 - Bateria; 6 - Bateria; 7 - Bateria; 8 - Bateria; 9 - Bateria; 10 - Bateria; 11 - Bateria; 12 - Bateria; 13 - Bateria; 14 - Bateria; 15 - Bateria.

SOLUÇÃO DO N.º 2000D38 [A.D.Q.]: 1 - Bateria; 2 - Bateria; 3 - Bateria; 4 - Bateria; 5 - Bateria; 6 - Bateria; 7 - Bateria; 8 - Bateria; 9 - Bateria; 10 - Bateria; 11 - Bateria; 12 - Bateria; 13 - Bateria; 14 - Bateria; 15 - Bateria.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



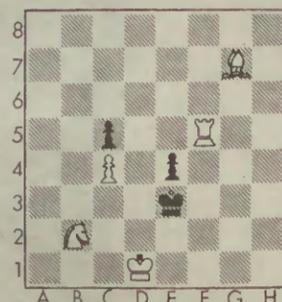
Xadrez

DCLXXII - 12 DE OUTUBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X38

Por: JOSEF KLING
[Alemanha: 1811-1876]

Pr.: [3]: Ps.ç5, 64 - R63

Br.: [5]: Pç4 - Cb2 - Bg7 - T5 - Rd1



Mate em 2 [dois] lances

SOLUÇÃO DO N.º 2000X38 [J.K.]

Chave: 1.T6

1. ... Rd4 [bateria de Torre] (a); 2. T6 #

(a) - Bateria: B/T/R/pr.

A. de M. M.

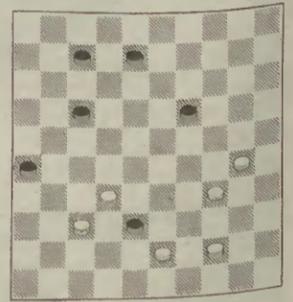
Damas

DCLXXII - 12 DE OUTUBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D38

Por: A. D. Querido
Fr.: 1915

Pr.: [6]: 7-8-17-19-26-38

Br.: [6]: 30-32-34-37-43-44



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D38 [A.D.Q.]

1. 37-31, (38x29); 2. 30-24, (26x28);

3. 24x24 +

A. de M. M.

Religiões

• Jorge Messias

Sempre que podem, as igrejas mergulham avidamente nos jogos do poder. Em Lisboa, assistiu-se recentemente a uma dessas lamentáveis demonstrações de rendição das ideologias morais à intriga política e aos favores financeiros. A *Comunidade de Santo Egídio* foi principal protagonista de um espectáculo mediático que bem poderia reduzir-se a uma simples fórmula aritmética: interesses capitalistas + objectivos políticos + expansão da igreja-instituição. Negócios, poder, e não religião. Surdas manobras e o oposto à reconciliação e à paz. O povo viu passar, indiferente, uma procissão semicarnavalesca de cardeais, banqueiros e homens dos altos centros da governação. Uma vez mais, Mário Soares aceitou o papel burlesco de protagonista dos não-crentes.

Lado a lado, sentaram-se os políticos responsáveis pela condução das guerras e pelas destruições e misérias que se praticam por todo o mundo. É que o encontro fora convocado sob o signo da pomba, do Espírito Santo e do raminho de oliveira. Ocuparam os lugares de honra altos sacerdotes das religiões históricas, numa aparente aproximação entre



A montra vazia

os credos. É que o ecumenismo fazia parte da ementa. Porém, por ironia ou por cálculo, o Vaticano tinha recordado, horas antes, aquilo que desde sempre foi a sua posição dogmática relativamente ao diálogo entre religiões: sim, ao ecumenismo mas em subordinação às directivas do Papa. Fora da Igreja não há salvação.

Os cadeirais dos notáveis acomodaram, então, gente de certo modo inesperada. Agnósticos, laicos e republicanos, recrutados entre a nova aristocracia financeira, tecnocratas das bancas e das bolsas, altos representantes de enigmáticas fundações, estrategos da *globalização*, sociólogos, etc. Nem o próprio Presidente da República - ele próprio declaradamente agnóstico, laico e republicano, garante da separação da Igreja e do Estado - faltou à chamada. Não se entende bem por quê. Ele o saberá dizer.

A ansiedade que une esta gente é óbvia. O sucesso do capitalismo tornou-se incerto e a ruína ideológica das igrejas, grandes pilares do poder, desenha-se claramente. As multidões desertam e por debaixo do trono de S. Pedro abre-se uma vazia cada vez maior. A engenharia verbal que tanto resultou no passado oscila perigosamente nas suas estruturas. Cada palavra que sai do Vaticano é agora vista à lupa da dúvida sistemática.

Segundo afirmam os seus dirigentes, a *Comunidade de Santo Egídio constitui a diplomacia paralela da Cúria Romana*. Isto é, pratica aquilo que teoricamente a cúria

recusa. É a guerra que se alimenta enquanto se fala de paz. A promoção do dinheiro e do poder, a par da demagógica opção preferencial pelos pobres e pelos humildes. O neocolonialismo

que se reforça em nome dos valores ocidentais. E outras frentes, outros enganos...

Falar-se na *Comunidade de Trastevere* é o mesmo que apontar para o *Fundo Monetário Internacional* ou para o *Banco Mundial*. Os seus alvos são os países pobres e os povos mais explorados. Chega, primeiro, o FMI que impõe condições inaceitáveis. Vêm, depois, os diplomatas missionários. Desenham-se cenários de aparente pacificação à custa das cedências, em toda a linha, às imposições do FMI e do Vaticano. O Estado concorda em devolver à Igreja todos os seus bens nacionalizados. Pior do que isso, substitui as concordatas com o Vaticano transformando-as em textos que fazem parte das leis comuns. O que conduz definitivamente o Vaticano à paridade com os próprios poderes do Estado. Foi assim em Moçambique, na Argélia, na Guatemala, em São Salvador, nos Estados ex-socialistas do Leste europeu, em S. Tomé, etc., etc.

Tão sábio como é em operações financeiras, o Vaticano parece não se aperceber de que já gastou todo o seu capital. A montra onde o Concílio Vaticano II guardou os seus valores está agora vazia. Os cardeais cumprimentam-se uns aos outros, mas sem qualquer justificação para o fazerem. Quando uma instituição - a Igreja Católica ou qualquer outra - perde de vista os seus ideais históricos ou as suas generosas utopias, condena-se a si própria ao ostracismo e a uma fatal marginalização.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Agora a sério

Fado do bem instalado

O bem instalado
jamais adocece
jamais envelhece
jamais empobrece
o bem instalado

Nunca há-de
dormir nos jardins da cidade
fica-lhe tão longe a rua
como a lua.

Nunca há-de sonhar
com um bocado de pão
mesmo sem manteiga. Não.
Ele é o irmão do mar
vive a seu lado
o bem instalado.

Um dia, desfeito
fica o Jardim.
- Não há direito
fazerem-me isto, a mim!
(dirá consigo)
tarde de mais
espanta-pardais
no meio do trigo.

É assim o triste fado
do bem instalado.

Peço a palavra

De duas, uma: a natureza
ou o capitalismo.

De duas, uma: a oração
ou o capitalismo.

De duas, uma: o homem
ou o capitalismo.

O poema devia dizer isto
sem dizer isto.
Jogar-se na magia. Pelo menos
assim está convencionado
entre os poemas.
Um poema que se preze
sabe (é do seu ofício)
encontrar os sentidos ocultos
nas palavras
e as tais são as palavras necessárias.

Mas se ele acha que estas são
as palavras necessárias
(mesmo não tendo algum sentido oculto)
quem sou eu para negar-lhe esse direito?

Ou um soluço ou a solução

O capitalismo
não é solução.
Qual é então?

Não basta que digas:
não é solução
falta que digas
qual é então.

Não é o chá de tília
ou manjeriço.
Qual é então?
Sim, porque é preciso
uma solução
Vai pensando nisso
porque se não
não.
Só um balde de cal
e um tambalalão.

Qual é então?
Qual é então?

Busca, que há-de haver
uma solução.

Cartoon

• Monginho



ATVer

Fred
e Ginger,
um par
de sonho

Peter Lorre, a face «macabra» desta «Relíquia»

Vamos Dançar?

(Sexta, 02.30, RTP1)

A preto e branco, pois, como devia ser em 1937, ano em que este filme foi realizado por Mark Sandrich, autor de outras películas onde brilham os talentosos bailarinos Fred Astaire e Ginger Rogers, uma dupla que muito deu ao cinema. A história, como era de bom costume nestes filmes, é extremamente simples, com a realização a valorizar o que aqui verdadeiramente interessa - o espantoso espectáculo visual em íntima e feliz associação com a música. E que música! Aquela escrita por outra dupla famosa - o casal Gershwin, George e Ira. O próprio argumento «serve» a associação entre o bailado clássico e aquele, mais ligeiro, oriundo dos *night-clubs* americanos de então, com a introdução de bailado em patins e o já clássico sapateado.

Rio Vermelho

(Sábado, 19.00, RTP2)

Outro clássico, já que são os valores mais seguros, no cinema como em outras formas de arte. Quem assina este *Red River* é o não menos clássico Howard Hawks, que coloca no centro do ecrã e do filme o inefável canastrão, John Wayne, que fez do *western* a sua vida e apenas aí soube brilhar consoante os vários realizadores que o escolheram para protagonizar as qualidades do homem só tão ao jeito americano. Mas outro actor - que não diríamos secundário - «enfrenta» a dureza de Wayne, numa trama que o próprio realizador haveria de retomar. Trata-se de Montgomery Clift. A preto e branco embora, este é um filme esplendoroso, a visitar sempre.

Relíquia Macabra

(Domingo, 00.15, RTP2)

E não há duas sem três. Aqui vai mais outro filme carregado de pergaminhos. Trata-se do célebre *Falcão de Malta*, a que foi dado o nome de *Relíquia Macabra*. Baseado no romance de Dashiell Hammett, um dos grandes do policial americano, foi realizado por outro grande: John Huston. O detective Sam Spade move-se numa teia de mentiras e de crimes que conduzem a uma misteriosa estatueta e... afinal de contas, pouco interessa a lógica da história, mas é apenas



Wayne e Clift, o antagonismo



a história que interessa. E os actores: Humphrey Bogart, consagrado neste filme assim como o próprio Huston, Mary Astor e... Peter Lorre.

Corações Desfeitos

(Terça, 02.25, RTP1)

E já agora continuemos no clássico preto e branco e nos anos trinta, com estes corações desfeitos, uma realização do menos brilhante



Hepburn, melodramática

Philip Moeller, que levou ao ecrã a brilhantíssima Katherine Hepburn, a contracenar com o mais fosco Charles Boyer. Se o melodrama - drama com música - foi um género, este é certamente um dos primeiros filmes a desbravar o caminho. Assinalemos, nesta história de ilusões, decadências, conflitos e redensões, a fotografia de Robert de Grasse e a música de Max Steiner.



Peter Sellers e a Pantera

A Pantera Cor-de-Rosa

(Domingo, 15.15, RTP1)

Esfregue o leitor os olhos, cansado do preto e branco, e avance então, se aceitar o convite, para cores mais gostosas e temas mais divertidos. Conservemo-nos, entretanto, no clássico, embora alguns nos possam rejeitar esta concepção alargada a uma comédia dos anos 60, mais precisamente à célebre *Pantera Cor-de-Rosa*, realizada em 1963 por Blake Edwards e protagonizada pelo saudoso Peter Sellers, num filme de portentoso «elenco»: David Niven, Capucine, Claudia Cardinale e outros. Este é o primeiro filme com o inenarrável inspector Clouseau, que viria a suscitar numerosas sequelas, todas menos boas do que esta disparatada aventura «policial».

E ainda...

Aqui na Terra, de João Botelho (Quinta-feira, RTP2)

Repulsa, de Gene Gutowski (Segunda-feira, RTP1)

O Guru, de Stephen Herek (Domingo, SIC)

Quinta, 12

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.15 Guia Dia a Dia
16.45 Roseira Brava
17.30 Tarde Juvenil
19.00 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Cruzamentos
22.45 Anjos da Guarda
23.45 24 Horas
00.05 Força de Operações Especiais
01.05 «O que faz o Amor» (de Dorothy Arzner, EUA/1933, com Katharine Hepburn, Colin Clive, Helen Chandler. *Drama*)

▼ RTP2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
14.00 Crónica do Século
15.00 Ciclismo - Campeonato do Mundo
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
20.30 Anabol: ABC-Sporting
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes
24.00 «Aqui na Terra» (de João Botelho, Port./1993, com Luís Miguel Cintra, Jessica Weiss, Pedro Hesnes, Isabel de Castro. *Drama*)
02.00 Gente da Cidade - «Colónia»
02.30 Punitive Damage (Documentário)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família/Aquarela do Brasil
22.30 Cuidado com as Aparências
23.30 Sai de Baixo
00.20 Último Jornal
00.50 «Uma Ponte Entre as Margens» (de Gérard Depardieu e Fred Aubertin, Fr./1998, com Gérard Depardieu, Carole Bouquet)
03.30 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 O Direito de Nascer
15.00 «Big Brother»
15.15 Batatoon
19.00 «Big Brother»
19.15 Dinheiro à Vista
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.30 «Big Brother» (Directo)
21.35 Procissão das Velas (de Fátima)
22.35 As Pupilas do Sr. Doutor
23.30 A Bola é Nossa
01.20 Última Edição
02.10 Seinfeld

Sexta, 13

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.15 Guia Dia a Dia
16.45 Roseira Brava
17.30 Tarde Juvenil
19.00 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Nós, os Pobres
22.15 «Fist»
00.30 24 Horas
01.30 Big Bang
02.30 «Vamos Dançar» (de Mark Sandrich, EUA/1937, com Fred Astaire, Ginger Rogers, Edward Everett Horton. *Ver Destaque*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
10.00 Cerimónias Religiosas (T.D. de Fátima)
12.30 Horizontes da Memória
14.00 Crónica do Século
15.00 Ciclismo (Campeonato do Mundo)
16.00 Euronews
17.30 Brigada Submarina
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Jack and Jill
20.30 Viver no Campo
21.00 Projecto Golfinho
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «A Mais Antiga Profissão do Mundo» (de Mauro Bolognini e outros, Fr.-It./1967, com Elsa Martinelli, Jean Moreau, Rachel Welch, Ana Karina. *Comédia*)
02.45 Mercados dos Inocentes (Documentário)

▼ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Febre do Dinheiro
21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
23.00 Sai de Baixo
23.45 Jogo Limpo
01.45 Último Jornal
02.15 «Toda a Inocência» (de Pierre Jolivet, Fr./1998, com Carole Bouquet, Virginie Ledoyen)

▼ TVI

08.30 Animação
11.30 Dinheiro à Vista
12.10 «Big Brother»
13.00 TVI Jornal
14.00 O Direito de Nascer
15.00 «Big Brother»
15.15 Batatoon
18.00 Asas nos Pés
19.00 «Big Brother»
19.15 Dinheiro à Vista
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.30 «Big Brother» (Directo)
21.35 Jardins Proibidos
22.45 As Pupilas do Sr. Doutor
23.30 «A Chave do Cítame» (de Tinjo Brass, It./1983. *Erdíco*)
01.30 Última Edição
02.20 Seinfeld
03.00 O Rei do Bairro

Sábado, 14

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo
15.30 Top +
17.10 Ajuste de Contas
18.50 Futebol: Aves-Sporting
21.00 Telejornal
22.00 Santa Casa
24.00 24 Horas
23.15 Lei Marcial
00.15 Máquinas
00.45 24 Horas
01.00 «No Trilho da Droga» (de Gus Van Sant, EUA/1988, com Matt Dillon, Kelly Lynch, James Remar. *Drama*)
02.50 «Fronteira de Silêncio» (de Michael Lessac, EUA/1992, com Kathleen Turner, Tommy Lee Jones. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Rio Vermelho» (de Howard Hawks, EUA/1948, com John Wayne, Montgomery Clift, Joanne Dru. *Ver Destaque*)
21.00 Dinheiro Vivo
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Brit Com (Sim, Sr. Ministro; «Bruiser»; Coupling)
01.30 «A Margem» (de Walerian Borowczyk, Fr./1976, com Sylvia Kristel, Joe Dallessandro. *Drama. Erdíco*)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Amigas para Sempre
16.00 «Os Lobos Não Choram» (de Carroll Ballard, EUA/1983, com Charles Martin Smith, Brian Dennehy.)
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Cravo e a Rosa
22.00 Mundo VIP
22.30 Herman Sic
00.20 Último Jornal
00.40 «Guardas Prisionais» (de Dennis Hopper, EUA/1994, com Tom Berenger, Erika Eleniak)

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4.º A Fundo
14.45 Caras Lindas
15.45 «Uma Jóia de Mulher» (de Randall Torno, EUA/1998, com Dyan Cannon, Joely Collins, Jonathan Cake. *Comédia*)
18.00 «Golos e Diabruras» (de LeVar Burton, EUA/1999, com Katey Sagal, Ryan Merriman, Kevin Kilner. *Comédia*)
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
22.10 Bora Lá Marina
22.50 Lux
23.50 «Uma Encomenda de Luxo» (de Michael Rhodes, EUA/1996, com Tori Spelling, Scott Plank, Susan Blakely. *Drama*)
01.50 «O Novo Mundo» (de Peter Geiger, EUA/1997, com Jeff Kober, Clare Sulstrom. *Ficção Científica*)



De Madame Bovary a Conde d'Abranhos - séries dramáticas inspiradas ambas em obras literárias, que no ver apelam ao ler...





Entre as séries de comédia em re-exibição, *Sim Senhor Ministro* e *Seinfeld* marcam pontos

Domingo, 15

VRTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Made in Portugal
- 15.15 «A Pantera Cor-de-Rosa» (de Blake Edwards, EUA/1963, com David Niven, Peter Sellers, Robert Wagner, Claudia Cardinale. *Comédia*)
- 17.15 Casa da Saudade
- 18.15 Ajuste de Contas
- 20.00 Telejornal
- 21.15 João Nicolau
- 22.30 Domingo Desportivo
- 24.00 24 Horas
- 00.15 Liga dos Campeões: Magazine
- 01.00 «Assassínio» (de Murray Battle, EUA/1998, com Daniel Baldwin, Leslie Hope, Dean Stockwell. *Thriller*)

VRTP2

- 07.00 Euronews
- 09.30 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.30 Faenas
- 12.00 A Outra Face da Lua
- 13.30 Andamentos
- 14.00 Desporto
- 18.30 As Origens do Homem
- 19.30 Madame Bovary
- 20.30 Onda Curta
- «Stalker Guilt Syndrome», de Jonah Kaplan, EUA/1999, e «Rota de Colísio», de Roberval Duarte, Brasil/1999. *Curtas Metragens*)
- 21.00 Bombordo
- 21.30 Artes e Letras: «Thomas Bernhard»
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Travessa do Cotovelo
- 00.15 «Relíquia Macabra» (de John Huston, EUA/1941, com Humphrey Bogart, Mary Astor, Gladys George. *Policial*)

SIC

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 BBC Vila Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Big Show
- 16.30 «O Guru» (de Stephen Herek, EUA/1998, com Eddie Murphy, Jeff Goldblum, Kelly Preston)
- 19.00 Futebol: Benfica-Belenenses
- 20.50 Jornal da Noite
- 21.45 A Febre do Dinheiro
- 22.15 O Cravo e a Rosa
- 23.30 «Stallone Prisoneiro» (de John Flynn, EUA/1989, com Sylvester Stallone, Donald Sutherland. *Ação*)
- 01.30 Último Jornal

TVI

- 08.30 Animação
- 10.45 Espaço Religioso
- 11.15 Missa
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Portugal Português
- 14.00 «Escolha Perfeita» (de Randy Smolan, EUA/1993, com Richard Crenna, Rhea Pearlman, Linda Kelsey. *Drama*)
- 16.00 «O Noviço Rebelde» (Brasil/1997, com Dedé Santana, Tony Ramos, Patricia Pillar. *Comédia*)
- 18.00 Roberto Leal
- 20.00 Jornal Nacional
- 20.50 «Big Brother»
- 22.00 «Big Brother» (directo)
- 22.05 Jardins Proibidos
- 23.20 «Gia» (de Michael Cristofer, EUA/1998, com Angelina Jolie, Faye Dunaway. *Drama*)
- 01.20 «O Bar da Esquina» (de Steve Buscemi, EUA/1996, Steve Buscemi, Daniel Baldwin. *Comédia Dramática*)

Segunda, 16

VRTP1

- 07.00 Programação Infantil-Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Marcas da Paixão
- 15.30 Guia Dia a Dia
- 17.00 Roseira Brava
- 18.00 Tarde Juvenil
- 19.00 Quebra-Cabeças
- 19.30 Regiões (Local)
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 21.35 Agora É que São Eles
- 23.30 Jogo Falado
- 00.45 24 Horas
- 01.10 «República» (de Roman Polanski, C.Bret./1965, com Catherine Deneuve, Yvonne Furneau, Jon Fraser. *Terror*)

VRTP2

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
- 12.30 Htes da memória
- 13.00 Reinsegnements Gêneraux
- 14.00 Crónica do Século
- 15.00 Parlamento
- 16.00 Euronews
- 17.30 Brigada Submarina



Projecto Golfinho, outra série em exibição (na RTP2)

- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Rotações
- 19.30 Jack and Jill
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Projecto Golfinho
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Os Sopranos
- 24.00 Artes de Palco - Bailado: «Romeu e Julieta»
- 01.10 Andamentos
- 01.40 «A Morte da Jugoslávia» (Documentário - Parte I)

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 A Febre do Dinheiro
- 21.30 Laços de Família
- 22.30 Roda dos Milhões
- 00.40 Sai de Baixo
- 01.20 Último Jornal
- 01.40 «Conspiração na Sombra» (de George Pan Cosmatos, EUA/1997, com Charlie Sheen, Donald Sutherland, Linda Hamilton. *Thriller*)

TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Dinheiro à Vista
- 12.10 «Big Brother»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.30 O Direito de Nascer
- 15.00 «Big Brother»
- 15.15 Batatoon
- 18.00 Digimon
- 19.00 Dinheiro à Vista
- 19.30 «Big Brother»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 «Big Brother»
- 21.30 «Big Brother» (Directo)
- 21.35 Jardins Proibidos
- 22.45 Ficheiros Secretos VII
- 23.45 Causa Justa
- 00.45 Última Edição
- 01.35 Seinfeld
- 02.15 Profiler

Terça, 17

VRTP1

- 07.00 Programação Infantil-Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões (Nacional)
- 14.20 Marcas da Paixão
- 15.15 Guia Dia a Dia
- 17.00 Roseira Brava
- 18.00 Ajuste de Contas
- 21.45 Telejornal
- 22.50 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 23.20 O Conde de Abranhos
- 01.00 24 Horas
- 01.25 Serviço de Urgência
- 02.25 «Corações Desfeitos» (de Philip Moeller, EUA/1935, Katharine Hepburn, Charles Boyer. *Drama*)

VRTP2

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
- 12.30 Mitos Eternos
- 13.00 Reinsegnements Gêneraux
- 14.00 Crónica do Século
- 15.00 O Lugar da História
- 16.00 Euronews
- 16.30 Informação Gestual
- 17.30 Brigada Submarina
- 18.30 Informação Religiosa

- 19.00 Bombordo
- 19.30 Jack and Jill
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Projecto Golfinho
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 «O Pai Foi em Viagem de Negócios» (de Emir Kusturica, Jugosl./1985, com Pedrag-Miki Manojlovic, Moreno de Bartolli. *Comédia*)
- 01.20 O Reino II
- 02.20 Rotações
- 02.50 A Morte da Jugoslávia

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 A Febre do Dinheiro
- 21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
- 23.30 Sai de Baixo
- 00.10 Último Jornal
- 00.30 «Amada» (de Jonathan Demme, EUA./1998, com Oprah Winfrey, Danny Glover).

TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Dinheiro à Vista
- 12.10 «Big Brother»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Direito de Nascer
- 15.00 «Big Brother»
- 15.15 Batatoon
- 18.00 Digimon
- 19.00 Dinheiro à Vista
- 19.30 «Big Brother»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 «Big Brother»
- 21.30 «Big Brother» em directo
- 23.30 Os Homens do Presidente
- 24.00 Seinfeld
- 01.40 Última Edição

Quarta, 18

VRTP1

- 07.00 Programação Infantil-Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões (Nacional)
- 14.20 Marcas da Paixão
- 15.15 Guia Dia a Dia
- 16.45 Roseira Brava
- 18.00 Tarde Juvenil
- 19.30 Futebol: Milão-Barcelona (Liga dos Campeões)
- 21.45 Telejornal
- 22.55 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
- 00.45 24 Horas
- 01.15 Força de Operações Especiais
- 02.15 «O Gigante Africano» (de Ernest B. Schoedsack, EUA/1949, com Terry Moore, Ben Johnson. *Aventuras*)

VRTP2

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
- 12.30 Mitos Eternos
- 13.00 Reinsegnements Gêneraux
- 14.00 Crónica do Século
- 15.00 O Lugar da História
- 16.00 Euronews
- 16.30 Informação Gestual
- 17.30 Brigada Submarina
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 2001
- 19.30 Jack and Jill
- 20.30 Viver no Campo
- 21.10 Projecto Golfinho
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Zapping
- 24.00 Sinais do Tempo
- 01.00 The Secret Lives of Men
- 01.30 2001
- 02.00 A Morte da Jugoslávia

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Malhação
- 19.00 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 A Febre do Dinheiro
- 21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil
- 23.30 Sai de Baixo
- 00.20 Último Jornal
- 00.30 «Arcias Escaldantes» (de Roger Donaldson, EUA/1992, com William Dafoe, Mary Elizabeth Mastrantonio, Mickey Rourke)
- 03.30 No Fim do Mundo

TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Dinheiro à Vista
- 12.10 «Big Brother»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 O Direito de Nascer
- 15.00 «Big Brother»
- 15.15 Batatoon
- 18.00 Digimon
- 19.00 Dinheiro à Vista
- 19.30 «Big Brother»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 «Big Brother»
- 21.30 «Big Brother» em directo
- 23.30 Os Homens do Presidente
- 24.00 Seinfeld
- 01.40 Última Edição

TVisto

Correia da Fonseca

«Fidel», telefilme

Creio que foi a 22 do passado mês de Setembro, portanto há já três semanas, que o canal People & Arts, distribuído por cabo, transmitiu um telefilme do Channel Four datado de 99 com uma só palavra por título: «Fidel». Vi-o, pareceu-me muito bem, achei que constitua mais um importante depoimento televisivo acerca do dirigente cubano com a vantagem de vir de fonte insuspeita de parcialismos, mas não me pareceu imperativo, nem sequer adequado, dar notícia escrita dele. Até porque o acesso à TV por cabo ainda não está ao alcance da generalidade dos cidadãos, e eu não gosto de me parecer com aqueles excelentes camaradas que, por terem a Net no terminal do computador, parecem superior que o que está na Internet se tornou do conhecimento de todos os cidadãos em geral e dos militantes comunistas em especial. Porém, aconteceu que de 22 de Setembro para cá por mais de uma vez tropecei, nas páginas da imprensa e também fora delas, com narizes inesperadamente torcidos perante Fidel e Cuba. E digo que inesperadamente porque tais narizes estão implantados em rostos que eu

poros, e de uma forma ou de outra lá se nos vai alojando no cérebro sem que demos por isso. Não tenhamos ilusões: ninguém está livre disso. E «eles» sabem-no, nós é que nem sempre.

A praça sitiada

«Fidel», telefilme, foi afinal a biografia do homem que transformou a ilha de Cuba, colónia dos Estados Unidos entregue à vigilância selvática do «gauleiter» Batista, na Cuba Livre que há mais de quarenta anos resiste ao Império e se transformou num país onde o povo, mesmo inevitavelmente submetido aos rigores e privações a que estão condenadas as praças longamente cercadas, mantém efectivos direitos com que dantes nem podia sonhar: acesso a cuidados de saúde, a instrução e cultura, a segurança social mínima. E a qualquer coisa que muitos não valorizam, mas isso é lá com eles: à dignidade, ao orgulho de serem cubanos, cidadãos de uma pátria que tem sido sinal de esperança, exemplo de coragem, indício de que o futuro é possível.

Desculpem os que não concordam, mas acho que isto é qualquer coisa. Entenda-se: «Fidel» não nos revelou nada que não tenhamos já encontrado, por exemplo, nos artigos de um Miguel Urbano Rodrigues e, é claro, em muitos outros textos. Mas é diferente quando encontramos a confirmação deles num documentário vindo da Grã-Bretanha, nas palavras de um ex-agente da CIA, nos aplausos da população do Harlem nova-iorquino a Fidel, no testemunho de Wayne Smith, que foi enviado dos Estados Unidos a Havana. E foram deste último palavras que esclarecem muito da raiz da



supunha e continuou a supor que são de gente de esquerda, e de esquerda a valer, não de faz-de-conta. Comecei então a reconsiderar e a pensar que talvez valesse a pena registar aqui a existência do documentário do Channel Four e alguns dados nele incluídos. Não é que não sejam conhecidos, entenda-se, e mais ainda por quem se interessa por estas coisas da política, da obstinada resistência perante a infâmia, do projecto quem sabe se não de todo utópico de um mundo mais decente. Mas é que, como se sabe mas muitas vezes se esquece, constantemente sobre nós cai não apenas a acção perigosa de raios solares que o ozono desgastado já não filtra, mas também o efeito imperceptivelmente intoxicante da propaganda norte-americana sob as mais diferentes formas. E, ao contrário do que cada um de nós quase sempre julga, isso tem os seus efeitos: é como se nos entrasse nos pulmões com o ar que respiramos, se nos infiltrasse na pele pelos

desde há quarenta anos se abate sobre Cuba e o seu líder: «Os Estados Unidos são simplesmente incapazes de lidarem racionalmente com Cuba...» Por detrás desta incapacidade estão as realidades que o antiastrismo cuidadosamente «esquece»: antes de 1959, 75% das terras cubanas eram propriedade de estrangeiros, a fundamentalíssima indústria do açúcar estava nas mãos dos norte-americanos; a revolução cubana nacionalizou os domínios da United Fruit, da Texaco, da Companhia Cubana de Electricidade (mas também as terras da família de Fidel Castro). Em resposta, houve sabotagens terríveis, atentados, infiltração constante de agentes, bombardeamentos e, já se sabe, bloqueio feroz. E uma guerra não muito fria. Que do lado da revolução nem sempre pode ser feita de luva branca, suponho. Mas, do outro lado, as mãos estão sujas de muito sangue.

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

A trasladação

A 27 de Setembro último foram entregues 1300 contos a uma agência funerária de Lisboa, para que esta tratasse da trasladação do corpo de Carbanov Andrei para a República Moldava, seu país de origem, o que ocorreu a 3 de Outubro. A quantia – pesada mas a preço de mercado – foi penosamente colectada por um grupo de amigos moldavos e ucranianos ajudados pelo Sindicato da Construção do Sul, da CGTP-IN, que angariou 400 contos e moveu céus e terra em pedidos de ajuda a que ninguém se dignou sequer responder.

Carbanov Andrei emigrara para o nosso país em 1998 e requereu de imediato a autorização de residência que o artigo 88.º do Decreto-Lei 244/98 afirma ser, legalmente, seu direito. Apesar de tal artigo pertencer a legislação novinha em folha (o Decreto-Lei fora promulgado nesse ano de 98), a sua eficácia e utilidade ficou-se pela propaganda a propósito desenvolvida pelo Governo que, à custa do Decreto, exibiu mais um certificado de fraternidade social.

Quanto à autorização de residência para Carbanov, agora nem trasladação pode ser porque nunca existiu. E como nunca existiu, Carbanov Andrei andou durante dois anos a trabalhar como servente em diversas obras da região de Lisboa, laborando 12 horas/dia de segunda a sábado ao bel-prazer de inúmeros subempreiteiros que lhe pagavam 600\$/hora e sem jamais assinar um contrato, ter descontos para a segurança social ou usufruir de quaisquer direitos de índole legal, contratual ou social.

Sujeito a um trabalho penoso e esforçado, a cargas horárias selváticas, à completa ausência de medidas de prevenção, segurança e saúde nos locais de trabalho, a um brutal desgaste físico e anímico e à absoluta impossibilidade de recorrer à assistência médica, adoeceu e acabou por morrer no seu último «emprego», no passado dia 11 de Setembro.

Tinha 22 anos.

A apropriação desenfreada do seu trabalho deu, em economia de escala, muitos milhares de contos de lucro a quem tão selvaticamente o explorou.

Em troca, encontrou a morte aos 22 anos numa agonia monstruosa.

Pois nem assim alguém se comoveu. Numerosas entidades públicas foram instadas por exposições e apelos do Sindicato da Construção do Sul solicitando ajuda para o acto elementar da trasladação do corpo do jovem para o seu país de origem. Nem uma resposta houve por parte do Alto Comissário para as Etnias Étnicas, Primeiro-Ministro, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Organização Mundial para as Imigrações ou chefe da Secção Consular da Embaixada da República Moldava.

O corpo manteve-se depositado no Instituto de Medicina Legal de 11 a 29 de Setembro e só embarcou a 3 de Outubro porque, num esforço cruel, um grupo de amigos moldavos e ucranianos, ajudado pelo Sindicato, conseguiu angariar sozinho os 1300 contos necessários.

A tragédia do jovem Carbanov ocorreu num país com uma diáspora de imigrantes e sob um Governo que já produziu uma biblioteca de discursos fraternos, promessas solidárias, assunções humanísticas e políticas sociais.

Aconteceu num país onde estas tragédias com imigrantes estrangeiros são quotidianas, aos milhares e ocorrem sob flagrante conhecimento das autoridades que afirmam combatê-las.

Consumou-se para engordar os predadores que, paulatinamente, vão tomando conta do País ao abrigo de políticas e governos cujo papel é garantir isso mesmo.

Sindicatos denunciam «brutal desinvestimento»

Parar e reflectir

A FSTIEP/CGTP-IN vai levar a cabo, durante a próxima semana, uma série de acções de protesto contra a 4.ª fase da privatização da EDP, envolvendo consumidores de electricidade e trabalhadores.

Um abaixo-assinado circular já entre o pessoal das empresas do Grupo EDP, refere uma nota de imprensa da federação, cujo Secretariado ultimou antontem a preparação da semana de luta. De segunda a quinta-feira, vai ser distribuído à população, nos vários distritos, um folheto explicando a posição sindical e apontando algumas graves consequências da política de privatização.

Na sexta-feira, dia 20, terá lugar um seminário, no Hotel Roma, em Lisboa, onde representantes dos trabalhadores bem como de autarquias e associações de defesa do consumidor, entre outros, «abordarão a história do sector eléctrico em Portugal, o papel da EDP pública e os resultados da política de desmembramento desta e subsequente privatização».

As estruturas da CGTP no sector eléctrico consi-

deram «grave erro do Governo do PS» que o Estado fique com uma participação muito inferior a 50 por cento, pois «fica posto em causa o controlo público sobre um sector estratégico». A venda na Bolsa, marcada para dia 23, «irá acentuar a mudança de objectivos já verificada na actuação da

Para a EDP vai ser ainda mais importante o lucro do que a electricidade

empresa: em vez de garantir electricidade para o desenvolvimento do País e o bem-estar das populações, obriga-

ções inquestionáveis de um prestador de serviço público, a EDP vai ter, ainda mais, como preocupação principal a cotação na Bolsa e o lucro dos grandes accionistas», diz a FSTIEP.

«Os fabulosos lucros obtidos nos últimos anos resultam de um brutal desinvestimento», afirma a federação, apontando o «apagão» de 9 de Maio e outros cortes de energia

a culpa não é das cegonhas

Não à privatização da EDP!

FSTIEP/CGTP-IN

como «algumas graves consequências da corrida cega ao lucro». Segundo «um levantamento incompleto» feito pelas estruturas sindicais, «em meia dúzia de anos foram encerrados quase 150 postos de atendimento, afectando mais de 800 mil consumidores», e «foram extintos, reduzidos e concentrados serviços», o que causa «maiores demoras nas reposições de ener-

gia». Com tais medidas, a EDP «afastou-se dos consumidores e presta-lhes pior serviço, praticando tarifas excessivamente elevadas».

«O Governo, em vez de avançar na privatização sem fundamentos económicos ou técnicos, devia promover uma reflexão profunda e ampla sobre as consequências desta política», reclama a federação.

Lembrando Luís Sá

Por iniciativa da família do camarada Luís Sá, vai ser apresentado no dia 31 de Outubro, pelas 18.30 horas, no Cine-Teatro S. João, em Palmela, com edição da *Campo das Letras*, um livro em que Luís Sá trabalhava na altura do seu inesperado falecimento, a 15 de Outubro do ano passado.

Com este gesto, pretende-se que seja do conhecimento público aquele que foi o seu último trabalho, contribuindo para o estudo da Administração Pública no nosso país, tema que, entre outros, mereceu a sua profunda atenção como investigador e como político. Trata-se também de uma forma de lembrar o camarada, o amigo, o universitário, através do que, da sua vida e do seu trabalho, continua conosco, um ano depois da sua partida.

Homenagem

A Câmara Municipal de Palmela aprovou por unanimidade, na sua reunião da semana passada, uma

proposta para prestar homenagem a Luís Sá, «escolhendo, de entre os vários caminhos possíveis, o de contribuir para projectar para o futuro uma obra política e científica em que Poder Local, Administração Pública e Democracia constituíam eixos centrais», lê-se no texto apresentado pelo presidente do município, Carlos Sousa.

A «homenagem de Palmela a um dos seus mais ilustres filhos, por adopção», prevê três medidas: atribuir ao centro de formação, em instalação, o nome de «Centro de Estudos e Formação Autárquica de Palmela – Luís Sá»; promover, no primeiro semestre de 2001 e em associação com o 25.º aniversário das primeiras eleições autárquicas, uma Conferência sobre Poder Local, descentralização da Administração Pública e aprofundamento da Democracia, em homenagem a Luís Sá; e instituir o Prémio Luís Sá, destinado a, anualmente, distinguir trabalhos científicos e jornalísticos sobre Poder Local e sobre Administração Pública.

Carvalhas nos Açores

O secretário-geral do PCP esteve antontem em São Miguel, acompanhando várias iniciativas da campanha da CDU para as eleições regionais de domingo.

Mário Abrantes, que encabeça a lista da coligação PCP-PEV nesta ilha, congratulou-se pela «grande receptividade» por parte da população em Arrifes, Ginetes, Mosteiros e outras localidades. Falando ao «Avante!» no final da jornada, reafirmou a confiança na possibilidade de eleger um grupo parlamentar, e não apenas reeleger o deputado da ilha das Flores.

Entre as questões abordadas durante a jornada, que incluiu um encontro com a Associação de Jovens Agricultores (AJAM), destacou-se o estrangulamento da base da economia regional, através das quotas leiteiras impostas pela UE, com responsabilidades dos governos central e regional.

Reforma fiscal

A União dos Sindicatos de Lisboa promove amanhã um debate sobre a reforma fiscal – tema que ontem ocupou a agenda parlamentar, com a discussão do projecto de lei do PCP de reforma dos impostos sobre o rendimento (ver página 21). Com início marcado para as 15 horas, na Associação Comercial de Lisboa (Rua das Portas de Santo Antão, 89), o debate da USL con-

tará com a participação de Oclávio Teixeira, na qualidade de economista, Rogério Fernandes, ex-presidente da Comissão de Revisão do IRS, e Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP.



5 603199 000445

00286